



**Programação das Apresentações e
Resumos das Monografias de Bacharelado e
Licenciatura em História**

**Primeiro Semestre de 2015
Curso de Bacharelado e Licenciatura em História**

PROGRAMAÇÃO das apresentações

BANCA 1: Histórias de Curitiba

Quinta, 01 de julho de 2015

Das 13:30 às 16:30 horas – Sala 612 do Ed. D. Pedro I

Examinadores: Prof.º Marcos Gonçalves, Fernando Botton, Eucleia G. Dos Santos (suplente)

DAS OSTRAS AOS TESTÍCULOS DE TOURO: NARRATIVAS SOBRE A POTENCIALIDADE DOS ALIMENTOS AFRODISÍACOS

Aluna: Karlla de Paris

Orientadora: Roseli Boschilia

Horário: 13:30 às 14:00h

ENTRE OS CRISÂNTEMOS E AS ARAUCÁRIAS: A UNIÃO DOS GAKUSSEUS DE CURITIBA E A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE NIPO-BRASILEIRA NO PARANÁ (1949-1953)

Aluno: Ivan Araújo Lima

Orientadora: Roseli Boschilia;

Horário: 14:00 às 14:30h

LEGISLAÇÃO E PLANEJAMENTO URBANO: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DO DECRETO 190-2000 DO MUNICÍPIO DE CURITIBA

Aluno: Vinicius A. Paludo

Orientador: Héctor Guerra Hernandez

Horário: 14:30 às 15:00h

MODERNIDADES PARANENSES: UM PANORAMA POLÍTICO-CULTURAL DAS REVISTA JOAQUIM E LOGOS (1946-1948)

Aluno: Augusto G. Maynardes

Orientador: Rafael F. Benthien

Horário: 15:00 às 15:30h

HISTÓRIA DAS MULHERES, GÊNERO E EDUCAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL (1998-2015)

Aluna: Aline Isabel Waszak

Orientadora: Karina K. Bellotti

Horário: 15:30 às 16:00h

SOCIEDADE 13 DE MAIO: UMA ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA NO PÓS ABOLIÇÃO (1888-1896)

Aluna: Fernanda L. Santiago

Orientador: Carlos Lima

Horário: 16:00 às 16:30h

PROGRAMAÇÃO das apresentações

BANCA 2 Literatura e Política no Medievo

Quarta, 02 de julho de 2015

Das 13:30 às 16:00 horas – Sala 612 do Ed. D. Pedro I

Examinadores: Prof^o. Renan Frighetto, Elaine Senko, Janira Cavalcanti (Suplente)

NADA ME MOVE, MEU PRÍNCIPE, SENÃO TUA VONTADE: UM ESTUDO SOBRE A POESIA DE IBNÂMMAR DE SILVES

Aluna Camila Granella

Orientadora: Marcella L. Guimarães

Horário: 13:30 às 14:00h

REIS, IMPERADORES E GRANDES SENHORES: O IMAGINÁRIO CONSTRUÍDO POR AFONSO X (1221-1284) NA SEGUNDA PARTIDA

Aluno: Gustavo P. Moraes

Orientadora: Marcella L. Guimarães

Horário: 14:00 às 14:30h

O CANCIONEIRO DO CONDE PEDRO AFONSO DE BARCELOS (1287-1354): RELACÕES CULTURAIS E POLÍTICAS NO PORTUGAL TARDO-MEDIEVAL

Aluno: Samuel Kawahara

Orientadora: Marcella L. Guimarães

Horário: 14:30 às 15:00h

A VIDA POR DETRÁS DAS PALAVRAS: A LÍRICA TABERNÁRIA DOS GOLIARDOS PRESENTE NO CAMINA BURANA – SÉCULOS XI-XII

Aluna Helena M. Ribas

Orientadora: Fátima Regina Fernandes

Horário: 15:00 às 15:30h

PROGRAMAÇÃO das apresentações

BANCA 3: Memória e Mídia no Século XX

Quarta, 02 de julho de 2015

Das 16:00 às 18:00 horas – Sala 612 do Ed. D. Pedro I

Examinadores: Prof^o. Vinicius Honesko, Luiz Carlos Sereza, Ozias Paes Neves (suplente)

A TRISTEZA E A PIEDADE (1969): UMA MEMÓRIA DA RESISTÊNCIA FRANCESA NO AUDIOVISUAL

Aluna: Lana B. Baroni

Orientador: Dennison de Oliveria

Horário: 16:00 às 16:30h

ROCK BRASIL: DA JUVENTUDE PARA A JUVENTUDE

Aluno: Fábio D. A. L. Da Silva

Orientador: Clóvis Gruner

Horário: 16:30 às 17:00h

TÁ RINDO DE QUE?: RISO E RACISMO NO HUMOR TELEVISIVO BRASILEIRO DO SÉCULO XXI

Aluno: Rodrigo Almeida da Silva

Orientador: Clóvis Gruner

Horário: 17:00 às 17:30h

ALIANÇAS POLÍTICAS E CONTESTAÇÃO SOCIAL NO JORNAL A ESQUERDA (1928)

Aluno Carlos M. O. Júnior

Orientador: Rodrigo Tavares

Horário: 17:30 às 18:00h

Banca 1

Resumos

DAS OSTRAS AOS TESTÍCULOS DE TOURO: NARRATIVAS SOBRE A POTENCIALIDADE DOS ALIMENTOS AFRODISÍACOS

Autora: Karlla de Paris

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Roseli Terezinha Boschilia

Palavras-chave: História e Cultura da Alimentação, alimentos afrodisíacos, Bar Stuart

“Experimente nosso cardápio afrodisíaco: testículo de touro, coelho à passarinho, bucho ao molho.”. A frase, estampada na toalha de mesa do Bar Stuart, um dos espaços comerciais tradicionais de Curitiba constituiu a principal motivação para este trabalho. Cujas ideias iniciais surgiram durante a disciplina de História e Cultura da Alimentação, ministrada pelo professor Carlos Antunes dos Santos, no segundo semestre de 2010. Os estudos sobre alimentos afrodisíacos estão intimamente ligados ao campo da História e Cultura da Alimentação. Como mostram os trabalhos nessa área, a alimentação vai muito além da comida que está em nossos pratos, ela assume em nossas vidas um papel que ultrapassa o nutricional e se fortalece em elementos culturais, tornando-se identidade. Percebemos que os dois principais atos de sobrevivência do ser humano: comer, para manter-se vivo; e reproduzir, para manter a espécie viva; não eram ações mecânicas mas constituíam-se de diversos rituais, simbologias e buscavam constantemente o prazer. Notamos, então, que os alimentos afrodisíacos seriam o objeto símbolo da síntese desses dois elementos culturais.

Nessa direção, este trabalho tem como objetivo analisar os discursos construídos acerca dos alimentos afrodisíacos a partir de duas perspectivas distintas. Num primeiro momento, analisamos a narrativa literária produzida por Isabel Allende na obra *Afrodite: contos, receitas e outros afrodisíacos* e, na sequência, as narrativas obtidas por meio de entrevistas com frequentadores do Bar Stuart. Compreendemos as fontes a partir de suas diferentes características de interlocução: a obra de Allende remete a uma visão feminina e se relaciona muito mais com o âmbito privado; as fontes orais, por outro lado, estão relacionadas ao discurso masculino atrelado ao espaço público do bar. Sabendo que para a História da Alimentação “o que se come é tão importante quanto quando se come, onde se come, como se come e com quem se come”¹, procuramos também entender o que são os alimentos afrodisíacos, quais comidas são assim classificadas, como e por que isso acontece, enfim, qual a potencialidade dos alimentos afrodisíacos nas narrativas construídas nas fontes.

Para responder às questões propostas buscamos traçar as balizas teórico-metodológicas que embasam o trabalho. A discussão sobre História e Cultura da Alimentação contou com uma obra muito expressiva na área, *História da Alimentação*², de Massimo Montanari e Jean-Louis Flandrin que reúne textos de

¹ SANTOS, C.R.A. dos. A comida como lugar de História: as dimensões do gosto. **História, Questões & Debates**. Curitiba: Editora UFPR, ano 28, n. 54, jan/jun. 2011. p. 108.

² FLANDRIN, J. L.; MONTANARI, M. **Historia da Alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

quarenta autores para problematizar a alimentação desde a pré-história até a contemporaneidade. Outras duas grandes contribuições são os trabalhos dos professores brasileiros Carlos Antunes dos Santos, *Por uma História da Alimentação*³, e Henrique Carneiro e Ulpiano Menezes, *A História da Alimentação: balizas historiográficas*⁴, ambos publicados em 1997, com os quais a História da Alimentação ganha força na historiografia brasileira. Estes dois textos citados, juntamente com o artigo intitulado *A Alimentação e seu Lugar na História: os tempos da memória gustativa*⁵, também de Santos, tratam de esboçar os fundamentos e referenciais usados ao trabalhar com o tema da alimentação, além de abordar as possibilidades da área, fazendo uma minuciosa exposição acerca da produção que trata da História e Cultura da Alimentação. Da mesma forma, tais autores pautam a cozinha como um microcosmo da sociedade, analisando as relações entre: memória gustativa, patrimônio imaterial, identidade, tradição, simbologias; com os hábitos culinários de uma sociedade. Com os estudos de Maria do Carmo Brandão Rolim⁶ encontramos no bar um espaço de sociabilidades, comensalidade e memória, que possibilitava compreender os aspectos dos alimentos afrodisíacos relacionados com a sociedade na sua vivência cotidiana, de forma mais direta que a literatura.

As entrevistas realizadas durante essa pesquisa – com o intuito de buscar fontes que contemplassem os alimentos afrodisíacos fora dos escritos literários, e desse modo encontrar novas percepções sobre tema – partiram de um roteiro semiestruturado, com perguntas que direcionavam à temática, mas ainda assim, permitiam que o entrevistado fizesse divagações caso achasse necessário. Para isso, iniciamos as leituras sobre a História Oral com o livro *Usos e Abusos da História Oral*⁷, organizado por Marieta Ferreira e Janaína Amado, com o qual tivemos acesso a vários textos, por vezes contrastantes entre si, que abordam os diferentes vieses da oralidade na historiografia. Desse modo a História Oral foi utilizada como metodologia, pois não se fez uso da técnica de entrevista para meramente obter fontes, e tampouco se arriscou pensar que apenas com a oralidade o tema aqui proposto seria esgotado. É preciso destacar ainda, que as fontes orais criadas com este projeto se enquadram enquanto história oral temática, uma vez que o interesse foi o de focar um tema específico – os alimentos afrodisíacos – e sua relação com o entrevistado e o estabelecimento estudado. A parte da prática da entrevista foi estruturada com a ajuda da obra *A Voz do Passado: história oral*⁸, de Paul Thompson, tanto para pensar a finalidade e o roteiro da entrevista, quanto todo o processo de execução, gravação, transcrição e armazenamento. Seguindo as indicações do autor, o local da entrevista deve ser confortável para o entrevistado, e

³ SANTOS, C. R. A. dos. Por uma história da alimentação. **História: questões & debates**. Curitiba, ano 14, n. 26/27, dez. 1997.

⁴ MENEZES, U. T. B. de & CARNEIRO, H. **A História da Alimentação: balizas historiográficas**. Anais do Museu Paulista. São Paulo. v. 5. Jan/dez. 1997.

⁵ SANTOS, C.R.A. dos. A alimentação e seu lugar na História: os tempos da memória gustativa. **História, Questões & Debates** Curitiba: Editora UFPR, ano 22, n. 42, jan/jun. 2005. p 11-31.

⁶ ROLIM, M. do C. M. B. **Gosto, prazer e sociabilidades: bares e restaurantes de Curitiba, 1950-60**. Tese (Doutorado – História) Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1997.

⁷ FERREIRA, M.; AMADO, J. (Orgs.) **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro. Editora FGV, 1996.

⁸ THOMPSON, P. **A Voz do Passado: história oral**. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1992.

nesse trabalho, o ambiente do bar estudado se mostrou o mais propício. Para a análise das entrevistas pensada a partir da memória, é importante destacar alguns pontos levantados pelos autores Michael Pollak e Alessandro Portelli sobre o assunto. Para Pollak, a memória é um campo de disputa, mesmo possuindo diversas flutuações possui alguns elementos imutáveis: acontecimentos, personagens e lugares – conhecidos e vividos diretamente ou projetados – atribuem à memória as características de ser seletiva e construída. Portelli, da mesma forma que Pollak, atenta para o fato de que a subjetividade pode ser encontrada em qualquer outro tipo de fonte, e não apenas nas fontes orais.

Entendendo o tema da alimentação como interdisciplinar, procuramos destacar o que fora produzido sobre alimentos afrodisíacos em outras áreas. Encontramos então trabalhos acadêmicos e livros que exploram de algum modo o tema dos afrodisíacos na gastronomia, psicologia, comunicação, turismo e, principalmente, literatura, de onde vem a fonte analisada no capítulo terceiro. O termo *afrodisíaco* remete à deusa do amor da mitologia grega: Afrodite. Segundo a lenda, ela teria nascido das espumas do mar depois que Cronos castrou seu pai e jogou os testículos na água. A deusa grega também dá nome ao livro *Afrodite: contos, receitas e outros afrodisíacos*⁹ da escritora chilena Isabel Allende, e uma das fontes utilizadas nesse trabalho. A obra é resultante de um projeto idealizado pela autora após completar 50 anos e perceber a relação que comida e sexo tiveram em sua vida. Para isso, contou com a participação do ilustrador Robert Shekter; de sua mãe, Panchita Llona, responsável pelas receitas; e Carmen Barcells, agente literária. A obra de Allende se destaca por aprofundar o tema dos afrodisíacos sem se restringir ao paladar, mas destacando que a audição, visão, olfato e tato também caracterizam o alimento e o relacionam com as emoções e sexualidade. A autora apresenta elementos como a beleza do prato, o som ao cozinhar e comer, os sabores, os aromas e texturas como definidores de uma comida afrodisíaca. Porém, não se restringe à percepção dos cinco sentidos a aceção das características e qual o papel dos alimentos afrodisíacos dentro da obra. Ao apresentar os frutos do mar, ervas e especiarias, carnes, frutas, licores, vegetais e “outros” – como mel, chocolate, chá e café – a autora permite perceber elementos em comum que definem o aspecto erótico dos alimentos: o formato, as associações e analogias, relação com a fertilidade e várias mitologias. Um dos alimentos mais enaltecidos pela autora são as ostras, “rainhas da cozinha afrodisíaca, protagonistas de todos os jantares eróticos registrados na literatura ou no cinema”¹⁰. Aves com carne escura, carne de caças, testículos, úberes, carne crua bovina, rã, caracol, cérebros de alguns animais, são colocados como afrodisíacos por Allende primordialmente por serem exóticos e despertarem a curiosidade, considerada pela autora uma das fontes da potência sexual, excitando e instigando o cérebro humano a criar pratos e posições eróticas.

Na busca pela criação das fontes orais que apresentassem uma abordagem diferente sobre afrodisíacos, o Bar Stuart – contemplado pela prefeitura da cidade com o título de bar mais antigo de Curitiba, fundado em 1904 – foi escolhido para a realização desse projeto, pois foi o único bar encontrado com indicação explícita de

⁹ ALLENDE, I. *Afrodite: contos, receitas e outros afrodisíacos*; Trad. de Claudia Schilling. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. 325 p.

¹⁰ *Ibidem.* p. 147.

alimentos afrodisíacos no cardápio. Para a realização desta pesquisa foram utilizadas fontes orais obtidas a partir de sete entrevistas com pessoas que trabalham ou frequentam o Bar Stuart, dois proprietários, três garçons e dois clientes indicados pelos funcionários. Todos do sexo masculino, com mais de 40 anos, e que conhecem o bar há muito tempo. Um dos donos, por exemplo, já trabalha no bar Stuart há 64 anos e é um dos personagens principais dos relatos.

Os entrevistados quando questionados apresentaram o perfil do público do bar como homens mais velhos, com alto poder aquisitivo, que costumam frequentar o estabelecimento assiduamente há anos. No entanto, percebe-se uma tendência à renovação, pois mulheres, jovens, novos fregueses e turistas passaram a figurar no cotidiano do Bar Stuart, mesmo não significando ser público majoritário. Todos os entrevistados afirmam conhecer alimentos afrodisíacos e apenas um é enfático ao afirmar, logo no início da conversa, que não acredita, pois, para ele “não surtiu efeito”¹¹. Segundo os entrevistados, o testículo de touro é o prato representativamente afrodisíaco: “Pessoal vem aqui e pergunta ‘Alemão, testículo é afrodisíaco?’ Lógico! Levanta até defunto”¹² mesmo citando outros como a rã à milanesa e carne-de-onça, alimentos aos quais não dão tanto destaque. O testículo é o carro-chefe da casa, servido de três maneiras: à milanesa, ao molho e frito. Os entrevistados afirmam que os pedidos desse prato são grandes devido à curiosidade das pessoas em conhecer o bar e experimentar sua especialidade. Apenas um garçom alega que o interesse pelos testículos viria da classificação como afrodisíaco no cardápio: “Geralmente eles pedem porque colocam na cabeça que é afrodisíaco, e perguntam pra mim ‘Alemão, isso aqui faz efeito?’ Lógico que faz efeito! Faz um efeito espetacular! Não sei se faz né, eu tenho que vender meu peixe.”¹³, o proprietário diz que: “Na verdade, se o cara mentaliza o testículo, se mentaliza a mulher, mesma coisa que tomar um *Viagra*.”¹⁴.

Como a motivação para o estudo desse bar em específico partiu da denominação de afrodisíacos no cardápio, foi questionado aos entrevistados se esses alimentos servidos e considerados pelo estabelecimento como afrodisíacos estariam assim colocados no cardápio. As respostas obtidas são as mais curiosas para a análise proposta, uma vez que apenas dois garçons afirmaram que, de fato, assim estão nominados os pratos. Um garçom negou a referência aos afrodisíacos no cardápio ao dizer que são os funcionários que atentam para o fato, mas isso não está escrito. Os dois clientes entrevistados disseram nunca ter reparado, e acreditam que “[...] não direciona pra esse lado aí não.”¹⁵ e que seria uma informação transmitida “[...] boca-a-boca mesmo, todo mundo sabe, todo mundo comenta.”¹⁶. Aos funcionários, então, foi perguntado de onde teria surgido a ideia de colocar tais produtos como afrodisíacos, mais uma vez as respostas superaram as expectativas. Três entrevistados relataram a história de um fazendeiro, cliente do bar que teria trazido os testículos para experimentar como petisco, e desde então a ideia deu certo e o prato se mantém no cardápio. O que mais chamou atenção nesses relatos é que a

¹¹ OLIVEIRA, O. S. **Entrevista 06**. Curitiba, 14/10/2014. Concedida a Karlla de Paris. p. 1.

¹² MOURA, J. L. A. **Entrevista 02**. Curitiba, 14/10/2014. Concedida a Karlla de Paris. p. 1.

¹³ *Ibidem*. p. 2.

¹⁴ FERRI, N. **Entrevista 01**. Curitiba, 10/10/2014. Concedida a Karlla de Paris. p. 3.

¹⁵ OLIVEIRA, O. S. *Op. Cit.* p. 2.

¹⁶ MESSMAR, J. **Entrevista 07**. Curitiba, 14/10/2014. Concedida a Karlla de Paris. p. 2.

resposta se restringe a como o *testículo de touro* entrou para o cardápio do Bar Stuart, mas não como o termo *afrodisíaco* passou a caracterizar o prato. Bem como, a concordância dos três entrevistados sobre a origem do petisco. Aos dois clientes entrevistados foi perguntado se eles já haviam pedido algum dos pratos afrodisíacos do bar, e se o fizeram por assim estar denominado. Ambos alegaram sempre pedir os pratos, principalmente os testículos, mas nenhum afirmou fazer o pedido por considerar o prato afrodisíaco, mas sim, por “Curiosidade, só curiosidade.”¹⁷ e também porque “[...] o tempero é gostoso.”¹⁸.

Sobre o assunto dos alimentos afrodisíacos no bar as respostas direcionavam sempre ao petisco testículos de touro, precisamos então buscar uma caracterização mais ampla sobre o tema. Portanto, os entrevistados foram indagados sobre outros afrodisíacos que eles conheciam ou que já ouviram sobre, e dessa forma alguns alimentos e características foram pontuados. Vários alimentos *exóticos* apareceram nos relatos como, por exemplo, ovas de tainha, miolo de jacaré, testículos de vários animais (pato, galo, coelho, peru e codorna), ostra, tatu; e também as mais conhecidas como ovo de codorna, amendoim e catuaba. Boa parte das respostas girava em torno dos pratos servidos pelo Bar Stuart antigamente ou hoje em dia. Foi possível perceber algumas relações estabelecidas pelos entrevistados para explicar uma comida afrodisíaca, por exemplo, pela analogia com o animal onde: “[...] é a própria natureza do animalzinho, o coelho tem uma potência sexual grande. Testículo de touro, por que ele é afrodisíaco? Porque diz que ele também reforça a relação.”¹⁹. Ou então, pela indução, pois: “Tem que acreditar né? Se você acreditar que o testículo faz efeito, se você comer, vai sair daqui, vai fazer efeito. Realmente, então, você colocando na cabeça dá certo, tem que tá com pensamento positivo.”²⁰

Algumas questões tangenciais aparecem nas entrevistas e na obra de Allende de uma maneira muito semelhante. Os afrodisíacos aparecem também como folclore, mito, ou “coisa que se coloca na cabeça”, sendo então a *imaginação* e o *cérebro* os principais agentes da potencialidade de um prato afrodisíaco. A preocupação com a *moderação* e *boa saúde*, para manter o corpo saudável e assim desfrutar dos prazeres da comida e do sexo. A *curiosidade*, advinda em alguns casos pela necessidade em aumentar a libido, mas em diversos outros pelo *exotismo* e exclusividade, enquanto *iguaria*. Elementos, inclusive, constantemente exaltados durante as entrevistas no Bar Stuart. Bem como a questão do *riso*, que para ambas as fontes, foi colocada como algo benéfico: se o afrodisíaco funcionar ou não, não importa, contanto que dele resulte pelo menos uma boa história ou uma risada.

Foi possível perceber pontos concordantes entre a percepção dos afrodisíacos da obra de Allende e dos relatos do Bar Stuart. Por outro lado, outros tantos foram contrastantes. As fontes despertaram interesse por trazer os alimentos afrodisíacos como tema do livro do Allende e na especificidade do cardápio do Bar Stuart, e ambas as fontes ao serem questionadas tenderam a desmistificar o termo afrodisíaco. Allende inicia cada apresentação dos alimentos aparentemente os tirando de um patamar místico, trazendo-os para a realidade para só então construir

¹⁷ OLIVEIRA, O. S. *Op. Cit. Loc. Cit.*

¹⁸ MESSMAR, J. *Op. Cit. Loc. Cit.*

¹⁹ SILVA, S. F. da. **Entrevista 04**. Curitiba, 14/10/2014. Concedida a Karlla de Paris. p. 4.

²⁰ MOURA, J. L. A. *Op. Cit.* p. 6.

seu discurso sobre os alimentos afrodisíacos a partir dos sentidos, momentos e emoções envolvidas. No Bar Stuart, mesmo colocando essa informação no cardápio, os entrevistados afirmaram que os alimentos afrodisíacos só são vistos dessa forma porque as pessoas *acreditam* que possam funcionar, e não por esse aspecto estar comprovado em sua função de estimulante. É preciso perceber que as características do interlocutor permeiam o discurso construído e empregado, e definem o papel dos alimentos afrodisíacos em cada âmbito estudado.

Allende apresenta os alimentos afrodisíacos como complexos e construídos, que dependem do momento, da intenção e da aproximação com os sentidos e emoções: “Foi um ano feliz, porque não bastam as comidas estimulantes para que o erotismo floresça; também é indispensável criar um ambiente em que os espíritos se regozijem e não caibam palavras adversas, humores melancólicos nem quebrantos.”²¹. Em sua obra, os alimentos afrodisíacos assumem a função de reestabelecer a vitalidade. Todavia, no Bar Stuart os pratos afrodisíacos do cardápio acabam se restringindo basicamente ao testículo de touro, que toma maior dimensão enquanto identidade do bar do que propriamente por ser considerado afrodisíaco. A classificação especial dada para os pratos afrodisíacos pode ser chamariz para novos fregueses e turistas, muitas vezes atraídos pela fama do Bar Stuart e seu status como mais antigo da cidade. Mas, não importa tanto para seus frequentadores de longa data, para os quais a publicidade gerada pela divulgação “boca-a-boca” contribuiu para a consolidação do bar e de sua especialidade – os testículos – independentemente do cardápio. Foi possível averiguar com as entrevistas que a denominação de *cardápio afrodisíaco* se mostra como um artifício de divulgação que reflete no, mas não define o consumo dos pratos, principalmente do testículo. Os testículos de touro se tornaram símbolo²² do Bar Stuart, e sua atribuição enquanto afrodisíaco diz mais sobre a relação entre fregueses e garçons, e desses com o estabelecimento, que propriamente sua colocação no cardápio com esse diferencial. Os testículos – bem como outros petiscos e bebidas – quando invocados pela entrevista trazem lembranças da memória gustativa, estendendo-se ao Bar Stuart como um lugar de memória, constituindo assim a identidade do bar.

Os afrodisíacos levantados pelas fontes demonstraram que há várias outras temáticas relacionadas, como relações de gênero, representações no imaginário e sexualidade, que esse trabalho não buscou aprofundar, mas indicou a importância nos questionamentos propostos. Desse modo, os alimentos afrodisíacos mostram que seu potencial transcende apenas o de estimulantes sexuais, as potencialidades destinadas a esses alimentos e preparações envolvem questões complexas e diversas.

²¹ ALLENDE, I. *Op. Cit.* p.208.

²² ROLIM, M. do C. M. B. *Op. Cit.* p. 218.

ENTRE OS CRISÂNTEMOS E AS ARAUCÁRIAS: A UNIÃO DOS GAKUSSEIS DE CURITIBA E A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE NIPO-BRASILEIRA NO PARANÁ (1949-1953)

Autor: Ivan Araújo Lima

Orientadora: Roseli Boschilia

Palavras chave: Paraná, União dos Gakusseis de Curitiba, Nipo-brasileiros, Identidade

A União dos Gakusseis de Curitiba¹ foi fundada no dia 18 de setembro de 1949, quando um grupo de estudantes se reuniu para congregar o crescente número de universitários nisseis² que chegavam à capital paranaense. Naquele momento, existiam na capital paranaense entidades estudantis como a UPE (União Paranaense dos Estudantes) ou os diretórios acadêmicos de cada curso, além de três associações nipônicas voltadas para jovens, *Uberaba Seinenkai*, *Glória Seinenkai*³ e *Pinheiros Kurabu*⁴, que organizavam atividades internas da comunidade e congregavam os jovens nisseis já residentes na capital paranaense. A UGC⁵, embora congregava jovens que se inseriam no perfil de integrantes tanto das agremiações estudantis, quanto das entidades étnicas, constituiu-se como um espaço diferenciado de ambas. Inicialmente sem um nome definido, foi apenas em abril de 1950 que recebeu a denominação de *União dos Gakusseis de Curitiba*. O livro *A força de um ideal*⁶ que apresenta depoimentos dos ex-presidentes da UGC aponta basicamente dois tipos de justificativa para a fundação da entidade, a primeira era a necessidade de assistência aos estudantes que chegavam do interior sem experiência de vida na cidade, a segunda era a busca por uma maior coesão dentro da chamada *colônia japonesa* de Curitiba.

Este trabalho tem como objetivo analisar a atuação da UGC sob dois prismas – a atuação dentro do movimento estudantil e da comunidade étnica nipo-brasileira – que visava um mesmo projeto de construção de uma identidade para o *estudante nissei*, e a ressignificação da identidade étnica nipônica no país. O recorte temporal se inicia em setembro de 1949 com a fundação da UGC, e se encerra em dezembro de 1953, com as festividades em torno do Centenário de Emancipação do Paraná. Neste trabalho foi utilizada a documentação produzida pela entidade na época (ofícios recebidos e expedidos, cartas, livros de atas e estatuto) e entrevistas concedidas por ex-presidentes da entidade, tanto realizadas em ocasião do cinquentenário da época, quanto concedidas especificamente para este trabalho.

A primeira razão desta diferenciação em relação às entidades já existentes em Curitiba residia no fato de que os integrantes da União dos Gakusseis de Curitiba eram em sua maioria procedentes do interior do Paraná e de São Paulo, não tendo uma ligação natural com os demais nipo-brasileiros da cidade. Enquanto estes

¹ A palavra *gakusei* significa estudante em japonês.

² O termo *nissei* é utilizado para denominar filhos de imigrantes japoneses. Aqui também será utilizado para imigrantes que chegaram ainda muito jovens no Brasil.

³ Em japonês *seinenkai* significa “grupo de jovens”.

⁴ Um clube criado por nisseis visando a prática do beisebol.

⁵ Sigla pela qual a União dos Gakusseis de Curitiba ficou conhecida

⁶ UGC. *A força de um ideal*. Curitiba: UGC, 1999.

habitavam o meio urbano da cidade, os *nikkeis*⁷ aqui já estabelecidos habitavam o meio rural.

No primeiro capítulo analiso o processo de migrações que culminou com a chegada de muitos estudantes nisseis à Curitiba. As migrações internas, estimuladas pela busca de melhores condições de trabalho, podem ser consideradas um dos aspectos que favoreceram a trajetória de ascensão social dos nipo-brasileiros até 1950. Estas migrações inicialmente ocorriam de um espaço rural para outro, e visavam frequentemente a mudança da condição de arrendatários para colonos.

Os imigrantes japoneses que chegaram ao Paraná se inserem em um processo de migrações internas, uma vez que poucos foram os japoneses que vieram diretamente para este estado. A grande maioria veio do estado de São Paulo, atraídos pela expansão de fronteira do café para o Norte paranaense. Mesmo em municípios como Assaí e Uraí, fundados por companhias japonesas de imigração, os colonos, em sua ampla maioria, já estavam estabelecidos há algum tempo no Brasil.

A migração para o Norte do Paraná pode ser encarada não apenas como uma busca pela ascensão econômica, mas também como um passo a mais na busca pela ascensão social, cujo degrau final era a chegada de filhos de imigrantes no ensino superior. Após obterem formação acadêmica este grupo passaria a integrar a elite cultural do país.

No recorte temporal estudado, Curitiba passava por um enorme crescimento populacional e econômico, projetando-se como centro administrativo de uma região que se modernizava e se via como a terra do futuro. Dentro deste projeto, a educação ocupava posição central. A Universidade do Paraná era um dos expoentes da expansão econômica do estado, atraindo um alto número de estudantes vindos do interior paranaense e de outros estados.

A educação era um valor importante não apenas para os governantes do estado do Paraná, mas também para os imigrantes japoneses. Herdeiros de valores do Período Meiji⁸, que colocava a educação no centro das mudanças sociais do Japão, estes imigrantes construíram no Brasil diversas escolas étnicas que visavam garantir a preparação de seus filhos seja para conviver com a sociedade brasileira, seja para prepará-los para um eventual retorno ao Japão. Diante da impossibilidade de retorno à terra natal, com o fim da Segunda Guerra Mundial, os isseis⁹ aumentam o investimento na educação dos filhos, não medindo esforços para garantir o futuro deles por meio do ensino superior. Neste contexto chegam à cidade muitos estudantes nisseis, muitas vezes vivendo sua primeira experiência fora de casa, tendo de se adaptar a um espaço estranho. Neste sentido, como Nobutero Matsuda¹⁰, a intenção da entidade era congregar os estudantes nisseis que chegavam a Curitiba e ficavam “perdidos”. Do meu ponto de vista, “estar perdido” não era uma consequência da adaptação de um migrante do interior na cidade grande, mas também incerteza em relação ao lugar do nissei na sociedade brasileira. Para isso,

⁷ O termo *nikkei* aplica-se a pessoas de etnia japonesa vivendo fora do Japão.

⁸ Período histórico do Japão (1868-1912) que ficou marcado por uma série de transformações estruturais e econômicas no Estado.

⁹ Termo que denomina a primeira geração de imigrantes japoneses no Brasil.

¹⁰ Nobutero Matsuda foi membro fundador da UGC, presidente da entidade na gestão 1953/54 e da UPE na gestão 1956/57.

realizo uma discussão das expectativas imputadas ao nissei ao longo da trajetória histórica dos nipo-brasileiros e suas tentativas de integrar-se na identidade nacional, de acordo com diferentes contextos.

A nova associação colocava-se como a representante dos *estudantes nisseis* da capital paranaense, marcando assim uma fronteira que tornava seus integrantes um segmento específico, tanto do universo estudantil curitibano, como da colônia japonesa. Em quatro anos, a UGC, tornou-se a mais famosa das entidades étnicas nipônicas da cidade, o que se deveu não apenas ao seu caráter universitário, como também a uma política de atividades e ações que colocava o grupo em frequente exposição junto à sociedade geral. Sua reputação se ampliava por associações nipo-brasileiras de todo o país, com quem mantinha contatos para tratar de temas como atividades conjuntas ou recepção de grupos e indivíduos de passagem por Curitiba. No espaço universitário curitibano, os ugegenses participavam em atividades conjuntamente com a UPE, órgão no qual militaram vários de seus integrantes, que visavam, entre outras coisas, representar o *estudante nissei* nestes círculos. Desse modo, em pouco tempo, a UGC tinha conquistado, no interior da comunidade étnica nipo-brasileira, espaço suficiente para instituir-se como uma força política mais representativa que qualquer uma das associações fundadas por isseis em todo o estado. E isso permitiu que fora dela, a UGC assumisse a liderança na representação da etnia japonesa junto às autoridades do estado. Nos anos 1950 a entidade estava em alta, aumentava seus quadros, ganhava representatividade, era frequentemente citada em jornais da cidade e em alguns momentos atuava inclusive como uma espécie de consulado japonês.

Entre dezembro de 1949 e o final de 1953, o leque de ações dos Gakusseis abriu-se enormemente, sempre visando dois pressupostos básicos, a representação de um grupo cuja identidade era a do *estudante nissei*, e a busca pela consolidação de um espaço étnico comum às populações de origem japonesa da cidade. Nesse sentido, a identidade construída pelo grupo se aproxima das afirmações de Jeffrey Lesser de que as etnicidades construídas por imigrantes e seus descendentes não eram imutáveis, e em diversos momentos eles puderam abraçar juntamente sua “niponicidade” e sua “brasilidade”¹¹. A União dos Gakusseis de Curitiba foi o tubo de ensaio pelo qual os nisseis adaptaram-se ao meio urbano, colocando-a junto com a tendência observada por Ruth Cardoso ao estudar associações nisseis nos anos 1950¹². Segundo a socióloga, o fim destas é tornar o nissei capaz de conviver com o restante dos brasileiros, servindo como uma ponte para a sociedade majoritária. No espaço da *colônia japonesa*, a UGC passa valores da sociedade majoritária para o grupo, e visa sua coesão, exercendo aquilo que Regina Weber chama de *liderança étnica*. Segundo a autora, líderes e intelectuais étnicos “ficam a meio caminho entre afirmar valores e práticas culturais específicas do grupo do qual são originários e

¹¹ LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional*. São Paulo: Editora UNESP, 2001

¹² CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. *O papel das Associações Juvenis na Aculturação dos japoneses*. In SAITO Hiroshi/MAEYAMA Takashi (org). *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1973 (pp. 317-345).

serem proponentes de novas práticas a este mesmo grupo, com vistas a aumentar sua receptividade por parte da sociedade majoritária¹³”.

Ao observar as atividades promovidas pela União dos Gakusseis de Curitiba em seus primeiros anos de existência, percebe-se um caráter dual nestas ações. A entidade funcionava como um corpo em que um dos braços servia como representante de uma comunidade imaginada nipônica no interior da sociedade majoritária paranaense – o que acontecia especialmente através movimento estudantil curitibano na época – e o outro servia como representação de um grupo integrado a esta sociedade majoritária dentro do espaço mais fechado do grupo étnico. É evidente que estes dois campos de ação estavam extremamente interligados, sendo complicado definir precisamente quando a entidade estava voltada para dentro grupo étnico e quando estava se voltando para fora dele. O que fica claro é que a entidade foi fundada para abrigar a um grupo específico de indivíduos, e que uma vez constituída, buscou-se criar uma identidade para o grupo, diferenciando-o tanto dos demais estudantes da cidade quanto dos demais integrantes do grupo étnico.

Os documentos revelam que os objetivos e finalidades da fundação não eram claros nem mesmo para os primeiros integrantes, e que se criavam novas metas à medida que a entidade crescia e via a possibilidade de aumentar o seu campo de atividades. As atas da direção demonstram uma grande cautela nos primeiros tempos, onde cada ação tinha de ser medida delicadamente, pois poderia ser determinante para os rumos da entidade, o que não raro se transformava em discussões prolongadas e agressivas durante as reuniões. Na ata da assembleia realizada em 30 de agosto de 1950 – cujo objetivo era discutir uma viagem do grupo para a cidade de Assaí – o secretário responsável por relatar a reunião demonstra toda sua insatisfação com as palavras do presidente, afirmando no fim que “todos compreendem que é desta vez que iremos decidir o êxito ou fracasso da UGC”.

A União dos Gakusseis de Curitiba respondia em suas ações a um contexto histórico específico de transformações sociais de um país em modernização e de reconstrução da identidade de um grupo étnico até então muito estigmatizado, principalmente após a Segunda Guerra Mundial e os desdobramentos que ela trouxe. Essa resposta assumiu variadas formas e durante o recorte temporal analisado, e aparentemente teve efeitos positivos dentro e fora do grupo, de modo que ao final de 1953 a UGC tinha forte representação dentro da União Paranaense dos Estudantes, e era procurada por autoridades do estado que queriam se comunicar com outras associações *nikkeis* ou mesmo com todo grupo, funcionando como representação da comunidade étnica na capital, recebendo caravanas vindas de outras cidades ou personalidades vindas do Japão.

A expressão *Saudações estudantis* era a assinatura de boa parte dos documentos emitidos pela diretoria da entidade. Levando em conta que criar uma associação é fechar portas, foi preciso pensar no tipo de sócio, no tipo de atividade no tipo de identidade que se quer dar para o coletivo. Criar uma associação que representava um grupo específico dentro de um grupo étnico, ou um grupo étnico

¹³ WEBBER, Regina. **Líderes e intelectuais étnicos: significados e interpretações**. UFPR, Curitiba, 2013. P. 8. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/historiapos/files/2013/10/Li%CC%81deres-e-intelectuais-e%CC%81nicos-UFPR-Prof-a-Regina-Weber.pdf>

dentro de um grupo específico, mostra que seus integrantes se identificavam com dois espaços diferentes – não paralelos, pois habitam o mesmo espaço geográfico dentro do mesmo contexto histórico, mas a primeira vista afastados – mas não se sentiam confortáveis para assumir completamente a identidade de nenhum dos dois.

No início do segundo capítulo analiso como a União dos Gakusseis de Curitiba cria sua identidade própria através da figura do que chamo de *estudante nissei*, fechando seu espaço especialmente para este público, e organizando-se como instituição independente de atuação. Em seguida, exploro o contato com a União Paranaense dos Estudantes e com os Diretórios Acadêmicos, espaços nos quais a UGC colocava-se como representante *nikkei* no movimento estudantil. Este contato também teve suas consequências dentro do espaço étnico, com a defesa de pautas comuns aos jovens da época. Aqui abordei a luta pela inserção de mulheres na universidade, e a criação do Departamento Feminino da UGC como pauta da juventude defendida pela entidade dentro destes círculos. A partir da expansão dos quadros do grupo, e de seu melhor entrosamento na sociedade majoritária e dentro da colônia, as ações anteriormente cautelosas tornam-se firmes e confiantes. No final deste capítulo examino como a crítica vinda do Jornal Paulista, um dos principais veículos de comunicação nipo-brasileiros da época, ajudou a UGC a reafirmar sua identidade não apenas perante o grupo étnico, mas para seus próprios membros, mostrando que a associação já tinha deixado para trás a cautela e a incerteza dos primeiros dias, e passava a agir com confiança em suas finalidades, já visando assumir uma postura de liderança dentro da comunidade nipo-brasileira.

No terceiro capítulo me atenho a analisar a atuação da União dos Gakusseis de Curitiba junto à comunidade imaginada da *colônia japonesa* do Paraná. Volto a discutir a fundação da instituição, mas enfocando agora não no atendimento ao *estudante nissei*, mas aos problemas internos do grupo étnico e a tentativa de reverter estigmas perante à sociedade majoritária. Para isso, remonto toda a trajetória de estigmatização da figura do *japonês* no Brasil, que tem suas origens desde o século XIX, mas chega ao pico no período da Segunda Guerra e nos primeiros anos do pós-Guerra graças ao conflito interno ocorrido na colônia, no qual me detenho mais profundamente. A comunidade estabelecida em Curitiba até então não era fruto de migrações vindas do Norte do Paraná, e tinha mais ligação com colônias estabelecidas no litoral, antes da chegada da maioria dos imigrantes japoneses no país. Este grupo teve uma trajetória específica, vivendo também seus problemas nos anos 1940, buscando junto com a UGC reorganizar o espaço étnico da cidade. É com eles que os ugegenses estão em constante contato, e estabelecem suas relações mais diretas no espaço étnico. Estas relações estavam baseadas principalmente em dois tipos de atividades, eventos esportivos e exibição de filmes, e tinham por objetivo não apenas dar coesão à colônia, como passar valores da sociedade brasileira para dentro de um espaço étnico mais fechado. Tais valores eram também passados para grupos do interior, com os quais a UGC também mantinha contato constante, a partir da realização de caravanas para diversos pontos do estado, e a recepção das mesmas em Curitiba.

O capítulo se encerra com a análise da Comissão da Etnia Japonesa para os Festejos do Centenário de Emancipação do Paraná em 1953. Considero este evento um marco, uma vez que representou a primeira grande aparição da *colônia japonesa*

no espaço público paranaense. Nas comemorações de 1953 o grupo étnico nipo-brasileiro tem lugar marcante, e realiza uma série de atividades que refletiam o surgimento de uma identidade hifenizada, ajudando a comunidade a reverter ou ressignificar vários dos estigmas a ela imputados ao longo de sua trajetória no país. Neste processo, a União dos Gakusseis de Curitiba cumpre um papel central, atuando como articuladora principal da Comissão da Etnia Japonesa, e portando uma identidade de *estudante nissei* que interessava tanto à *colônia* quanto ao Paraná.

Ao final chega-se a constatação de que a União dos Gakusseis de Curitiba, atuando paralelamente em dois espaços da sociedade, o movimento estudantil e a *colônia japonesa* construiu sua identidade própria de *estudante nissei*. Identidade esta que permitiu ao grupo a inserção na sociedade brasileira de maneira etnicizada e hifenizada, garantindo ao grupo um lugar próprio dentro da sociedade paranaense. Por fim, constato que a UGC buscou internalizar no grupo étnico valores da sociedade majoritária, o que lhe dava prestígio, criando a possibilidade de assumir a *liderança* na coesão deste grupo. Dentro de um espaço de apenas quatro anos, a UGC cumpriu as funções de organizar o grupo e representá-lo de maneira específica na sociedade majoritária, ajudando com isso a reconstruir tanto a identidade dos nisseis, quanto a dos imigrantes que agora constituíam um grupo étnico dentro do estado.

LEGISLAÇÃO E PLANEJAMENTO URBANO: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DO DECRETO 190/2000 DO MUNICÍPIO DE CURITIBA.

Vinicius Augusto Paludo

Orientador: Hector Rolando Guerra Hernandez

Palavras-chave: Planejamento urbano Curitiba; Urbanismo e legislação; Plano Massa.

Com o exponencial aumento populacional e o crescimento e adensamento da área urbana, características marcantes da sociedade industrial, o planejamento urbano tornou-se cada vez mais relevante. O urbanismo consolidou-se como ciência, tendo papel determinante no meio social, na qualidade de vida das pessoas e, principalmente, na eficiência e funcionalidade das cidades, fazendo com que estas se desenvolvessem de forma ordenada e racionalizada.

A importância do planejamento urbano deu-se permeada de fatores históricos, pautados em interesses políticos, sociais ou sanitários. Como o urbanismo, o ato de pensar a cidade, envolve a sociedade em seus diversos níveis, passa-se a trabalhar o planejamento urbano sob um aparato político e legislativo muito marcante.

Este trabalho constitui um exercício de análise destas diversas relações entre o planejamento urbano, e a realidade histórica em que é praticado, buscando compreender os diálogos entre o urbanismo, o poder político e o aparato legislativo, a partir de um estudo de caso, analisando o decreto nº190 do ano 2000 do Município de Curitiba, que prevê os critérios construtivos para os setores estruturais da cidade. O decreto é analisado imerso em seu contexto histórico, dialogando com o quadro político partidário do momento e outros fatores econômicos e históricos.

O trabalho é estruturado em três capítulos: Um panorama sobre a história do planejamento urbano; Quadro político curitibano; O urbanismo curitibano e o decreto nº190/2000.

O primeiro capítulo é uma introdução necessária aos conceitos de cidade e de urbanismo. A compreensão destes conceitos é determinante para uma análise histórica dos mesmos, pois são conceitos construídos num contexto histórico muito específico, intimamente ligado ao desenvolvimento industrial, ao crescimento populacional, ao adensamento das áreas urbanas, à luta pelos direitos sociais e trabalhistas, ao avanço médico e à saúde pública, a novas tecnologias construtivas, entre diversos outros fatores.

Fez-se um levantamento bibliográfico sobre o tema do urbanismo, a fim de definir o conceito e embasar o restante do estudo. Pensa-se, aqui, a cidade como um elemento histórico, que ocupa um tempo e um espaço. O fato de os seres-humanos agruparem-se em locais específicos traz, em si, um complexo emaranhado de elementos que embasam a vida em sociedade e diversos outros fatores que determinam o processo histórico da humanidade. A cidade, em suas diversas composições, sempre foi palco de eventos históricos, pelo fato básico de que é na cidade em que a humanidade compartilha suas ambições, informações e conflitos.

Neste sentido, a cidade industrial é um fato histórico ainda mais marcante: ela constitui um novo panorama contextual e gera, incessantemente, novas realidades e conflitos. A cidade industrial surge num processo bastante complexo, num contexto de mudança de paradigmas sociais, econômicos e culturais. A indústria em si já constitui um complexo processo histórico, uma vez que traz consigo drásticas mudanças nas práticas humanas e no processo produtivo. Junto à indústria, temos a velocidade, o consumo e a economia capitalista, novas relações de trabalho, o avanço tecnológico, entre outros fatores: todos colocaram à prova nossos padrões sociais e culturais. O avanço da medicina trouxe o aumento da expectativa de vida, juntamente com o aumento exponencial da população mundial. Cada vez mais pessoas se aglomeravam em centros urbanos, tornando-os altamente densos e, principalmente, populados por grandes massas da classe trabalhadora, que buscavam na indústria suas condições de sobrevivência e viviam em cortiços das grandes cidades, em meio à sujeira e às doenças.

É basicamente sobre este quadro que se desenha o nascimento do urbanismo: a necessidade de desenvolvimento de uma ciência que compreendesse a cidade como um organismo vivo, constantemente mutável. Os primeiros movimentos de planejamento urbano ocorrem, então, sobre o aspecto sanitário. As novas descobertas da medicina trouxeram à vista as condições caóticas dos bairros operários, com esgotos a céu aberto, ruas estreitas, sem ventilação ou luz solar, cortiços minúsculos lotados de miseráveis, trocando entre si suas doenças. Era necessário corrigir estes problemas urbanos para evitar que as doenças e pragas se alastrassem para o resto da cidade.

Se os pobres adensavam as cidades em condições de vida subhumanas, lutavam por seus direitos, buscando melhores condições, apenas causavam à cidade (e à economia) um caos preocupante. É frente às barricadas de Paris que o urbanismo ganha sua força, diante à necessidade de manipular a cidade: conhecer para dominar. É neste contexto, também, que o urbanismo se mostra um ato político. Durante a segunda metade do século XIX, sob o comando de Napoleão III, Georges-Eugène Haussmann, prefeito de Paris, lidera um massivo projeto de renovação urbana, aplicando um novo desenho sobre a cidade e sustentado pelo poder público, causando uma série de demolições e desapropriações, preocupados mais com o desenho da cidade que com os habitantes dela. As ações de Haussmann transformaram as ruas estreitas e sujas de Paris, que facilitavam a difusão de doenças e a criação de barricadas em atos de revolta pública, num ambiente repleto de bulevares arborizados, ruas largas, bem arejadas e ensolaradas e, principalmente, visíveis: tudo o que ocorria nas ruas era visto, nada mais em Paris estava oculto. Este processo transformou uma cidade, antes caótica, num desenho organizado onde o governo podia exercer seu poder de forma estratégica e planejada.

Se o urbanismo, como ciência da cidade, desenvolveu-se diante da necessidade de melhorar as condições de vida, em respeito à saúde pública e à organicidade dos centros urbanos, o planejamento urbano sustentou-se no conhecimento urbanístico para dar à cidade organização e visibilidade, e garantir o crescimento saudável dos centros urbanos. As ações de Haussmann em Paris representam um exagero do poder público sobre a cidade, ao mesmo tempo em que representam o viés político do planejamento urbano. Mais tarde, no início do século

XX, os urbanistas modernistas seriam precursores em desenhar a cidade pautados no raciocínio humano e no conhecimento científico. As cidades passam a ser pensadas como um organismo vivo e em crescimento, onde nenhum movimento ocorre sem efeitos colaterais. O urbanismo modernista dá, então, uma nova cara às cidades, preocupando-se com os efeitos que a própria cidade industrial gera: a raridade do espaço livre e o aumento do valor do espaço; o encurtamento de distâncias causado pelas altas velocidades e o espaço ocupado pelo automóvel; a poluição causada pela indústria; entre diversos outros fatores. O fato é que o urbanismo trata de processos de longo prazo e de longo alcance, e só pode ser aplicado se estiver protegido pelo poder público: assim, o urbanismo (como ciência) e o planejamento urbano (como ação política) atuam um sobre o outro, reciprocamente.

Ainda no primeiro capítulo deste trabalho discorreu-se sobre o fato específico do urbanismo na cidade de Curitiba. O caso de Curitiba tem especial importância pois, a partir da década de 1960 a cidade passou a ser reconhecida como modelo de cidade planejada, mantendo este título até, pelo menos, o final do século. Analisou-se, assim, em que contexto a cidade recebeu este título e o manteve por tanto tempo: se o planejamento urbano depende de todo um aparato político e legislativo, além do sustento cognitivo proporcionado pelo urbanismo, seu processo é muito complexo e difícil de ser aplicado; assim, o fato de a cidade de Curitiba ser reconhecida internacionalmente como um exemplo de planejamento urbano é digno de análise.

Este capítulo sustentou-se, principalmente, na obra *Curitiba e o mito da cidade modelo*, de Dennison de Oliveira¹, que aborda a mesma problemática: em que contexto sustentou-se o título de Curitiba como cidade modelo em planejamento urbano? O autor argumenta que, de fato, o planejamento urbano de Curitiba foi eficiente em diversos aspectos, enquanto diversas outras cidades, no mesmo período, tentavam o planejamento urbano sem tanto sucesso. Isto se deu pelo favorável contexto político em que a cidade se encontrava: o mesmo quadro político permaneceu no poder por, praticamente, quarenta anos, quase sem interrupções; juntamente, o poder legislativo, favorável ao poder executivo, permaneceu eleito durante todo o período. Se o sucesso de Curitiba é creditado às ações efetivas do IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba), órgão criado em 1964, voltado apenas ao planejamento urbano da cidade, Oliveira explica que outras cidades também tinham órgãos exclusivos de planejamento urbano, mas que em Curitiba, o órgão pode atuar juntamente com o poder executivo durante um longo período. A permanência de uma mesma linha partidária e ideológica no poder público facilitou que o planejamento urbano fosse prioridade durante mais de três décadas, fator ainda mais valorizado pelo fato de que o poder executivo esteve, durante quase toda a segunda metade do século XX, ocupado por engenheiros civis, arquitetos e urbanistas.

Assim, se o planejamento urbano é um ato político, e Curitiba apresenta um caso de sucesso devido à sua realidade político partidária, é importante analisarmos o quadro político curitibano com mais detalhamento. Portanto, no segundo capítulo

¹OLIVEIRA, Dennison de. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: Editora UFPR, 2000.

deste trabalho abordou-se o quadro político da cidade de Curitiba durante o período entre a década de 1960 e o ano 2000, buscando estabelecer um panorama de análise sobre as relações possíveis entre o contexto político e o planejamento urbano na cidade. Traçou-se um quadro geral de quais políticos ocuparam quais cargos e a permanência de partidos no poder executivo e legislativo da cidade, e a relação do poder executivo e legislativo com o quadro efetivo do IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba). Pautando-se no estudo de Oliveira, buscou-se estudar com mais detalhamento o quadro político da cidade, buscando compreender as relações entre os poderes públicos com o quadro político da época e com o planejamento urbano, numa relação intrínseca entre o poder executivo e o IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba).

Analisou-se o perfil pessoal dos políticos que ocuparam cargos de poder entre os anos de 1960 e 2000, tanto na prefeitura da cidade quanto no governo do estado. Assim, percebeu-se, por exemplo, a relação íntima de Jaime Lerner, arquiteto e urbanista, prefeito da cidade de Curitiba por três mandatos (1971-1975, 1979-1984, 1989-1992), governador do estado do Paraná por dois mandatos (1995-1999, 1999-2003), com o IPPUC, órgão do qual foi presidente nos anos 1969 e 1970. A relação entre o poder público e o planejamento urbano foi, então, intensificada na cidade de Curitiba pelo fato de que o poder público era dirigido por urbanistas, facilitando a relação entre o poder executivo e os planejadores urbanos do IPPUC, fato que constituiu terreno fértil ao planejamento eficiente da cidade.

No terceiro e último capítulo deste trabalho fez-se um exercício de diálogo entre o processo de urbanização de Curitiba, sob o título de cidade modelo em planejamento urbano, e sua realidade política e econômica, além de analisar o aparato legislativo que orientou o planejamento urbano na cidade. Analisou-se o quadro dos vereadores eleitos durante o período entre os anos 1985 e 2000, comparando com o poder executivo atuante na época. Percebeu-se que, assim como o poder executivo foi ocupado durante praticamente quarenta anos pelo mesmo quadro partidário (entre os anos 1960 e 2000), o poder legislativo também permaneceu praticamente inalterado em grande parte de sua composição. Além disto, a maioria das cadeiras da Câmara Municipal, durante o período eram ocupadas por políticos favoráveis ao governo municipal, fato que favoreceu a aplicação prática do planejamento urbano devido à facilidade de aprovar projetos de lei, estando entre estes projetos a revisão do Plano Diretor da Cidade de Curitiba, a Lei de Zoneamento e Uso do Solo (Lei nº9800/2000), e o Decreto nº190/2000, todos projetos votados e aprovados simultaneamente no ano 2000 e analisados neste trabalho.

O estudo sobre o aparato legislativo parte da análise do decreto 190/2000, colocando-o em contraponto com a legislação urbana de outros períodos para a mesma cidade. Buscou-se, também, compreender quais interesses estavam sendo atendidos com o desenvolvimento e aplicação da legislação urbana.

Este trabalho consistiu numa análise da legislação urbana de Curitiba, imergindo-a em seu contexto histórico e buscando dialogar com as relações políticas, sociais e econômicas envolvidas com o planejamento da cidade. Analisou-se o Decreto nº190/2000 como foco principal do estudo, mas intimamente ligado ao Plano Diretor da Cidade de Curitiba e a Lei de Zoneamento e Uso do Solo, ambos

os projetos revisados no ano 2000, juntamente ao decreto. Diversas informações importantes foram conseguidas através de arquivos do IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba), tanto como arcabouço teórico, a partir de publicações de análise e diagnóstico da cidade, quanto como base de dados estatísticos, a partir de levantamentos realizados pelo órgão desde sua criação, a fim de compreender melhor os diversos níveis da cidade, seja nos aspectos urbanísticos, econômicos ou sociais; e registros de eleições municipais disponibilizados pelo TRE (Tribunal Regional Eleitoral) do Paraná. Também utilizou-se de vasta bibliografia sobre o assunto, tanto de livros teóricos sobre o urbanismo, incluindo livros de relevante papel na história do urbanismo, quanto de livros escritos por políticos atuantes na época ou críticos e analistas políticos, que ajudam a compreender fatores implícitos na vida política da cidade.

O trabalho contribuiu para a compreensão dos aspectos políticos e econômicos que determinam o planejamento urbano. Em busca de explorar e expor o viés político e econômico do planejamento urbano, este estudo explora relações mútuas entre o poder público, o conhecimento acadêmico e o interesse privado, que se influenciam uns aos outros gerando uma complexa rede de relações presentes no cotidiano da cidade e que tornam o planejamento urbano um processo deliberativo, não neutro, que atende a determinados interesses da sociedade, enquanto oblitera e ignora outros, deixando de atendê-los.

A análise do caso específico de Curitiba auxilia na compreensão de diversos fatores inerentes ao planejamento urbano, mostrando-o como um processo histórico. É visível que o planejamento urbano de uma cidade é um processo lento, que atinge e envolve diversos níveis de conhecimento e de poder. O caso de Curitiba, portanto, constituiu um terreno fértil para um planejamento urbano que, talvez não necessariamente tenha sido eficiente em termos urbanísticos, mas com certeza atendeu eficazmente a determinados interesses econômicos e sociais, devendo ser compreendido como um processo histórico-específico, sustentado por uma série de conjunções que permitiram a aplicação prática do planejamento urbano durante um longo período de tempo.

Não apenas o poder executivo que, durante praticamente quarenta anos foi ocupado pelos mesmos políticos e partidos, também o poder legislativo foi favorável a um processo de renovação da cidade, facilitando a aplicação gradativa e um plano eficiente para a cidade, ao mesmo tempo em que respondiam a interesses de classes específicas, com a valorização de determinadas regiões da cidade, e o alto adensamento e valorização comercial dos setores estruturais, que hoje trazem diversos inconvenientes para a cidade, como problemas de tráfego de veículos, saúde pública e a recente supervalorização dos imóveis da cidade. Este estudo contribui, portanto, para uma análise sobre o contexto político e econômico da cidade de Curitiba, vinculado não apenas à questão do planejamento urbano, mas a diversas problemáticas sociais, econômicas, políticas e culturais que, de uma forma ou de outra, estão relacionadas à questão urbana ou influenciados por ela.

MODERNIDADES PARANAENSES: UM PANORAMA POLÍTICO-CULTURAL DAS REVISTAS *JOAQUIM* E *LOGOS* (1946-1948)

Autor: Augusto Gonçalves Maynardes
Orientador: Rafael Faraco Benthien

Palavras-chave: revista *Joaquim*, revista *Logos*, juventude paranaense

Este trabalho tem por objetivo traçar um panorama da intelectualidade paranaense, atuante na cidade de Curitiba, no período de 1946 a 1948, que sucedeu a ditadura do Estado Novo e a Segunda Guerra Mundial. Diante do contexto de transição e transformação da sociedade brasileira nessa época, esse período traz importantes acontecimentos na vida intelectual do Paraná que influenciaram a política e a sociedade nas décadas subsequentes. Como objeto de estudo, foram selecionadas as revistas *Joaquim*, dirigida por Dalton Trevisan, com duração entre abril de 1946 e dezembro de 1948, e a *Logos*, revista do Centro Acadêmico de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná, com duração entre 1946 e 1954. Serão, contudo, trabalhados apenas os volumes da *Logos* que coincidem com o recorte cronológico da *Joaquim*. Os dois periódicos foram selecionados por terem sido fundados na mesma época e organizados por frações de jovens das elites locais, trazendo reflexões sobre “juventude”, arte e política.

Nessa época, tradição e modernidade passavam por novos enfrentamentos, que foram sentidos com força no âmbito da arte e da cultura. A Universidade do Paraná foi um dos espaços onde estas tensões vieram à tona, assim como ocorreria em toda a produção editorial e tipográfica. Profundas mudanças no terreno das ciências sociais marcaram o início de uma nova fase de modernização e reorganização da intelectualidade brasileira. Entre as ideias e tendências propagadas por essa geração se sobressai uma reflexão crítica acerca do modernismo brasileiro e uma reorganização do pensamento católico, cada uma delas expressas na *Joaquim* e na *Logos*, respectivamente.

De início, traçamos o percurso das letras e da intelectualidade no estado nas décadas anteriores, tendo em vista o estreito vínculo entre literatura e produção intelectual na história do Brasil¹. Segundo Maria Tarcisa Bega, a literatura no Paraná tem seu início na geração dos simbolistas, a partir da década de 1880. Para a autora, o simbolismo desenvolveu-se no mesmo momento em que essa tendência ganhava projeção na Europa, com a temática do decadentismo e a influência baudelairiana.² Nesse período, um grupo de escritores encabeçados por Dario Velloso, Silveira Netto e Emiliano Pernetta injetaram um dinamismo literário para o jovem estado, sem precedentes até então.³ Dessa geração, algumas características sociais e literárias são importantes e vão influenciar as gerações posteriores. Em primeiro lugar está a hegemonia de escritores oriundos ou vinculados às classes dirigentes, de origem luso-brasileira. Em seguida, a proximidade teórica com o positivismo, o liberalismo e o anticlericalismo.

¹ MICELI, S. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 25.

² BEGA, M. T. **Letras e política no Paraná: simbolistas e anticlericais na República Velha**. Curitiba: Editora UFPR, 2013, p. 128.

³ *Ibid.*, p. 22.

Com o fim do simbolismo, após a morte de Emiliano Pernetta, o Paraná teve um período de poucas inovações literárias, sendo que o modernismo de 1922 teve pouca repercussão no estado. Apenas em 1927, Romário Martins irá lançar as bases de um novo movimento, o Paranismo. No decorrer da década de 1930, com o auxílio da mesma classe dirigente que norteou o percurso dos simbolistas, Martins cria uma tendência marcada pela valorização dos símbolos e das coisas produzidas pelo Paraná. Para ilustrar o seu regionalismo, ele recorre à representação elaborada por artistas plásticos, em sua maioria de origem imigrante. Essa fragmentação entre a elite lusa, que domina o discurso literário, e a população imigrante, responsável pelo trabalho artístico e manual é um traço da cultura paranaense que se mantém durante o período. Em relação à política oficial, o Paranismo flerta várias vezes com o discurso do Estado Novo e do fascismo italiano, oscilando entre o regionalismo mais provinciano e o nacionalismo ufanista.

Com o fim do Estado Novo, em 1945, as letras no Paraná precisam ser repensadas, uma vez que o apelo ao autoritarismo havia se esgotado politicamente. Assim, as duas tendências já mencionadas ganham projeção entre a juventude letrada, seja para uma abertura moderna, repensando a tradição modernista, ou um fechamento religioso, a partir do catolicismo ultramontano.

O que nos propomos a chamar de modernismo tem sua raiz no Brasil oficialmente traçada a partir da Semana de Arte Moderna de 1922. O movimento modernista teve forte impacto no meio cultural brasileiro e, após a Revolução de 30, passou a receber críticas severas de diversos intelectuais. Miguel Sanches Neto atribui essas críticas a uma reversão do caráter do movimento: se antes as suas tendências seguiam um sentido centrífugo, isto é, dos grandes centros para as províncias e pequenas cidades, explorando as particularidades da sociedade brasileira, no decorrer dos anos 30, adentrando o Estado Novo, ele reverteu suas premissas para uma arte centrípeta, voltada para a legitimação de um tipo ideal de arte brasileira, questionando influências novas ou estrangeiras.⁴ Com o fim do Estado Novo, em 1945, o modernismo passa por uma fase de reformulação. O impacto da Segunda Guerra Mundial e a denúncia da repressão perpetrada pela ditadura de Getúlio Vargas abalou os pilares do nacionalismo que sustentavam a arte nacional, dando origem a novas tendências literárias.

Uma nova agitação cultural se espalhou pelo Brasil nos anos que se sucederam ao fim do Estado Novo. Cidades pequenas que antes tinham pouca representatividade nos grandes círculos do debate cultural começam a ganhar espaço e reconhecimento. A saturação das manifestações culturais no âmbito regional, como o Paranismo, levou, no decorrer dos anos 1940, a uma reformulação da própria ideia de província, que deixa de ser enxergada como um mero “outro”, visto a partir do principal eixo sócio-político do país (Rio de Janeiro e São Paulo), e passa a reivindicar o papel de protagonista na reformulação da arte e da literatura. Esse contato entre esses “novos polos” se acentua a partir do I Congresso Brasileiro de Escritores, em 1945, que levou a novas aproximações entre jovens escritores.⁵

⁴ SANCHES NETO, M. **A reinvenção da província**: a revista Joaquim e o espaço de estréia de Dalton Trevisan. Tese (Doutorado em Teoria Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, Campinas, 1998, p. 24.

⁵ *Ibid.*, p. 68.

É nessa época que intelectuais paranaenses, entre eles Dalton Trevisan, Wilson Martins e Temístocles Linhares, iniciam sua trajetória intelectual como leitores e críticos do modernismo de 1922 e representantes de uma nova proposta para a cultura brasileira. Em 1946, eles fundam em Curitiba a revista *Joaquim*, que suscitou muitas publicações culturais de teor semelhante por todo o Brasil.

A outra tendência no pensamento dessa geração tem origem mais recuada na história do país, uma vez que a reorganização intelectual da Igreja Católica remonta à época da proclamação da República.⁶ Entretanto, como constataremos, num sentido contrário às vicissitudes do modernismo, a trajetória do pensamento clerical optou por posições mais conservadoras. Com o fim da monarquia e do Padroado, as autoridades políticas estavam mais próximas dos princípios positivistas e liberais – que orientaram a própria derrubada da coroa – e abriram espaço para a participação de outras denominações cristãs na vida social e política, ameaçando a hegemonia cultural da Igreja católica.

Diante desse contexto de fragmentação, modernização e contestação de tradições, a Igreja deu início a uma tradição que se estabeleceria com bastante força no decorrer do século, que reforçava a autoridade do Papa e recusava as reivindicações das grandes ideologias oitocentistas. O ultramontanismo, que definiu os rumos doutrinários da Igreja no Brasil no decorrer do século XIX e começo do XX, manteve-se como principal referencial teórico dos presbíteros brasileiros, em consonância com a postura defendida pela Santa Sé de maior presença da Igreja em atividades missionárias e assuntos políticos. Entre as medidas adotadas visando a romanização do Brasil e o combate ao protestantismo estavam a associação com setores católicos dirigentes e a prestação de serviços educacionais.⁷

No início da década de 1920, com o florescimento não apenas do protestantismo, mas também do movimento operário de tendências socialistas, a Igreja inicia o que Sérgio Miceli denominou de “rearmamento” institucional: a instituição cria um rede de organizações paralelas à hierarquia católica, geridas por intelectuais leigos. É dessa época que datam as duas primeiras instituições seculares de difusão dos ideais católicos: a revista *A Ordem* (1921) e o Centro Dom Vidal (1922). A influência ultramontana também recai sobre a literatura através da revista *Festa* (1927-8, 1934-5), cujos autores se consideram herdeiros das propostas modernistas de 1922, mas invocavam uma estética espiritualista, calcada numa “tradição brasileira autêntica”.⁸

No Estado do Paraná, o processo de romanização seguiu um padrão semelhante ao do restante do país: iniciando-se com a expansão patrimonial da Igreja e seguindo-se pela criação do laicato católico. A grande leva de imigrantes que se fixaram nos arredores de Curitiba a partir de meados do século XIX, em especial os contingentes alemão e francês, não fora vista com grande entusiasmo pelos altos escalões do clero brasileiro, pois em meio a eles estavam também igrejas protestantes, socialistas, positivistas, liberais. Em 1892, foi criada a diocese de Curitiba, assinalando o começo da presença ultramontana no estado.⁹

⁶ MICELI, S. **A elite eclesiástica brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, p. 11.

⁷ *Ibid.*, pp. 14-15.

⁸ *Idem*, **Intelectuais à brasileira**, op. cit., 2001, p. 127-8.

⁹ CAMPOS, Névio de. **Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade (1892-1950)**. Curitiba: Editora UFPR, 2008, p. 133.

Em 1929, foi fundado o Círculo de Estudos Bandeirantes (CEB), propondo-se a pensar os problemas de ordem social e política do estado sob a óptica do espiritualismo católico. Nessa época surgiram do mesmo modo diversos periódicos ligados à elite católica, entre eles se destacaram *A cruzada* (1926) e a *Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes* (1929). Em 1938, os intelectuais católicos ligados ao CEB – com destaque para Brasil Pinheiro Machado, José Loureiro Fernandes e Homero de Barros – fundam a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), uma instituição cuja proposta de unir a ciência moderna e a metafísica católica fora muito discutida no interior do próprio instituto.

Em 1946, é fundada a revista *Logos* como publicação oficial do Centro Acadêmico de Filosofia, Ciências e Letras. Apesar de seu caráter cultural, contemplando artigos de todas as ciências e disciplinas ministradas pela universidade, a revista é um importante veículo de divulgação da juventude católica, em especial suas seções relacionadas à literatura e às ciências humanas. A iniciativa é tomada num momento em que os intelectuais católicos se posicionam frente às novas mudanças sociais oriundas do fim do Estado Novo. No caso da *Logos*, o que se percebe é a reafirmação, por parte dos estudantes responsáveis pela publicação, das ideias e concepções oriundas de seus “mestres”, além de propostas e manifestos para a juventude católica frente às questões de seu tempo.

Do ponto de revista editorial, as duas revistas têm características bastante específicas. A *Joaquim* era uma revista mensal dirigida e elaborada por um único autor, o jovem Dalton Trevisan, o qual obtivera formação e apoio privilegiados por parte da intelectualidade local. Em torno desse jovem, vários escritores e artistas contribuem para que ele dê seu salto literário através da *Joaquim*, onde ele não apenas divulga seus primeiros trabalhos como contista como também tece as suas críticas aos cânones literários e artísticos regionais. A revista possui um formato bastante inovador para a época, embora estivesse longe dos padrões “modernos” internacionais. Em seu discurso, há a exaltação dos novos escritores, em detrimento dos “velhos” e a valorização de uma arte universal, que não esteja preocupada em estabelecer um identidade ou cultivar nomes já estabelecidos.

Paralelamente, a juventude organizada em torno do Centro Acadêmico de Filosofia, Ciência e Letras recorre a um discurso que vai no caminho oposto. Imprensa sob um formato bastante tradicional, a revista *Logos* faz um apelo à tradição e à conservação dos valores cristãos. Enaltecendo os “mestres” da Faculdade, a revista condena aquilo que seriam os grandes problemas do pensamento no Paraná: o positivismo, o socialismo e o anticlericalismo.

Observando a composição e os textos contidos em cada uma das revistas, é interessante notar que, apesar de contemplarem segmentos e discursos intelectuais opostos, as revistas não se contradizem totalmente, voltando-se para o mesmo alvo, o legado de gerações anteriores, porém com críticas distintas. Para analisar as revistas, além da sua composição editorial e o rol de seus autores, foram selecionados alguns temas comuns às publicações. Em particular, os seus discursos sobre a “juventude”, sobre a arte e acerca da sociedade brasileira, seja do ponto de vista social ou político.

No caso da *Joaquim*, os discursos de seus principais escritores, em especial Dalton Trevisan, Wilson Martins e Temístocles Linhares, é caracterizado

principalmente pela falta de um projeto comum. O que predomina é o apelo a novas tendências artísticas, à negação dos valores políticos e culturais estabelecidos, em especial durante o Paranismo, mas evitando a tomada de posição ou definição de um projeto. “O importante é romper com o passado, nas suas tradições estéreis”, como disse Dalton em “A geração dos vinte anos na ilha”.¹⁰

A crítica artística e a divulgação de obras e autores é o principal conteúdo da revista. É especialmente através da crítica que os escritores expõem o seu pensamento, seja ele literário ou político, e que Dalton afirma seu lugar como estreante. É nesse espaço que são demarcadas as tendências e autores que, segundo a própria revista, representavam o que havia de mais inovador, com destaque para André Gide, a quem a revista dedica todo o número 16, e Jean-Paul Sartre.

Apesar de contar com a colaboração de muitos intelectuais de circuitos próximos da esquerda política, como Antônio Cândido, Oscar Niemeyer e Portinari, a revista conta com vários artigos depreciando as bandeiras levantadas por esse pensamento, muitas vezes comparando-o com as demais doutrinas totalitárias, vide o artigo “Perfil de um parlamentar”, de Bento Munhoz da Rocha Neto,¹¹ ou com o tom debochado da crônica “O anarco-sindicalista”,¹² de Adriano Robine. Por outro lado, o envolvimento de muitos desses intelectuais com a política estadual, em particular durante os governos Moysés Lupion, no caso de Erasmo Pilotto,¹³ e de Bento da Rocha Neto, no caso de Wilson Martins e Temístocles Linhares, revelam a proximidade desse grupo com a elite política do Paraná.

Quanto à revista *Logos*, é evidente o caráter mais religioso e politicamente conservador da publicação. Embora organizada por um grande número de alunos da Faculdade, o que torna difícil o mapeamento do grupo, há o destaque para alguns nomes de peso na história intelectual do estado, entre eles Ary Fontoura e Cecília Westphalen. No que tange às artes, a revista conta com vários adornos de temática greco-romana, num formato padrão do período.

Assim como na *Joaquim*, os universitários também mostravam um grande interesse em questões de seu tempo, compreendendo o período de transformações políticas e culturais pelo qual passava o Estado do Paraná. Entretanto, há um menor entusiasmo em relação às diversas correntes teóricas circulantes entre a “mocidade”. Segundo um dos diretores da revista, “o caldo de cultura de todas as ideias subversivas é justamente esse confucionismo reinante em nosso século”, e, como alternativa, “uma atmosfera toda impregnada de ciência rigorosa, relegando a meia ciência dos fátuos e presunçosos que têm feito maior número de vítimas que a própria ignorância.”¹⁴

Uma tendência em comum com a fonte anterior é a existência de seções voltadas para a tradução e crítica literária, motivadas sobretudo pelo curso de Letras da Universidade. Contudo, prevalecia entre as traduções apenas os autores considerados “clássicos”: Homero, Demóstenes, Virgílio, entre outros antigos, além de Dante e Camões, sem a presença de autores da segunda metade do século XIX

¹⁰ JOAQUIM, nº 9, 1947, p. 3.

¹¹ Idem, nº 12, 1947, p. 3.

¹² Idem, nº 1, 1946, p.18

¹³ OLIVEIRA, L. F. S., op. cit., p. 72.

¹⁴ LOGOS, nº 2, 1946, p. 10.

em diante. Em outros termos, obras cuja crítica reforçava os valores católicos pregados pela instituição. Sobre filosofia, Santo Tomás é a principal referência, acompanhado por intelectuais católicos contemporâneos, como Carlos de Laet. Apesar do caráter um tanto provinciano dos jovens da *Logos*, a revista demonstra estar bastante inserida em mobilizações de caráter nacional, com todas as edições contando com cartas de vários outras instituições e organizações católicas do Brasil, e até mesmo do exterior. Além disso, os estudantes mostraram ter um importante vínculo com a elite política local e nacional, vide os artigos em homenagem ao governador Moysés Lupion e ao candidato à presidência Eduardo Gomes.

Assim, após o cotejamento das duas publicações, percebe-se que, apesar de aparentemente opostas, sendo uma de tendência agregadora e outra dissociadora, ambas mostram estar inseridas dentro da mesma problemática instaurada no Paraná de 1946: estabelecer uma cultura literária e artística para a nova fase política que se instaurava. Esses grupos de jovens, inseridos cada qual em uma fração de intelectuais dessa geração associados à elite local, fazem suas apostas para qual deve ser a cultura predominante nesse novo tempo. A partir disso, é possível traçar semelhanças no discurso cultural e político desses intelectuais, uma vez que ambos estavam vinculados à mesma elite dominante, estabelecida nesse período. Como conclusão do trabalho, assinalamos algumas repercussões desse momento na década subsequente, em particular no interior da própria Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e no governo de Bento Munhoz da Rocha Neto.

Banca 2

Resumos

NADA ME MOVE, MEU PRÍNCIPE, SENÃO A TUA VONTADE: UM ESTUDO SOBRE A POESIA DE IBN ÂMMAR DE SILVES

Autora: Camila Flores Granella

Orientadora: Profa. Dra. Marcella Lopes Guimarães

Palavras-chave: Islã, Poesia, Al Andaluz.

A história dos muçulmanos na Península Ibérica medieval, ou história de Al Andaluz¹, vem sofrendo, desde a expulsão dos mouros de Granada em 1492, tentativas de um esquecimento forçado, compulsório, rancoroso. Muitas vezes sendo esta negligência bem-sucedida, lança-se este povo andaluzo sistematicamente em um fosso da memória: toda sua cultura, seus patrimônios religiosos, sua sociedade, sua língua, suas inovações tecnológicas, sua cultura material, sua erudição, seu legado. Os berberes e árabes que constituíram Al Andaluz, juntamente com os cristãos e judeus que conviviam nesta mesma sociedade, sumiram dos livros de história espanhóis e portugueses, suas tradições foram incorporadas sob fachadas cristãs, na literatura são sempre os vilões - com raras exceções -, sempre os *outros*, jamais *nós*.

Este trabalho vai de encontro a essas perspectivas. Desde o primeiro contato com as fontes poéticas de Ibn Ammâr(1031/423 aH² - 1086/ 479 aH) buscou-se elaborar uma produção historiográfica, inspirada na micro-história de Carlo Ginzburg³, que priorizasse as perspectivas dos muçulmanos ibéricos, a partir de toda a complexidade de sua sociedade e com todas as dificuldades especialmente com relação ao acesso e à existência de fontes traduzidas de boa qualidade. Partimos assim para uma análise da cultura desses povos e deparamo-nos com a mais pungente forma dela: a poesia.

Não somente em Al Andaluz (que produziu estéticas poéticas únicas como o *zajal*⁴), mas por todos os lugares em que a indomável expansão do Islã se estendeu, a poesia tomou grande importância. Essas sociedades unidas pela religião formada pelo Profeta Muhammad eram baseadas nos conhecimentos corânicos, sendo que o próprio Alcorão⁵ fora escrito sob forma poética.

Em Al Andaluz não foi diferente. Buscamos a importância da poesia e as funções e posições ocupadas pelo poeta na sociedade andaluza do século XI. Nossas

¹Em árabe النّ واندلس،ome da Península Ibérica durante o período de controle de seus territórios por forças muçulmanas (711-1492, oficialmente esse é o período de existência de forças muçulmanas na Península). A origem do nome é incerta. Existem teorias que fazem corresponder Al Andaluz à designação da Bética Romana dada pelos Vândalos, outras associam com *landa hlauts* que seria a designação dos Visigodos à Bética, outras ainda identificam sua origem na língua árabe, *jazirat al-andaluz*, significando assim, *ilha do atlântico*.

²Ano da Hégira.

³GINZBURG, Carlo. Micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito. In: *O fio e os rastros: Verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. pp. 249-279.

⁴O *zajal* baseou-se principalmente na oralidade na poesia, assim como toda poesia árabe neste período, e foi uma estética reproduzida especialmente em panegíricos. Utilizou-se da língua vulgar (originária da diglossia entre o árabe clássico e do árabe cotidiano em Al Andaluz), da influencia da cultura visigoda na mesma, da tradição muçulmana ligada ao Califado Abássida, nos versos corânicos e em todo o vasto conhecimento poético trazido pela expansão do Islã.Dessa forma, podemos afirmar que o *zajal* foi uma forma especificamente e primordialmente andaluza.

⁵قرآن، Alcorão ou Corão, em árabe “a recitação”. É o livro sagrado do Islã, escrito, efetivamente, muito tempo depois da revelação. Os muçulmanos acreditam que o conteúdo do Alcorão foi uma revelação direta de Deus por meio do Profeta Muhammad durante vinte e três anos, sendo, desta forma, a Palavra literal de Deus. Contém 114 *suras* (“capítulos”), 92 revelados ao Profeta em Meca, 22 em Medina, e não estão dispostos conforme sua cronologia. O Alcorão é *recitado*, seu texto é **estruturado enquanto poesia**.

explanções partiram da figura de Ibn Ammâr, poeta e *vizir*⁶ do príncipe Al Mu'tamid (1040/432 – 1095/488). Sua própria história confunde-se com a história dos reinos *taifa* em Al Andaluz. Aprofundamo-nos, primeiramente, nos contextos social, político e cultural da Península Ibérica muçulmana nesse período. Analisamos, especialmente, o surgimento e algumas características gerais do reino *taifa*⁷ de Sevilha e contexto muçulmano à época que moldou a sociedade em que o poeta nasceu e construiu.

Os fenômenos que formaram os reinos *taifase* deram após o vazio de poder central deixado pelo fim do governo do líder Almanzor – em árabe, al-Manzur –⁸, que não era o Califa, e sim vizir, mas era quem governava o Califado de Córdoba. Após sua morte os generais de seu exército e líderes regionais, começaram a dividir-se e a tentar formar núcleos governamentais em diferentes regiões da Península, tentando consolidar seus poderes locais e tentando inclusive restabelecer a unidade em torno da cidade de Córdoba. Em um primeiro momento, formaram-se vários reinos *taifa*, mas com o passar do tempo e a consolidação de diversos projetos expansionistas, os reinos mais fortes englobaram outros até restarem Sevilha (ao qual a cidade de Córdoba fazia parte), Badajoz, Toledo, Valência e Saragoça como os mais importantes.

Em meio à instabilidade política dos *taifa* que o poeta Ibn Ammâr nasceu, no seio de uma família muito humilde, em 1031/ 423. Passou o início da sua vida buscando formação erudita com mestres literários por toda a Península. Para sobreviver vendeu seus poemas para comerciantes, nobres, entre outros. Foi com uma conquista do projeto expansionista de Sevilha pelo governante al-Mutadid⁹ que o jovem poeta, de origens muito humildes, teve a possibilidade de ser inserido no ambiente cortesão como poeta laudatório. Oportunidades como esta eram frutos da intensa agitação cultural da Península, herdeira das tradições omíadas e do Califado de Córdoba. Ocorria inclusive câmbio cultural até mesmo entre reinos muçulmanos e cristãos, como é o exemplo de Sevilha e Castela, mas as relações entre esses reinos ocorreram além das artes e costumes, passando, em especial, pelo ambiente político.

Logo após a conquista da cidade de Silves, al-Mu'tadid designa al-Mu'tamid, com cerca de 12 anos nesse momento, como governante da nova aquisição do reino e, como principal conselheiro, Ibn Ammâr o seguiu. Alguns anos depois, o poeta laudatório foi exilado em Saragoça devido rumores de que ele e o príncipe mantinham um caso amoroso. Somente em 1069/462 Ibn Ammâr é readmitido, quase imediatamente à coroação de al-Mu'tamid. É essencial ressaltar que durante toda a vida, ambos trocaram poesias sejam elas laudatórias ou até mesmo como correspondência. São estas as fontes que possibilitam esse trabalho. O poeta passou assim a ser o principal diplomata do reino e também comandante, realizando difíceis negociações com os, cada vez mais fortalecidos, cristãos do norte da Península, especialmente Afonso VI de Castela.

Uma série de eventos, em especial a tentativa de golpe de Ibn Ammâr após conquistar Múrcia, levam o poeta à prisão e à morte pelas mãos do próprio rei al-Mu'tamid. Pouco tempo depois, devido à dificuldade em manter relações diplomáticas

⁶Cargo mais alto abaixo do príncipe. Um vizir exercia funções como diplomacia e comando de tropas em campanha, muito semelhante ao que seria um “primeiro ministro” nesse período.

⁷ *Taifa*: termo derivado da palavra árabe *ta'ifa*, que significa facção ou partido.

⁸ ALVES, Adalberto.; HADJADJI, Hamdane. *Ibn 'Ammâr Al-Andaluzi*: O drama de um poeta. Lisboa: Assírio & Alvim, 2000. p. 23.

⁹ Não se sabe ao certo a data de seu nascimento, somente sua morte em 1069/462.

em um contexto político tão conturbado, tendo Sevilha perdido seu melhor diplomata - Ibn Ammâr -, os reinos *taifa* são invadidos um a um pelos almorávidas norte-africanos, dando fim a pouco menos de um século de período *taifa* na Península.

A redução da escala de observação dos reinos *taifa* trouxe também a percepção de uma nova realidade, a de que o testemunho político dos reinos, não era a consequência de erros e de uma linha evolutiva que levava à decadência. Observando o mapa na Península no século XI, indentifica-se claramente que a configuração dos reinos, islâmicos e cristãos, era a mesma. Ambos encontravam-se em situação de poderes pulverizados, uma realidade policêntrica.

Todavia, estudos preferem entender a realidade cristã como período de fortalecimento e construção dos ideais de Reconquista. Entendia-se os *taifa* islâmicos como parte de um processo decadente, iniciado a partir do fim do Califado de Córdoba, fruto não somente de seus próprios infortúnios, mas também de sua fraqueza frente à força cristã reconquistadora. Procuramos entender então, a realidade dos reinos islâmicos como diversa, fugindo da suposição superficial de que sua configuração policêntrica resultou em sua desgraça.

Partindo para a poesia, observamos que o poeta procurava trabalhar, além da sinestesia, com espaços dicotômicos em sua poesia, como por exemplo: deserto e prado, noite e dia, Silves e Sevilha. Organizava estes espaços a partir de sua subjetividade - sua memória, seus sentimentos - e dos signos dispostos no repertório de sua época, o qual, certamente, partilhava.

Dessa forma, para a criação de suas poesias, Ammâr recorre a mecanismos sensíveis para a representação dos espaços. Por sua vez, ambos - mecanismos e representação espacial - são frutos de seu tempo, da sociedade plural, da cultura em que estavam inseridos. Quando o poeta aplicava, por meio do processo complexo de composição primeiramente oral e depois escrita, estes elementos - também representativos de sua originalidade - nas poesias panegíricas dedicadas a Al Mu'tamid um fenômeno configura-se.

A Al-Mu'tamid (I)

*Nada me move, meu príncipe,
Senão a tua vontade.¹⁰
Contigo vou,
Como o viajante nocturno
Guiado pelo clarão dos relâmpagos.
Queres voltar para tua amada?
Vai num rápido veleiro
E seguirei no teu encalço,
Ou salta antes para a sela,
Contigo irei também.
E quando,
Graças à protecção divina,
Chegarmos aos umbrais do teu palácio
Permite que torne sozinho à minha casa.*

¹⁰ Grifos da autora.

Não percas tempo a sacar a espada!
Lança-te aos pés da que tem cintura delicada
E compensa-a do tempo perdido:
Beija-a e aperta-a contra o peito.
E murmurem vossas bocas
Meigas e doces palavras,
Como os pássaros se respondem mutuamente
Em suaves cantos ao romper da alva.¹¹

Quando trata de Al Mu'tamid, o poeta utiliza a representação de espaços opostos como *o viajante nocturno guiado pelo clarão dos relâmpagos*. Em dois versos, duas espacialidades diferentes - a noite e o clarão da tempestade - são unificadas através de um sujeito: o príncipe. Pois é ele quem Ibn Ammâr segue, é a vontade dele, seja na sela de um cavalo ou em *um rápido veleiro* (novamente dois espaços diversos), ele é o elemento que transgride espaços e tempos rigidamente estabelecidos em sua memória, em seus sentimentos, no imaginário de sua época. Al Mu'tamid é adorado em diversas poesias de Ibn Ammâr¹² como portador de poderes supranaturais, cósmicos. Um governante com um poder menos ligado pequenez dos homens e mais conectado com uma superioridade mística.

O poeta cumpre também o que T. S. Eliot compreende como função social da poesia: que, proporcionalmente à sua qualidade e seu vigor, ela influencia a linguagem e a sensibilidade de toda uma “nação”, aliando-se ao universo mental dos homens e mulheres que partilham de sua língua. E é a língua comum a todas as classes, a estrutura, o ritmo, o som, o idioma de uma língua que representa emoções e pensamentos através da poesia que expressa a personalidade do povo que a fala.¹³ Sendo assim, e concluindo, Ibn Ammâr não expõe somente sua concepção do poder de Al Mu'tamid, mas também a visão do imaginário coletivo partilhante de seu universo mental que enxergava no poder de seus príncipes habilidades supranaturais, quase divinas.

Podemos assim, entender que o poeta ocupava a função nesta sociedade, de participar politicamente, através da forma poética, de um projeto expansionista arquitetado e mantido pelos governantes do reino de Sevilha. Ser um poeta em Al Andaluz também representava ser político. Igualmente, ocupava a função de utilizar-se da língua vulgar através do *zajal* para representar um conjunto de idéias partilhado pelo povo do qual provinha. Para além de uma política imaginariamente avessa aos sentimentos e subjetividades, Ibn Ammâr representou através da poesia a mescla entre o público e o privado que o mundo moderno acostumou-se a dividir, a mistura entre os espaços que tanto praticou em sua poesia, a imagem da política em seu tempo.

¹¹ ALVES, Adalberto. *O meu coração é árabe: A poesia luso-árabe*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1987. p 64.

¹² A poesia exemplificadora foi escolhida dentre diversas que expõem o tema. Esta trata mais claramente e diretamente do poder de Al Mu'tamid.

¹³ ELIOT, T. S. A função social da poesia. In: *A essência da poesia*. Rio de Janeiro: Artenova, 1972. pp. 34-38.

REIS, IMPERADORES E GRANDES SENHORES: O IMAGINÁRIO CONSTRUÍDO POR AFONSO X (1221-1284) NA *SEGUNDA PARTIDA*

Aluno: Gustavo Parizotto Moraes

Orientadora: Professora Dra. Marcella Lopes Guimarães

Palavras chave: Afonso X; *Siete Partidas*; Leão e Castela

Afonso X (1221-1284), filho mais velho de Fernando III e de Beatriz da Suábia, herdou de seu pai os reinos de Leão e Castela e de sua mãe o vínculo sanguíneo com o imperador Frederico I da Germânia. Os dois territórios recebidos representavam grande parte da Península Ibérica e foram fruto do esforço do antecessor na campanha de reconquista contra os mouros da qual Afonso X também participou ainda como infante. Assim como grande parte dos reinos medievais na Europa, o governo afonsino foi permeado por disputas externas (contra o avanço dos povos islamizados do noroeste africano) e internas (contra líderes regionais, revoltas e até mesmo disputas familiares).¹ Afonso X recebeu o epíteto *Sábio* pela vasta produção cultural durante os 32 anos em que atuou como monarca. Além do corpo legislativo das *Siete Partidas*, incentivou a realização de obras históricas, científicas, poéticas, linguísticas e outras². Tais escritos caracterizavam muitas vezes a retomada de uma tradição greco-árabica possibilitada por grupos de pensadores como a Escola de Tradutores de Toledo.

Suas aventuras em direção ao norte da África, sua pretensão ao trono de Imperador do Sacro Império e seu desejo de ver seu neto, Afonso de Lacerda, como sucessor foram esforços infrutíferos. Consequentemente perdeu prestígio junto ao seu corpo político e gastou enormes quantias de dinheiro em campanhas desastrosas. Sensível a diferença entre pai e filho: diferentemente de Fernando III, conhecido pelos esforços militares para a formação da Coroa de Leão e Castela, Afonso X não repetiu as façanhas bélicas de seu antecessor. Entretanto, não se pode caracterizar o reinado afonsino como um fracasso político absoluto.³ O rei utilizou outras ferramentas para a manutenção de seu poder, as produções culturais realizadas em seu governo não podem ser isoladas de um esforço régio para a legitimação. Se militarmente não deu continuidade ao sucesso de seu pai, Afonso X investiu em outras formas de afirmação política dentre as quais a construção de códigos jurídicos é objeto de estudo monográfico. O rei castelhano conseguiu utilizar da lei como exercício de poder? É possível identificar atributos desejados e preteridos na figura real descrita nas leis? Há possibilidade de relacionar entre esse imaginário estabelecido na *Segunda Partida* e o próprio Afonso X? A tentativa de resposta aos questionamentos exige, preliminarmente, uma análise contextual do período afonsino.

¹ SOUZA JUNIOR, Almir Marques. **As Duas Faces da Realeza na Castela do século XIII: Os Reinados de Fernando III e Afonso X**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal Fluminense, Departamento de História. Niterói, 2009. p.124.

² Exemplos são: As Cantigas de Santa Maria, As Tábuas Afonsinas, O Livro dos Jogos, A Primeira Crônica Geral de Espanha etc.

³ KLEINE, Marina. **El rey que es formosura de Espanna: imagens do poder real na obra de Afonso X, o sábio (1221-1284)**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, 2005. p.34.

O século XIII foi uma época de transformações no mundo medieval europeu. Para o entendimento desse contexto, optou-se pela adoção das lições de Jacques Le Goff que elenca quatro principais inflexões da sociedade naquele período: a renovação comercial, a transição do ambiente rural para o urbano, o aparecimento das ordens mendicantes e o desenvolvimento do saber nas universidades.

A população de várias cidades europeias aumentou consideravelmente. Se no ano 1000 possivelmente não havia agrupamento com mais de dez mil pessoas, no século XIII eram 55 os que ultrapassam essa quantidade de habitantes.⁴ Os movimentos migratórios se intensificaram por razões econômicas, meteorológicas, bélicas, religiosas e políticas. Nos reinos ibéricos de Leão e Castela, a rota espiritual de Santiago de Compostela e os esforços de ocupação dos territórios reconquistados no governo de Fernando III (1217-1252) são exemplos da circulação de pessoas. Essa nova dinâmica social proporcionará ambiente favorável ao aparecimento de um grupo letrado, especializado em leis e atento às novas disputas cotidianas cidadinas. Entretanto, os juristas não se limitaram à prestação de serviços para comerciantes e pequenos burgueses em ascensão, o fortalecimento de cidades implicou na tensão entre forças políticas centralizadoras e desagregadoras a qual exigirá novas teorias políticas.

Essa disputa também estará presente em Leão e Castela. A oligarquia local formada pelos homens nobres controlava as cidades castelhanas através de magistraturas públicas. Porém, seu poder decisório também seria limitado pela Coroa. Para Afonso X, rei de aspirações imperiais, exercer autoridade em cidades de seu próprio território era primordial. Exemplo dessa tentativa de submissão foi a promulgação do *Fuero Real*, um corpo documental que visava padronizar as legislações das diversas localidades sob uma única autoridade real, “Al Fuero Real correspondía la implantación del monopolio normativo a favor del rey y acabar, de este modo, con el sistema de creación libre del derecho que existía en Castilla y en las Extremaduras; [...]”⁵.

A economia também se desenvolveu, cada vez mais os mercadores foram se organizando em corporações de ofício muitas vezes originadas de confrarias que, por sua vez, tinham objetivo de agregar uma categoria profissional e incentivar o auxílio mútuo entre seus membros. Economicamente desejavam o monopólio de sua atividade laboral e politicamente integravam um grupo sólido o suficiente para dialogar com os outros núcleos de poder das cidades⁶. Evidencia-se a consequência das transformações na sociedade, criam-se novas formas de relacionamento e de afirmação.

No âmbito espiritual, ordens mendicantes foram surgindo como alternativas às tradicionais forças da Igreja que eram criticadas, por exemplo, quanto ao rápido crescimento de heresias. Esses grupos buscavam a evangelização através de atitudes que consideravam mais próximas à palavra de Cristo, pregavam a humildade e a pobreza nos crescentes ambientes urbanos. Porém, alguns desses grupos, não

⁴ FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade média**: nascimento do ocidente. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 2001. p. 27.

⁵ BERNA, José Sánchez-Arcilla. La “teoría de la ley” en la obra legislativa de Alfonso X el Sabio. In: **Alcanate: Revista de Estudios Alfonsíes**, VI, 2008-2009. p. 82.

⁶ FRANCO JÚNIOR, Hilário. *op. cit.* p. 54.

satisfeitos apenas com o ensinamento pelo exemplo, optam pela teorização desse novo comportamento.

Nos três aspectos iniciais, é possível perceber a crescente exigência de homens capazes de articular anseios de determinados grupos sociais por meio de uma nova maneira de legitimação: a teoria, a palavra, o discurso. Essa demanda será suprida pelos estudantes de uma instituição medieval emergente: a universidade. A partir do século XIII várias delas foram criadas como as de Paris, de Bolonha e de Oxford para o estudo do Direito, Teologia e Medicina. Elas representavam o renascimento urbano do período e se assemelhavam às corporações de ofício, pois, assim com os comerciantes, os homens de saber⁷ também visavam sua maior organização. À institucionalização dessa coletividade soma-se o aperfeiçoamento da metodologia de construção do conhecimento. As universidades desenvolveram o método escolástico, uma técnica de ensino filosófico e teológico que auxiliou na sistematização da filosofia cristã. Reinholdo Aloysio Ullmann afirma que mestre e alunos se reuniam para uma sequência de atividades, primeiramente havia a *lectio* com a leitura inicial de textos. Em seguida, na *quaestio*, os alunos criavam questões acerca do que havia sido lido. As discussões prosseguiam com a *disputatio*, nesse momento buscava-se a definição de conceitos e o estabelecimento de um consenso. Por fim, o mestre retornava com a *determinatio*, uma solução trazida aos problemas levantados. Apesar do excesso de formalidades, a escolástica apresentava vantagens: a delimitação exata e analítica do problema a ser debatido, a clareza nos conceitos e definições e a expressão rigorosa e lógica.⁸ No mesmo sentido, Le Goff ressalta que a escolástica criou um espírito crítico como instrumento para a sabedoria, também disseminou a ideia de saber como libertação e ainda estabeleceu a ordem nas ideias⁹.

Além do crescimento urbano, desenvolvimento comercial, aparecimento de novas ordens religiosas e da institucionalização do saber nas universidades, outros dois elementos devem ser citados no contexto dos séculos XI-XIII. Em primeiro lugar, é importante lembrar que no panorama político medieval atuavam diversos personagens e instituições. Desde o esfacelamento dos romanos perante incursões bárbaras, as pretensões universais eram disputadas entre Império e Igreja. Além disso, conforme conceituação de Hilário Franco Júnior, poderes particularistas começaram a surgir como uma terceira forma de organização política. Em Leão e Castela, Afonso X envolveu-se em tais disputas políticas durante todo seu reinado enquanto buscava a submissão de nobres regionais e também quando se lançou nas eleições para sucessão do Sacro Império Romano Germânico. O Sábio era adepto da divisão de funções entre poderes temporais e seculares, no início da *Segunda Partida* analisa os inimigos da fé e defende que:

⁷ Categoria estabelecida pelo historiador francês Jacques Verger. Análise mais detalhada sobre os termos *homens de saber e intelectuais* pode ser lida em: VERÍSSIMO, Eliane Santana.; ZLATIC, Carlos Eduardo. Homens de cultura na Baixa Idade Média ocidental: aspectos da formação erudita. In: **Vozes, Pretérito & Devir: Dossiê Temático: Intelectuais, historiografia e literatura, ano II, v. III, n. I, 2014. p. 132-149.**

⁸ ULLMANN, Reinholdo Aloysio. **A Universidade Medieval.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. p. 55 et seq.

⁹ LE GOFF, Jacques. **As raízes medievais da Europa.** Petrópolis: Vozes. 2007. p.189.

[...] las cosas de que han á guardar la fe non son tan solamente de los enemigos manifiestos que en ella non creen, mas aun de los malos cristianos atrevidos que la non obedescen, nin la quieren tener nin guardar: et porque esto es cosa que se debe vedar et escarmentar cruamente, lo que ellos non podrian facer porque el su poderio es espiritual, que es todo lleno de piedat et de mercet: por ende nuestro señor Dios puso outro poder temporal en la tierra con que esto se cumpliese, asi como la justicia que quiso que se ficiese en la tierra por mano de los emperadores et de los reyes. Et estas son las dos espadas por que el mundo se mantiene, [...] ¹⁰

Por fim, para estabelecer o ambiente em que o Sábio estava inserido, não é possível ignorar os pensadores de Toledo. Um dos legados da Reconquista foi a cultura de tradução de textos e a reintrodução de filósofos clássicos no Ocidente medieval, a *translatio studiorum*¹¹. A Escola de Tradutores de Toledo é um dos maiores exemplos dessas atividades, pois nela estudiosos cristãos, judeus e árabes irão se dedicar à atividade erudita juntamente ao próprio rei sábio.¹² Elaine Senko explica o sentido duplo das atividades de tradução (exemplo: Isidoro de Sevilha para o idioma árabe) e ressalta a importância da disseminação de textos aristotélicos, a *Segunda Partida* está plena de referências ao filósofo e seus ensinamentos a Alexandre da Macedônia. É justamente esse um dos pontos que irá propiciar uma inovação no momento de construção das *Siete Partidas*. Retomando o aspecto anterior sobre o jogo de forças políticas na cristandade, Fátima Regina Fernandes explica que a legislação do período buscava uma unidade fortalecida mas equilibrada para evitar a ascensão de tiranos:

O constante recurso a Aristóteles e seus dois tratados da Política e Ética à Nicômaco especialmente a partir dos séculos XIII fazem sentido no momento em que este debate tornara-se urgente e atual. Assim, as leis, seriam instrumentos de afirmação régia, sendo o rei o agente que valorava e reconhecia a validade das mesmas, agente emissor de princípios válidos legislativos [...] ¹³

Tendo esses elementos como pano de fundo, Afonso X irá imaginar *Las Siete Partidas Del Rey Don Alfonso el Sabio*¹⁴ (1256-1265). O conjunto é formado por sete livros e foi uma das grandes compilações legislativas medievais, representa o esforço do rei castelhano em reunir sob uma única jurisdição as regiões que controlava:

¹⁰ Introdução à *Segunda Partida*.

¹¹ SENKO, Elaine Cristina. Afonso X, o Sábio (1221-1284) e a recepção da *translatio studiorum* na Idade Média Viva. In: **Revista Litteris**, n. 14, 2014. p. 239.

¹² REIS, Jaime Estevão. Os centros de saber alfonsinos e a renovação do Direito castelhano-leonês no século XIII. In: **Anais da Jornada de Estudos Antigos e Medievais**. Maringá: Editora da UEM, 2011. p. 2.

¹³ FERNANDES, Fátima Regina. Teorias políticas medievais e a construção do conceito de unidade, In: **História**. São Paulo, n. 28 (2), 2009, p. 53.

¹⁴ A fonte pode ser consultada na biblioteca digital Pixe legis do site da Universidad de Sevilla: www.us.es

A necessidade de administrar o território foi um problema legado pelo predecessor do sábio rei. Após as conquistas de Fernando terem chegado ao fim, o estado castelhano se encontrou na difícil situação de ter que administrar um território significativamente maior e que já contava com leis e instituições próprias, sem no entanto contar com um instrumento administrativo efetivamente sólido o bastante para comportar os novos limites territoriais.¹⁵

Redigida em castelhano arcaico, o projeto buscava uma padronização do direito através da retomada de preceitos clássicos em detrimento da heterogeneidade de práticas baseadas em costumes. As *Partidas* fazem parte do renascimento jurídico do século XIII e agregam elementos legislativos com preceitos filosóficos resgatados pelas já citadas escolas de tradutores. A *Segunda Partida* propicia elementos mais concretos se quisermos analisar como a obra jurídica de Afonso X foi construída e como o Sábio a utiliza para sua legitimação. É nela que serão elencados os atributos de um rei medieval, suas competências, limitações, obrigações etc. Entender como o sábio vislumbrava um monarca é também entender como ele próprio procurava afirmar-se. O imaginário - a idealização de um perfil de governante - estará presente no segundo conjunto legislativo, mais especificamente nos títulos I ao XI. Há um pequeno prólogo que serve como introdução à obra: explica quais assuntos serão tratados e confirma qual a temática geral do segundo tomo: reis, imperadores e grandes senhores. Sobre os títulos preteridos: grande parte se dirige ao comportamento do povo (como uma cartilha) em relação às terras, aos oficiais etc. Na parte final do código, são tratados temas como: guerras, cavaleiros, prisioneiros, táticas de combate e outros assuntos relacionados.

A partir do estudo de aspectos dos títulos sobre o rei na *Segunda Partida*, é possível vislumbrar características da legislação afonsina: início de títulos geralmente delimitando conceitos (como o povo, por exemplo), fragmentação em várias leis (possivelmente para facilitar a consulta posterior ou a referência quando necessário), utilização de argumentos diversos (como passagens bíblicas e ideias aristotélicas) e a existência de algumas lacunas e contradições por sua extensão. Entretanto, não se pode resumir as *Partidas* como um documento estritamente legal nos moldes atuais que pregam o “fazer ou o deixar de fazer” pois as normas afonsinas misturam justificativas, exemplos de sábios, comparações, sugestões e teorias. Tem-se o perfil imaginado por Afonso X: um rei imbuído de virtudes cristãs sem ignorar seu caráter terreno. Deve ter fé, esperança, caridade, prudência, fortaleza de coração, justiça e, sobretudo, moderação. A moderação está presente em praticamente todos os títulos estudados e encontra fundamento em um dos sábios mais citados pelas *Partidas*: Aristóteles.¹⁶ A ideia de se evitar os excessos, de agir moderadamente, reflete uma recepção da justa medida clássica retomada através das traduções anteriormente explicadas. Além disso, ainda há a preocupação

¹⁵ SOUZA JUNIOR, Almir Marques. *op. cit.* p. 18

¹⁶ Conforme o pensador expõe no livro II parte 6 da *Ética a Nicômaco*.

do governante com o povo, outra característica, portanto, é a busca do bem comum¹⁷ e para isso há a necessidade de conhecer os homens e seus costumes.

Concordando com o epíteto atribuído ao monarca castelhano, a legislação afonsina é um esforço de legitimação através da palavra. Souza Júnior esclarece essa ideia ao dividir seu trabalho em capítulos opondo Fernando III e Afonso X: o que o primeiro conquistou pelas armas, o segundo tentará através da argumentação. Essa diferença é chamada pelo autor como uma “mudança de paradigma para a realeza”¹⁸, pensamento coerente já que o contexto do reinado dos dois governantes é diverso. Assim é possível compreender o esforço do castelhano para realizar tamanha obra jurídica, resposta que achou cabível às exigências de afirmação. O Direito e as leis, portanto, são instrumentos de poder tanto como forma de autoridade temporal e espiritual como também nas disputas mais corriqueiras. O autor R. C. van Caenegem, explicando a retomada dos estudos do *Corpus Iuris Civilis* do imperador bizantino Justiniano, exemplifica a importância do Direito:

Mas motivos e necessidades adicionais mantiveram o interesse pelo antigo direito romano: as cidades e os principados em crescimento precisavam de um arcabouço jurídico adaptado às novas estruturas administrativas; e, durante a controvérsia das investiduras, cada lado procurou os argumentos para sustentar sua causa nos textos do *Corpus Iuris*.¹⁹

Por fim, a análise mais profunda da *Segunda Partida* e do próprio rei Afonso X permitiu uma inevitável constatação: criador e criatura se confundem. Vale dizer: além da própria promulgação de uma lei unificadora de reinos ter impacto na legitimação de Afonso X, o próprio conteúdo da lei no momento de delimitação do imaginário real também confirma o perfil afonsino como governante a ser desejado. São vários momentos em que “realidade” e “teoria” se aproximam, um paralelo possível é a experiência vivida pelo Sábio que conheceu diferentes costumes locais em viagens na infância e a exigência das *Partidas* para que o governante conhecesse seu povo²⁰. No contexto ibérico, o estudo baseado em historiadores brasileiros e estrangeiros revelou uma série de conclusões: no século XIII ocorre uma série de transformações que podem explicar a mudança de paradigma defendida por Souza Júnior e a inclusão do atributo sapiência (*rex sapiens*) à imagem real como esclarece Marina Kleine.

Assim, identificamos a hipótese a ser lançada: o poder jurídico foi essencial na corte afonsina tanto para padronização dos reinos e territórios conquistados por Fernando III quanto para a elaboração de um imaginário régio que ia de encontro às características do rei sábio revelando o caráter político legitimador da *Segunda Partida*:

¹⁷ Conceito discutido por Aristóteles no livro I parte 2 da *Ética a Nicômaco*.

¹⁸ SOUZA JUNIOR, Almir Marques. *op. cit.* p. 113.

¹⁹ CAENEGEM, R. C. van. **Introdução Histórica ao Direito Privado**. São Paulo: Martins Fontes, p. 67.

²⁰ *Segunda Partida*, Título V, Ley XVII, *Cómo el rey se debe trabajar de conocer los homes*.

como dixieron los sabios antiguos la sabedoria de los derechos es otra manera de caballeria com que se quebrantan los atreviminetos et se endereszan los tuertos²¹

²¹ *Segunda Partida, Título X, Ley III.*

O CANCIONEIRO DO CONDE PEDRO AFONSO DE BARCELOS (1287-1354): RELAÇÕES CULTURAIS E POLITICAS NO PORTUGAL TARDO-MEDIEVAL

Autor: Samuel Kawahara

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marcella Lopes Guimarães

Palavras-Chaves: Pedro Afonso de Barcelos, Trovadores, Cancioneiro Medieval

RESUMO

Este presente trabalho tem como objetivo analisar a obra de D. Pedro Afonso de Barcelos, conde português que viveu entre 1287-1354. Famoso por seu *Livro de Linhagens*, pela atribuição da *Crónica de 1344* e por seu cancioneiro, em trata de temas lírico-amorosos e de canções e poesias de escárnio e maldizer, possui uma obra que abrange cerca de 10 poemas preservados pelo tempo. Foi filho bastardo do rei de Portugal D. Dinis, também poeta notório. Esta monografia procura analisar, sobretudo, a lírica amorosa do conde, com um rápido cotejamento com a obra satírica.

Analisamos as cantigas no contexto, procurando relações com outras poesias trovadorescas daquele tempo. Procurou-se fazer uma transcrição das poesias, escritas originalmente em galego-português, transcrevendo-as em português contemporâneo, omitidas no texto da monografia, mas utilizadas na compreensão das obras.

O texto principal começa com a biografia de D. Pedro de Barcelos. Aachamos por bem fazer uma incursão na formação de Portugal ainda na época romana, estabelecendo laços com a monarquia visigoda e a moderna monarquia portuguesa. Depois há uma descrição do nobre, tentando ressaltar a sua personalidade e sua atuação na monarquia da época. Através de livros de linhagem e de suas poesias procura-se estabelecer um “perfil” imagético deste nobre, suas características e aptidões pessoais.

Segue-se então, para a análise dos poemas em si, dividida em duas partes, a lírica amorosa e a poesia satírica. Na lírica amorosa foram utilizados todos os poemas preservados pelo tempo, e na satírica apenas dois, por serem mais representativos da obra de D. Pedro.

Ressaltamos a fundamental contribuição da historiadora Adriana Mocelim, pesquisadora do NEMED e especialista na obra de nosso autor. As fontes primárias foram transcritas do site: www.cantigas.fcsh.unl.pt, importante e completa base de dados da poesia medieval galego-portuguesa.

Afim de exemplificar nossa análise, transcrevemos um segmento do trabalho com as fontes. Poema 1:

Nom me poss'eu de morte defender,
pois vejo d'Amor que me quer matar
por ãa dona; mais, pois m'eu guardar
nom posso já de por dona morrer,
catarei já das donas a melhor
por que, pois mi há de matar, mat'Amor.

E pois Amor em tal guisa me tem
em seu poder que defesa nom hei
de parar morte; e pois eu certo sei
que por dona a morrer me convém,
 catarei já das donas a melhor
por que, pois mi há de matar, mat'Amor.

E bem vej'eu, per qual poder em mi
Amor tomou, que nom hei defensom
d'escusar mort'; e pois eu tal razom
 hei por dona de prender mort'assi,
 catarei já das donas a melhor
por que, pois mi há de matar, mat'Amor.

A cantiga acima é formada por três estrofes e tem refrão. O sujeito que fala nela é masculino e o tema é o amor, o que segundo as categorias da *Arte de Trovar* classifica essa cantiga como cantiga de amor. Na 1ª estrofe, o eu poético afirma que não pode se defender de morrer de amor, portanto, vai procurar a melhor dentre todas as damas, pois se tem de morrer, quer morrer pela melhor. Nas outras estrofes, retoma essa ideia, observando que está submetido ao amor.

O eu poético deixa transparecer sua busca pela amada. Seu sentimento de culpa por não poder resistir ao amor só é comparável segundo ele com a morte, ou sua ou da amada. Em determinado momento, o eu lírico se convence de que é impossível resistir e aceita o fato de que “me mate esse amor”.

Apesar deste tom de melancolia, o poema é uma mistura de tensões, ora em auge, ora em depressão. O poeta certamente criou um poema onde o contraste morte/vida, só é possível no dualismo amor/desilusão. Mesmo com esse contraste, que proporcionará ao poeta aceitar o destino final do amor, como ele mesmo diz: “Amor que me apaixonou sem defesas”.

Poema 2

Nom quer'a Deus por mia morte rogar,
nem por mia vida, ca nom mi há mester:
 [e p]oi[s] aquel que o rogar quiser,
 por si o rog'e leix'a mim passar
 assi meu tempo, ca mentr'eu durar,
 nunca me pode bem nem mal fazer,
 nem ond'eu haja pesar nem prazer.

E já m'El tanto mal fez que nom sei
rem u me possa cobrar diss'; e nom
sei, nem sab'outrem, nem sab'El razom
por que me faça mais mal de quant'hei.
 E pois eu já per tod'esto passei,

nunca me pode bem nem mal fazer,
nem ond'eu haja pesar nem prazer.

E bem nem mal nunca m'El já fará,
pois m'El pesar com tam gram coita deu,
que nunca prazer no coraçom meu
me pode dar, ca já nom poderá.
E pois por mim tod'esto passou já,
nunca me pode bem nem mal fazer
nem ond'eu haja pesar nem prazer.

A cantiga é formada também por 3 estrofes e tem refrão. Este poema sem dúvida é um dos poemas mais tristes do conjunto de cantigas de amor do Conde de Barcelos. Em um estilo “blues” romântico, o poema parece ser o oposto do primeiro, onde o eu lírico está ainda buscando a amada, neste poema parece já tê-la possuído, sabendo o que isto acarretará em sua visão de mundo, em suas consequências.

Interessante que, se compararmos com o último poema, os quatro fecham uma série de auge/clímax, depressão, exaltação e saudade, este parece refletir uma incerteza em possuir o amor desejado, que mesmo juntos parecem divagar em outros “pequenos amores”. Como no primeiro poema a dualidade morte/amor, aqui é substituída pela dualidade prazer/dor, e bem/mal.

Nessa cantiga, o eu lírico parece ter desistido da vida. Ele até é um pouco blasfemo na medida em que afirma: “E já m'El tanto mal fez que nom sei”, ou seja, Deus não o eximiu de malefícios, fez-lhe mal. O eu conclui com a mesma aceitação passiva, do primeiro poema: a força do amor, mas agora com a consciência mais segura dos seus efeitos “românticos”.

A fim de exemplificar nossa análise breve da poesia satírica, citamos:

Rubrica:

*Esta cantiga foi feita a um 'scudeiro que andou aalem-
mar e dizia que fôra aló mouro*

Alvar Rodríguez, monteiro maior,
sabe bem que lhi há 'l-rei desamor,
porque lhe dizem que é mal feitor
na sa terra; éste cousa certa
ca diz que se quer ir; e, per u for,
levará cabeça descoberta.

El entende que faz a 'l-rei pesar,
se lhi na terr[a] aqui mais morar;
por en quer ir sa guarida buscar,
com gram despeit', em terra deserta;
e diz que pode, per u for, levar

sempr'a cabeça descoberta.

Essa cantiga tem uma particularidade, apresenta uma rubrica, que esclarece elementos da identidade do protagonista. Trata-se de um sujeito chamado Álvaro Rodriguez (ou Alvar Rodriguez em português medieval), um personagem da época, “monteiro maior”, ou seja, chefe dos guardas das matas e coutadas, que passou por terras desertas da África e viveu em Portugal. Na África Subsaariana, conheceu o mundo do Islã. Provavelmente por sua vida de aventuras, tenha chamado a atenção de D. Pedro Afonso, levando-o a escrever este poema, quase como uma crônica da época.

O site de onde a cantiga foi extraída guarda esta nota sobre Alvar Rodriguez¹;

“Este Álvaro Rodrigues, filho de uma dona do Crato, era neto (ou mesmo filho), por via bastarda, do trovador Rodrigo Anes Redondo. Sabe-se, de resto, que, antes de assumir a chefia da Ordem, D. Álvaro Gonçalves Pereira esteve em Rodes, tendo participado no combate aos Turcos, juntamente com os cavaleiros e homens de armas que levava de Portugal, como indica Fernão Lopes.” (in_ <http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1460&pv=sim>)

O problema levantado pela cantiga é que o personagem é mal quisto no reino e a razão segundo a qual isso se deve é a sua possível conversão ao Islã: “levará cabeça descoberta”, ou seja, foi circuncidado, por isso, é malfeitor. Não há tolerância aqui, mas a cantiga “noticia” uma possibilidade da época, de um indivíduo converter-se pela proximidade com a cultura do outro e não mais chance de voltar aos seus. É um poema sobre a “exclusão” sobre ser “diferente” do “outro”, sobre não aceitar o próximo, mesmo que este não saiba o que de fato pensam dele.

Portanto, falar da poesia dos trovadores significa também entrar em um mundo literário onde a “literatura” era expressa em si mesma, quer de forma meta-poética, quer como um gênero que englobava a poesia, a crônica e os registros históricos. Então ao analisar estes poemas deve-se contrabalançar com uma visão “literária” com um peso maior a questão linguística do que ao pensamento historiográfico afinal. Pensar que o Português como língua nasce na Idade Média é

¹ O Site refere-se a esse fato como: Este Álvaro Rodrigues é certamente a mesma personagem satirizada por Estêvão da Guarda em [cinco cantigas](http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1460&pv=sim), também a partir de equívocos que a rubrica que acompanha esta composição ajuda a compreender: tratar-se-ia de um cristão que se teria (pelo menos temporariamente) convertido ao islamismo, na sua passagem pelo Norte de África. Como faz notar Rodrigues Lapa, parece haver certo desfazamento entre a sua identificação como escudeiro, feita pela rubrica, e a sua qualidade de monteiro-mor, referida na cantiga. Seja como for, o retrato de um Álvaro Rodrigues despeitado com o desfavor do rei não é certamente a única leitura possível para a composição (que poderá, aliás, estar incompleta): de facto, a repetida referência à *cabeça descoberta*, feita no refrão, será certamente uma alusão sexual (à circuncisão, único facto que poderá justificar as informações da rubrica).(in_ cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1460&pv=sim).

também fazer um elogio à forma “aberta” do Latim, significa pensar a língua portuguesa como uma extensão do Latim.

Outro aspecto interessante é a figura de D. Pedro Afonso de Barcelos, figura central neste estudo. Conforme a análise dos poemas chega-se a uma conclusão quase comum que se trata de um nobre bom e caridoso neste sentido. Sua obra poética expressa uma beleza e um conjunto de valores apreciáveis a um nobre da época.

Enquanto se fazia esta monografia, surgiram questões além da tese central que seria justo colocá-las aqui, nesta conclusão. Ao analisar os poemas, detivemos em uma questão primordial, seriam os poemas (ou melhor, os “cancioneiros”) a única forma realmente “popular” de arte? Seriam a única forma do povo mais simples e alguns letrados de apreciar uma arte literária genuinamente “vernácula”?

Outra questão levantada é a comparação entre este mundo e o mundo pós-moderno de hoje. Atualmente temos, musicas, cds, dvds e outras formas de arte que proporcionam o “êxtase” artístico. Mas isto caberia à obra de D. Pedro Afonso de Barcelos? Seria sua obra uma tentativa de provocar um “êxtase” artístico semelhante ao o que ocorre hoje?

A VIDA POR DETRÁS DAS PALAVRAS: A LÍRICA TABERNÁRIA DOS GOLIARDOS PRESENTE NO CARMINA BURANA – SÉCULOS XI – XIII

Helena Macedo Ribas

Orientadora: Dra. Fátima Regina Fernandes

Palavras-chave: goliardos. Carmina Burana. Poesia Medieval.

Os séculos XI, XII e XIII foram períodos de transformação da sociedade medieval. Com o florescimento das atividades comerciais e o uso cada vez mais difundido da moeda, bem como o período de prosperidade descrito por Duby¹ faz com que as mudanças, num sentido de dinamização da sociedade, tenham maior abrangência. Com este aquecimento aumenta também o número de viajantes e andarilhos, comerciantes e peregrinos que promovem uma mobilidade de pessoas expressiva nas estradas e nas cidades. Essas mudanças acarretam também a difusão gradual de uma espiritualidade renovada e mais otimista, introduzida pela ordem de Císter, que valorizava o trabalho enquanto uma forma de expiação de pecados, acarretando na possível salvação do homem, ao contrário do sentimento de destinação à decadência eterna do ser humano, perpetrada anteriormente num contexto de milenarismo. Logo, a cidade se torna um ambiente festivo pela presença constante de jograis, que cantavam, dançavam e divertiam as pessoas nos dias comuns e de festa pois existia um calendário de festas religiosas e populares que era observado e incentivado pela Igreja como uma espécie de válvula de escape da rotina de trabalho.

Com a crescente implementação das Universidades, centros de saber que se dissociavam das catedrais e mosteiros e se dedicavam ao ensino do Direito, da Teologia e da Medicina observa-se um diálogo intenso com os pensadores da Antiguidade, preservados e traduzidos graças ao trabalho dos copistas e que nestes Estudos Gerais seriam ensinados e atualizados segundo perspectivas da Escolástica. Muitas Universidades ficaram famosas ainda na Idade Média, como a Universidade de Paris que era muito procurada por mestres e estudantes pelo seu enfoque na Teologia, e que movimentou um grande número de estudantes de outras localidades. A condição de vagante é um comum na Idade Média, estudantes que procuravam por mestres fora de seus locais de nascimento, peregrinos em busca de salvação na Terra Santa ou em Compostela, jograis que iam de uma Corte para outra levando mensagens dos nobres ou buscando diversificar seu público.

A cidade tinha uma relação ambivalente com a Universidade, ao mesmo tempo em que a presença de um centro de letras era prestigiosa, a convivência com os estudantes era atribulada, pois estes eram, segundo Le Goff, de natureza agitadora e questionadora. A Universidade, apesar de contar com o apoio da Igreja e das autoridades laicas em geral funciona como uma corporação de ofícios e na sua relação com a cidade observa-se certa tensão. Pois se lucra com a presença dos estudantes, que, apesar de mais malquistos do que qualquer outro estrangeiro, alugavam as casas e traziam renda para os burgueses, por outro lado, como explica Le Goff,

¹ DUBY, G. **Idade Média, idade dos homens**: do amor e outros ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-146.

Os estudantes representam, na cidade, um corpo estranho e frequentemente encarado com hostilidade. Curiosamente, talvez sejam eles, entre os imigrantes vindos para a cidade [...] os mais malquistos. Faz-se a eles a mesma censura que hoje se faz àqueles que vêm das periferias; perturbam a vida dos bons burgueses, dos bons cidadãos.²

É precisamente neste contexto universitário e agitado das cidades que surge um grupo de estudantes diferente dos demais, clérigos em formação que de forma satírica cantam críticas à Igreja, clérigos estudantes que veneram em suas cantigas e em suas vidas o vinho, o jogo, a boa mesa e a companhia de mulheres, nas tabernas, seu principal ponto de encontro; clérigos no sentido de estudantes³ conhecidos como *Goliardos*.

Classificados pela literatura como clérigos vagantes de ordens menores ou estudantes no processo de se tornarem clérigos, os *goliardos* criaram uma lírica própria, com canções satíricas e amorosas compostas e cantadas em latim, reproduzidas dentro do ambiente universitário e reunidas em quatro Cancioneiros principais *Carmina Cantabrigensia*, datado do fim do século XI e encontrado na região de Cambridge, *Carmina Arundeliana*, também da mesma época e encontrado no mosteiro de Arundel, região da atual Inglaterra, *Carmina Rhipullensia* datado do século XII e preservado no mosteiro de Santa Maria de Ripoll, atual Catalunha e por fim o *Carmina Burana* talvez o mais célebre dos quatro e sem dúvida o maior, preservado em um mosteiro de São Bento na atual Baviera alemã e datado do século XIII⁴. Nesses códices residem poesias que possuem características únicas, que nos permitem agrupá-las dentro de um mesmo movimento, dentro de uma mesma lírica, a lírica goliárdica.

Nas nossas pesquisas utilizamos largamente as reflexões apresentadas por Juan Estevez Sola, na introdução que faz à sua antologia do *Carmina Burana* que também é nossa fonte, bem como os estudos de Luiz Antonio de Villena⁵ que se dedicou por muitos anos ao estudo dos *goliardos* e dos desdobramentos de seu movimento. Para nos embasar quanto ao contexto de reviravoltas que a Cristandade latina passa durante o período estudado, utilizamos os estudos de Georges Duby⁶ e Jacques Le Goff⁷, principalmente no que concerne às cidades e as Universidades, bem como os apontamentos sobre outras formas de lírica medieval existentes em língua vulgar. Quanto às reflexões sobre o problema da oralidade e sua presença nos Cancioneiros medievais tomamos por base o estudo de Paul Zumthor⁸ sobre essa

² LE GOFF, J. Por amor as cidades. 66

³ Nesse contexto, os termos “clérigo” e “estudante” são equivalentes, uma vez que se referiam aos homens de letras, em sua maioria clérigos (iniciados em uma ordem religiosa). BROCCHERI, F. B. El intelectual. IN: LE GOFF, J. **El hombre medieval**. Madrid: Alianza editorial, 1991. pp. 196-197.

⁴ SOLA, J. E. **Carmina Burana: antología**. Madrid: Alianza Editorial, 2006. p. 9-12.

⁵ VILLENA, L. A. **Dados, amor y clerigos: el mundo de los goliardos en la edad media europea**. Sevilla: Renacimiento, 2010. p. 49-50.

⁶ DUBY, G. *op. cit.*

⁷ LE GOFF, J. **El hombre medieval**. Madrid: Alianza editorial, 1991.

⁸ ZUMTHOR, P. **A letra e a voz: a “literatura” medieval**. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

característica peculiar da poesia medieval, já sobre os elementos da cultura popular presentes na sátira goliárdica bem como os significados de suas alegorias temos por base o estudo de Mikail Bakhtin⁹ sobre as festas e seus significados e sobre o riso medieval, abundante e constante nesses ambientes por onde os *goliardos* passaram, utilizamos os estudos de José Rivair Macedo¹⁰ e Georges Minois¹¹.

Segundo Villena, a terminologia *goliardo* pode ter duas origens distintas, mas que de certa forma se complementam, a primeira teria ligação com o pecado capital da gula, sugerindo que os *goliardos* seriam adeptos dos excessos a mesa, tanto com a comida quanto com o vinho. A segunda tem ligação com o gigante bíblico Golias, que é derrotado por Davi por causa de sua arrogância, sendo um símbolo de soberba e orgulho¹². A partir dessas definições, podemos inferir que os *goliardos* não eram exatamente bem vistos na sociedade em que viveram, pertencentes a um segmento social único por não se encaixarem em nenhum existente, eram vistos como homens de *mal viver*, por não se encaixarem nos moldes mais tradicionais visto que para um *goliardo*, é a experiência de vida que dita a moral do indivíduo e não o contrário, como defendiam as autoridades e a sociedade. No entanto, seu modo de vida era alegre, sempre presentes em tabernas e bordéis; a vida de um *goliardo* era cercada de vinho, de jogatina nas tabernas e de mulheres, um comportamento considerado *inadequado* para clérigos e através de suas cantigas bem elaboradas e cheias de referências aos textos bíblicos mais conhecidos e também aos deuses do Panteão romano, satirizavam a sociedade que os condenava, especialmente a Igreja.

Dentro do manuscrito do *Carmina Burana* existe uma espécie de divisão temática, que seria, poemas morais, que contém críticas especialmente aos excessos do clero, como a simonia e a vida de luxo que alguns eclesiásticos levavam; poemas amorosos com temas sobre a primavera, o amor e a experiência amorosa e os poemas lúdico-tabernários, canções sobre a taberna, o vinho e o jogo. As canções tabernárias que são a fonte do nosso estudo representam de forma abrangente a universo goliárdico, bem como seu estilo de vida: numa mistura de elementos satíricos e referências aos deuses do Panteão romano, especialmente Baco e Vênus, divindades do vinho e do amor, respectivamente, os *goliardos* satirizavam ritos e textos sagrados, através de odes ao vinho, adorações a Baco e paródias dos Evangelhos, propondo uma forma de vida mais espontânea como modelo dentro da sociedade.

Tendo isso posto, alguns elementos necessitam de elucidação para que possamos compreender o funcionamento das cantigas e sua forma de difusão. Em primeiro lugar, devemos ter em mente a carga de oralidade que as cantigas goliárdicas carregam, uma vez que as cantigas foram cristalizadas no manuscrito já num período tardio do movimento, e que configura o instrumento de sobrevivência das mesmas dentro dos ambientes das Universidades, como eram compostas em

⁹ BAKHTIN, M. BAKHTIN, M. **Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec,

¹⁰ MACEDO, J.R. **Riso, cultura e sociedade na Idade Média**. Porto Alegre/São Paulo: Ed. Universidade/EDUSP, 2000.

¹¹ MINOIS, G. História do riso e do escárnio. Tradução Maria Elena Assumpção. São Paulo: editora UNESP, 2003.

¹² VILLENA, L. A. *op. cit.*, p. 49-50.

latim, apenas conhecedores da língua poderiam ter agido em sua difusão e preservação. Zumthor afirma que a oralidade é a primeira plataforma de existência de uma canção, que é então passada através das gerações apenas por processos mnemônicos até o momento em que são cristalizadas em um manuscrito. Além disso, a produção do livro é lenta e cara, uma vez que todo o trabalho fica a cargo de uma única pessoa, responsável por tratar o pergaminho, produzir a tinta e então transcrever as notas feitas previamente em tabuinhas de cera. Durante os séculos XII e XIII começam a se delinear alguns critérios para a transcrição de canções, tendo em vista o tempo e o gasto com a produção do manuscrito¹³.

Em segundo lugar, temos que levar em conta a característica de movimento que os *goliardos* tiveram durante seu período de maior atividade, justamente por seu comportamento vagante. Através das canções, temos indícios de que os *goliardos* passaram por diversas cidades da latinidade, desde Paris até Viena, passando pelo norte da Itália até a Catalunha, a própria localização dos manuscritos demonstra isso, e as características em comum que a literatura aponta que os manuscritos apresentam nos fazem crer que havia uma unidade entre os clérigos vagantes de diferentes localidades, no que concerne a forma de tratamento de certos temas como o amor, por exemplo, mesmo que haja similitude com outras formas de poesia.

O tema da taberna, estudado nesta monografia, representa bem os dois aspectos acima citados, algumas canções como *Estuans Intrinsecus Ira vehementi* de autoria Archipoeta de Colônia e *Qui cupit egregium scachorum ludum*, anônima, apresentam estruturas como *é dito de mim* ou *escutai o que tenho a dizer*, preservadas da tradição oral pela qual essas cantigas sobreviveram, caracterizando o que Zumthor chama de *índice de oralidade*¹⁴ sendo elementos que remetem à voz humana e demonstrando o quanto a escrita medieval tem com essa oralidade. Outra canção, *Cum "in orbem universum" decantatur "ite"* chama pessoas de diversas localidades a se juntarem aos *goliardos* em sua seita de bebedores, na qual todos são bem vindos, a exceção dos mesquinhos e avarentos.

A partir da taberna e das canções lúdico tabernárias muitas questões se colocam, uma vez que um movimento tão amplo de contestação da conduta, não só dos eclesiásticos mas da sociedade como um todo, sobreviveu por tanto tempo. Assim como a forma que se dava a sociabilidade da taberna, seus frequentadores para além dos *goliardos* e como se inseriam nessa dinâmica social, ou a possibilidade da proposta de uma nova espiritualidade cristã proposta pelas sátiras dos *goliardos*, que fosse contra a avareza e mesquinharia dos bispos em favor de uma vida mais igualitária e alegre, que beneficiasse os menos favorecidos ou que dissolvesse as hierarquias. Da mesma forma que o vinho era capaz de fazer com os as pessoas presentes na taberna, o próprio papel do vinho em si, e do ato de embriagar-se como fonte de alegria e esquecimento das mazelas da vida desses trovadores, tratado quase como em uma possessão representada por uma divindade pagã como Baco, e a importância desses elementos para o funcionamento da lírica tabernária como um conjunto.

¹³ ZUMTHOR, P. *op. cit.*, p. 100-108.

¹⁴ ZUMTHOR, P. *op. cit.* p. 35-36.

Dentro dessa perspectiva, nosso objetivo é estabelecer elementos de reconhecimento dessa lírica tabernária goliárdica, a partir da análise das canções e das alegorias de humor e sátira presentes nelas. Além disso, tentamos entender a forma como o movimento se deu, sua dinâmica e sua sobrevivência durante tanto tempo, sua reminiscência em forma de manuscritos e sua influência dentro desse ambiente universitário medieval.

A relação das autoridades com o riso e a diversão pode ter favorecido os *goliardos* a continuarem com seu modo de vida por mais tempo, o que explica o porquê das principais condenações terem se dado já no fim do movimento, com suas vozes misturadas à exuberância da cultura popular, e encerrados na dinâmica universitária, que vale ressaltar, tinha certa autonomia com relação à Igreja. Os *goliardos* sobreviveram mais de três séculos impregnando a Universidade, com seu espírito vagante levando a poesia para cantos mais e mais espalhados dentro da Cristandade latina. Sem dúvida, a marca registrada do modo de vida goliárdico são suas canções tabernárias, nas quais demonstram toda sua erudição e habilidade com as palavras ao mesclar elementos do seu contexto com referências aos clássicos, de uma forma única. As canções tabernárias abarcam uma grande variedade de sátiras, como paródias dos textos sagrados, subvertendo as passagens para defender seu posicionamento seja quanto a bebida, seja para criticar o comportamento de eclesiásticos que pratiquem a simonia, quando o eclesiástico utiliza de sua posição para obter vantagens econômicas. Uma inversão de valores, ao exaltar os excessos como forma de salvação, ao invés das práticas religiosas comuns como o jejum, que, aliás, é ojerizado por esses clérigos.

Para Villena, os *goliardos* representavam uma espécie de ruptura com relação à cultura burguesa, nobre e popular, ao utilizar elementos culturais e modelos desses diferentes ordens em suas poesias, misturá-los de forma a criar uma poesia única, repleta de alegorias populares ligadas ao corpo, ao mundano, além de elementos como a primavera e a juventude, amplamente exploradas pelos trovadores e jograis, tudo isso seguindo um metro latino refinado. Esses são elementos da chamada *poesia de experiência*, no qual o poeta, ligado ao mundo exterior, transmite seus sentimentos e percepções dos fatos a sua volta, uma percepção que é individual¹⁵. Segundo Villena, *el goliardo habla de sí, jugando a la confesión pública, pero fiando, ante todo, el la trasmisibilidad del sentimiento de la propia experiencia*¹⁶, ou seja, mesmo que os *goliardos* recorram a metáforas e alegorias, transmitindo-as de forma culta em um texto latino, não deixam de compor segundo a própria experiência de vida, e isso fica claro nas canções amorosas e tabernárias.

Ao analisarmos as canções, alguns elementos se destacam, como por exemplo, boa parte delas faz referência, direta ou indireta ao vinho e ao ato de embebedar-se para celebrar a vida e esquecer os problemas da sociedade e a canção que mais trata do tema é *De conflictu vini et aquae: denudata veritate*. Nesta, por meio de uma *altercatio*, espécie de debate que se dá entre duas partes em uma canção, a água e o vinho assumem forma humana e discutem qual é a melhor para a humanidade, utilizando argumentos que refletem o posicionamento dos próprios *goliardos*, na figura do vinho contra as camadas mais conservadoras da sociedade

¹⁵ VILLENA, *op. cit.* p. 83-91.

¹⁶ VILLENA, *op. cit.* p. 73.

que os viam e a seu comportamento com maus olhos, representados na figura da água. O vinho vence a disputa utilizando-se do mesmo argumento da água, o de ser fonte de fertilidade, mas de uma forma invertida e satírica, através da simbologia do popular, ligado ao corpo e suas funções.¹⁷ Outra canção, chamada *Bacche, bene venies gratus et optatus*, apresenta o vinho personificado na figura de Baco, que é responsável por melhorar o desempenho amoroso do homem e da mulher, fazendo-o mais másculo e mais atrativo ao olhar feminino, que por sua vez fica mais dócil. Além disso, a canção é composta por meio do estribilho, espécie de refrão, um instrumento de memorização bastante comum nas cantigas medievais e que manifesta o seu antecedente oral. Outra ainda, *In taberna quando sumus*, é uma verdadeira ode a taberna, espaço de verticalidade social onde todos são bem vindos a beber, ricos e pobres, clérigos e freiras, homens e mulheres, santos e pecadores, e aqueles que insistem em julgar esse estilo de vida como errado e excessivo estariam, segundo a cantiga fadados a serem barrados do Paraíso, sendo um exemplo bastante elucidativo da inversão de valores da qual falamos anteriormente. Assim, para os *goliardos* o vício é a regra de salvação, não a virtude; beber em honra a Baco, o deus destes poetas é o que faria os homens alcançarem o Paraíso.

Por fim, devemos ter em mente que a inversão de valores, a proposta de vida através dos vícios é acima de tudo uma *proposta* de uma vida, ou melhor, uma sátira do projeto ideológico oficial que funciona como uma válvula de escape, uma alternativa à vida austera e comedida, vindo de encontro com o humanismo que crescia naquela sociedade que reabilitava o homem nos seus aspectos mais humanos, o prazer e a diversão. A poesia dos *goliardos* representa essa tensão entre o modelo ideológico e de valores que era difundido pela cultura oficial e toda a multiplicidade que a vida humana oferece, invertendo esses valores no sentido dos excessos, de forma humorística e leve.

¹⁷ BAKHTIN, M. *Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 2010.

Banca 3

Resumos

A TRISTEZA E A PIEDADE (1969): UMA MEMÓRIA DA RESISTÊNCIA FRANCESA NO AUDIOVISUAL

Autor: Lana Beatriz Baroni

Orientador: Dennison de Oliveira

Palavras Chave: Segunda Guerra Mundial; Resistência Francesa; Memória e Audiovisual

Ao estudarmos a Segunda Guerra Mundial, a situação em que se encontrou o território francês neste período constitui um caso peculiar. Apesar de se assemelhar, em alguns aspectos, a outros casos de países que foram ocupados pelo exército nazista, a França deste período não costuma ter seu caso muito abordado ou analisado, apesar deste país se encontrar entre as grandes potências da época. Podemos questionar: quais os motivos desta rejeição e repúdio com relação a um país tão importante diplomaticamente e economicamente desde os tempos medievais?

Ainda que os franceses precisassem conviver com os soldados alemães e tivessem que contribuir com mão de obra e recursos de diversas naturezas, assim como ocorria em outras localidades, a divisão territorial em duas zonas, a dimensão que atingiu o colaboracionismo e a divinização que sofreu a Resistência Francesa durante a Liberação e após o fim da Segunda Guerra tornam o caso francês de fato peculiar. O grande motivo para se renegar este período da história da França ou, pelo menos, não analisá-lo devidamente é o incômodo que causa remexer em um passado e principalmente em uma memória mitificada, construídos para serem mais célebres e honrosos do que realmente o são.

Felizmente a temática da França no período da ocupação vem suscitando interesse. O autor francês de ficção Patrick Modiano, ganhador do prêmio Nobel de Literatura de 2014, é responsável por diversos romances que tratam do tema, como *Dora Bruner* (1998) e *Ronda da Noite* (1969), e da memória sobre este período. Com relação ao universo acadêmico, o número de publicações de historiadores sobre o assunto cresceu principalmente nos últimos quatro anos com publicações de autores como Olivier Wieviorka e Harry Roderick Kedward. Trazendo para o contexto nacional, o tema ainda é pouco mencionado e, sendo um assunto de relevância crescente, mostra a importância de ser analisado de forma mais contundente.

Conforme citado, Wieviorka é um nome importante nesta pesquisa e atualmente pode ser considerado o pesquisador mais relevante quando buscamos uma bibliografia sobre a Resistência Francesa. Sendo o primeiro a fazer uma análise profunda e ampla da história do movimento, o autor ainda é responsável por livros focados na memória da organização resistente na França, o que o torna duplamente importante nesta pesquisa que é direcionada justamente à memória do movimento. Seu livro *La mémoire des uns*¹ é vinculado ao Ministério da Defesa francês e responde à direção da memória, patrimônio e arquivos da França com o objetivo de preencher lacunas e obter respostas sobre questões referentes aos chamados "anos

¹ WIEVIORKA, Olivier. *La mémoire des uns : le souvenir politique des années sombres, de la Libération à nos jours*. Paris: Editora Seuil, 2010

escuros” (anées sombres) que compreende de 1940-1944². Partindo das obras deste autor foi possível construir um embasamento sobre o tema da Resistência Francesa e compreender diferenciações e definições, como por exemplo a separação entre Resistência-movimento e Resistência-organização bem como os indivíduos que se inseriam ou não nestas categorias. Wieviorka também traz através de sua intensa pesquisa sobre o assunto, a participação de figuras como a de Pierre Laval e do marechal Pétain no período e a vinculação da Resistência à partidos, grupos e sindicatos, de tendências de direita e de esquerda.

Apesar de fazer uma análise muito diferente da feita por Wieviorka, principalmente por ser mais sucinta e superficial, porém sendo igualmente bem fundamentada, os estudos de H. R. Kedward³ sobre o colaboracionismo foram de grande importância para este trabalho por mostrar que a prática analisada foi muito mais ampla do que os franceses costumam admitir. O autor também faz considerações sobre a assinatura do armistício e a forma positiva como foi vista pelos franceses da época, tendo sido considerada como uma salvação para parte do território francês, que ficou teoricamente desocupado, e tendo rendido a Philippe Pétain a exaltação por ter poupado seu país de um destino pior.

Ainda sobre a bibliografia do tema, através do trabalho "Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000"⁴ de Paul Kennedy foi possível compreender o caminho percorrido pela França desde o fim da Primeira Guerra e que a levou à situação econômica e de desmoralização governamental em que se encontrava às vésperas da invasão alemã. Também R. O'Connell⁵, focando na perspectiva militar, foi responsável por explicar em trechos de seu livro "História da Guerra: armas e homens. Uma história da Guerra, do armamento e da agressão” as estratégias e investimentos, ou não, feitos pelos franceses nas forças armadas e nos mecanismos de defesa e ataque do país.

Partindo para o campo metodológico com relação ao audiovisual e aos estudos de memória, muitos nomes se destacam. No caso do audiovisual, os trabalhos de Willian Guynn⁶ e Paulo Menezes⁷ mostram-se essenciais para reunir argumentos sobre a existência de uma narrativa fílmica e para compreender a existência do filme não como uma ilustração ou reprodução de uma verdade histórica, mas como uma produção que pode ser manipulada, que muitas vezes envolve personagens que não são captados de forma natural, mas atuam diante das câmeras de forma a distorcer a realidade. Menezes também é responsável por iniciar

² Esta informação referente à vinculação do livro, presente na própria obra de Wieviorka, só reforça a importância do tema e o esforço que tem sido empregado, inclusive por órgãos governamentais, para desconstruir esta memória equivocada.

³ KEDWARD, Roderick. *Occupied France: Collaboration And Resistance 1940-1944*. Oxford: Blackwell Publishers, 1985.

⁴ KENNEDY, Paul M. *Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000*. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

⁵ O'CONNELL, R. L. *História da Guerra: armas e homens. Uma história da Guerra, do armamento e da agressão*. Lisboa, Teorema, 1995.

⁶ GUYNN, Willian. *Writing History in Film*. New York, Routledge, 2006. pp. 1-80.

⁷ MENEZES, Paulo. Representificação: as relações (im)possíveis entre cinema documental e conhecimento. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 18, n. 51, Feb. 2003.

uma discussão que se conecta a ideia de Julierme Morais e Rodrigo Dias⁸ sobre a representação ao questionar "se evidentemente vemos aquilo que o documentário pretende mostrar"⁹ e "se as películas documentais realmente nos demonstram a realidade dos fatos."¹⁰ No caso destes, a discussão vai além, pois tratam de um âmbito muito importante sobre o audiovisual: a receptividade.

Finalmente há dois autores que se destacam ainda no campo do audiovisual. O primeiro é Robert Rosenstone¹¹ que nos proporciona um debate interessante acerca da estrutura e narrativas fílmicas e da contraposição ou comunhão de seus aspectos mais técnicos com a escrita e análise históricas. Apesar de apresentar argumentos questionáveis, a relevância deste autor se dá muito mais pelas discussões que podem partir de seu texto do que pelas conclusões que apresenta. Por fim, o último autor de importância nesta pesquisa foi Dennison de Oliveira¹² e suas análises referentes à relação da história e do cinema, sobre a relevância e o crescimento do campo de estudo do audiovisual e de forma mais específica por suas contribuições através das análises de filmes do período da Segunda Guerra.

Partindo para o âmbito da Memória, três autores formam a base para a análise da fonte em questão. O primeiro é Jacques Le Goff e seu livro História e Memória que além de relacionar os dois campos que dão nome ao livro remete à relação mais íntima que a memória possui com o ser humano, através de campos como a psicologia e a biologia. Le Goff também ressalta os problemas de trabalhar-se com o âmbito da memória histórica e social¹³.

Além de Le Goff, dois autores devem ser mencionados: Pierre Nora e Michael Pollak. Estes autores, fundamentais principalmente no que concerne o estudo da memória como construção de identidade e seu uso social, são indissociáveis, pois complementares. Se Nora é responsável por estabelecer as bases da análise, Pollak faz um aprofundamento com relação ao âmbito da identidade social e como a memória atua neste sentido. Nora trabalha com duas ideias essenciais em seu texto: os lugares de memória e a memória em relação à história. Com relação à primeira, o autor afirma que a busca por estabelecer estes chamados lugares de memória, sejam eles arquivos, museus ou livros, pressupõe que a memória não é algo natural e espontâneo, mas forjado através de comemorações, rituais ou registros. Esta busca de conservá-la ocorre para a preservação dos acontecimentos que estão ameaçados justamente pela história. O autor acredita que a história propõe-se a uma reconstituição do passado, porém não tal qual este passado ocorreu, mas transformado e petrificado, pois é retirado do movimento

⁸ MORAIS, Julierme; DIAS, Rodrigo Francisco. Teoria contemporânea do cinema: documentário e narrativa ficcional, a estilística cinematográfica em evidência. Revista de História e Estudos Culturais. Vol. 8, n. 2, ano VIII.

⁹ Idem, p. 4.

¹⁰ Ibidem.

¹¹ ROSENSTONE, R. A. Visions of the past: the challenge of film to our idea of history. Cambridge: Harvard University Press. 1995. Tradução de Dennison de Oliveira – UFPR.

¹² OLIVEIRA, Dennison de. Cinema e História Contemporânea: narrativas fílmicas da Segunda Guerra Mundial. Projeto de Pesquisa apresentado ao CNPq. 2009.

¹³ LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: UNICAMP, 1990, p. 423.

intrínseco à própria história para depois devolvê-lo na forma de memória¹⁴, passando a ser, por fim, história e não mais memória.

Partimos, então, para o enfoque de Pollak à memória enquanto identidade social. Desenvolvendo a ideia de lugares de memória, o autor trabalha com a ideia de que acontecimentos e localidades podem servir como lugares de memória e que muitas vezes eles são usados para construir e evocar uma memória coletiva. Pollak atenta para o fato de que no caso da identidade social a memória coletiva acaba se opondo à memória individual, ou seja, um acontecimento que não necessariamente foi vivido por uma pessoa passa a fazer parte de sua memória, pois é vivido pelo grupo à qual pertence. Não necessariamente correspondendo à realidade, a memória também é seletiva e manipulada, podendo ser inclusiva ou exclusiva e é necessariamente um fenômeno construído, muitas vezes responsável por gerar uma identidade coletiva¹⁵. O pertencimento e a união resultantes desta identidade geram diversas consequências, como a invenção de uma memória individual que permita um sujeito participar desta identidade e o fortalecimento da união entre os membros desta coletividade de forma que estes ignorem suas próprias diferenças internas.

Dentre os desdobramentos que Pollak apresenta em suas análises, o surgimento de uma conclusão se sobressai: a única saída é admitir a pluralidade histórica, das realidades, e, logo, das cronologias historicamente admissíveis. Neste sentido, os trabalhos de Wieviorka, sejam eles sobre memória ou sobre a história mais ampla da Resistência, seguem este viés. É interessante notar como as abordagens destes autores se atam ao admitir a existência de experiências e, portanto, memórias plurais que servem para construir uma memória coletiva, porém admitindo a existência concomitante de ambas memórias: individual e coletiva.

Observemos, enfim, o documentário usado como fonte para o trabalho. Inserido na vasta produção audiovisual sobre a questão da França durante a Segunda Guerra, o filme *A tristeza e a piedade* (*Le chagrin et la pitié: chronique d'une ville française sous l'occupation*) é um documentário franco-suíço produzido pelo diretor Marcel Ophüls. O filme aborda a Resistência, o colaboracionismo e as multiplicidades de opiniões sobre a invasão alemã e sobre o relacionamento que a França deveria ter com o invasor. O documentário é composto de entrevistas com personagens de diferentes nacionalidades, profissões e posicionamentos políticos enfocando na cidade industrial de Clermont-Ferrand, localizada na Zona Livre, e seus habitantes.

Através das informações reunidas pela leitura do material bibliográfico acerca do tema da Resistência, pudemos notar que a adesão a este movimento, principalmente no que concerne a Resistência-organização foi muito menor do que a memória construída em torno desse fenômeno faz acreditar. Podemos vincular esta realidade a alguns fatores: primeiro à construção liderada pelo governo das Forças Francesas Livres de uma memória unificadora e de adesão nacional à Resistência; segundo à generalização errônea de que qualquer ação resistente fazia

¹⁴ NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo, nº 10, p. 7-28, dez. 1993, p. 13.

¹⁵ Para Pollak significa os investimentos que um grupo deve fazer ao longo do tempo, todo o trabalho necessário para dar a cada membro do grupo o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência. POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200 – 212.

de seu sujeito um membro da Resistência; em terceiro, o reconhecimento e enaltecimento dos participantes da organização levou muitos franceses a, almejando uma posição de admiração entre seus pares, forjarem suas próprias participações.

Outro mito em torno deste fenômeno, foi a figura de Charles De Gaulle: visto como herói, responsável por criar e unir os franceses contra o invasor, além de ter sido diplomata e soldado na Primeira Guerra. No entanto, seu verdadeiro trunfo foi servir como representante das Forças Francesas Livres e de grupos resistentes e sua atuação efetiva foi muito menor e mais indireta do que a memória costuma afirmar. A união na Resistência só ocorreu às vésperas da Liberação após muitas negociações e ainda sem adesão e concordância completa de 100% de seus membros. Os verdadeiros responsáveis pelo sucesso da união foram os líderes locais, principalmente Jean Moulin. Outro mito bastante reproduzido sobre a Resistência é a cooperação entre De Gaulle e a Grã-Bretanha. Não costuma ser mencionado, no entanto, que os franceses portavam uma grande anglofobia. Pierre Mendes-France, entrevistado da fonte, atenta para a existência desta anglofobia, questão também recorrente na historiografia sobre assunto.

Por fim, Christian de La Mazière, um dos entrevistados, filho de oficial de carreira e ex-nazista, acaba sendo, simplesmente por sua presença, uma prova viva da existência de um fascismo francês e da simpatia de setores pelos nazistas e os ideais da extrema-direita. Apesar de ser um fato pouco comentado, o documentário deixa clara esta ocorrência e pela atitude e postura do entrevistado podemos presumir que ele não demonstra rancor ou vergonha de ter pertencido a este grupo de simpatizantes.

Infelizmente pela dimensão deste documento torna-se impossível tratar de forma completa todos os aspectos interessantes que o documentário de Ophüls complementa, reafirma ou contradiz a bibliografia sobre o tema, porém através do emprego dos métodos e abordagens acerca da memória, identidade social e de suas relações com a história, pudemos perceber de que forma a fonte busca desconstruir as mitificações em torno da Resistência, de seus participantes e da sociedade francesa da época. Os responsáveis pelo filme foram completamente capazes de estabelecer um debate dentro do próprio documentário, podendo ser equiparado a uma pesquisa histórica que apresenta um posicionamento, desenvolvimento, desconstruções e conclusões sobre a Resistência e a ocupação da França.

ROCK BRASIL: DA JUVENTUDE PARA A JUVENTUDE

Aluno: Fábio Dantas Amaral Lisbôa da Silva

Orientador: Clóvis Mendes Gruner

Palavras-Chave: Anos 80, Rock-Brasil, Juventude

Rock- Brasil: Movimento que, sobretudo, redimensionou o impacto que a música jovem no país, demonstrou sua força e potência tanto sonoras, quanto comerciais,. O Rock Brasil foi o canal por onde ressoou uma nova musicalidade representativa da identidade e comportamento da juventude oitentista a nível político-social.

A arte como meio de representação das aspirações de uma parcela da sociedade, a cultura usada como elemento de apoio e de crítica. Lógica retro-alimentar entre meio e artista.¹.

O engajamento visto nas canções do Rock Brasil é igualmente incisivo frente a outros momentos musicais ocorridos no Brasil, como a Bossa Nova² e a Tropicália³, porém acrescentava-se ao Rock Brasil uma dose de humor exacerbado, elemento que diferenciou aquela linguagem das demais tomadas por formais e politizadas. Temas aparentemente cotidianos e banais foram tão bem aceitos e assimilados, tornando-se enormes sucessos nas rádios.

Era certo que o momento político de fim de ditadura produzia uma geração cujas necessidades, hábitos e principalmente realidades descolavam-se de um passado vencido e visavam o futuro que, naquele momento, contava com de proposições tão promissoras que chegavam a ser, por si, o combustível necessário para forjar as particularidades de uma nova musicalidade⁴.

As estratégias adotadas pelas canções e bandas que se apresentam aqui, portanto, indiretamente são herdeiras de outros tempos em que a repressão política fazia uso de meios mais violentos e extremos. Porém o Rock Brasil demonstrou outra extrema sabedoria ao assimilar, adaptar e posteriormente produzir música própria, pertinente às particularidades do momento vivido. Daí provém a diluição da sisudez cultural, ato característicos do Rock Brasil.

É sobre a resposta diante da censura ainda proveniente do auge da ditadura, que pretendo me debruçar. Sem a presença da censura, muito da graça e do citado humor do Rock Brasil se perderia, pois é precisamente a criação de dribles às

¹ NAPOLITANO, Marcos. *Cultura Brasileira: Utopia e Massificação (1950-1980)*. Contexto, São Paulo: 2001 p52

² Gênero musical que recebeu influência do samba e do jazz americano. A bossa nova surgiu no Brasil no final da década de 50, na intimidade dos apartamentos e boates da Zona Sul do Rio de Janeiro, reduto da classe média - estudantes e jovens em geral. Inicialmente o termo era apenas usado como um novo modo de cantar e tocar naquela época.

³ Tropicália ou Tropicalismo foi um movimento cultural brasileiro que surgiu sob a influência das correntes artísticas de vanguarda e da cultura pop nacional e estrangeira (como o pop-rock e o concretismo); mesclou manifestações tradicionais da cultura brasileira a inovações estéticas radicais. Tinha também objetivos sociais e políticos, mas principalmente comportamentais, que encontraram eco em boa parte da sociedade, sob o regime militar, no final da década de 1960.

⁴ RAMOS, Eliana Batista. "Crises nos Anos 80: o ceticismo juvenil traduzido nas canções do Rock brasileiro", *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, Vol. 2, No.4, Dezembro de 2010. P. 67;

restrições criativas, que incutiu no movimento sua maior efervescência e perspicácia. Muitas das letras do Rock Brasil tem como principal mérito fazer com que a censura engessada e pouco interpretativa pareça ridícula diante das manobras de Ultraje, Blitz, Dr Silvana e tantos outros...

Tal qual a gradativa mudança dos contornos políticos do Brasil, a resistência artístico-cultural à esse quadro também mudou com o passar do tempo, contou com alterações de linguagem, acompanhou os traços da personalidade de uma nova geração, a sua geração.

A erudição de Caetano e Gil, com suas manobras hiper-elaboradas e seus linguajares complexos, por exemplo, nos anos 80, deu lugar aos citados a grupos de Rock, que não temiam palavreados simplificados de aparente leveza semântica. A beleza dessa nova linguagem é alcançar os mesmos efeitos da Tropicália em termos de alcance popular, tendo usado para tanto identidade própria, ou seja, reproduzindo apenas intenções e criando, a partir da sua vivência, meios de comunicação. Mais do que isso, o Rock Brasil forjou para si e para seus seguidores uma identidade.

Percebe-se que nos anos 80, o poder de crítica era colocado de outra maneira, os posicionamentos irônicos sobre panoramas sociais misturavam-se à contestação do que nos anos seguintes, até o fim da década, ainda pareceria ser nada além do que a caricatura da democracia. Tudo isso, feito com extrema propriedade e singularidade.

Identificar a importância do Rock Brasil a partir da análise de abordagens midiáticas sobre o movimento – particularmente em mídias impressas e revistas em geral – e, além disso, explorar o fato de que mídias específicas surgiram para contemplar exclusivamente a música jovem nacional dos anos 80. Através das revistas, portanto, pode-se também enxergar o impacto da atuação daquelas das bandas que, através de um estilo irreverente e inovador, produziram uma música que acabou por traduzir uma geração.

Nessa toada, surge como foco principal da pesquisa e elemento formador da questão central, a musicalidade de bandas e artistas solo tais quais Dr. Silvana e Cia, Metrô, Sempre Livre, Eduardo Dusek, Blitz, entre outros

Busca-se, neles, perceber a maneira com que a extravagância legitima o padrão estético que acompanha o chamado Rock dos anos 80. É deste “berro”, finalmente, que o trabalho visa se ocupar com mais afinco e cautela; afinal, o estilo que acompanha o rock da época é quase tão fundamental quanto a música em si, ambos os elementos convivem em constante catarse na produção imagética e musical do momento, do movimento e da juventude em termos geracionais. Expressões de liberdade, aliadas a uma crítica irônica recaída sobre questões das mais diversas naturezas, desde as mais banais – *E até nas coisas mais banais, pra mim é tudo ou nunca mais.*⁵ - até as mais formais, são tratadas com a mesma intensidade e estilo únicos.

Temas, que, por vezes, nem passavam explicitamente por política são tônica inclusa, um elemento concomitante e novo que se agrega a linguagem jovem dos anos 80 no contexto do Rock Brasi. Essa tendência ideológica demonstra-se claramente nos versos da carismática “Eh,Oh!” de Dr. Silvana e Cia:

⁵ CAZUZA, Exagerado, Exagerado, Som Livre, 1985

Você parece preocupado, anda meio angustiado
Esqueça tudo isso e tente relaxar
Afrouxe essa gravata, senão você se mata
E a vida é muito curta pra desperdiçar
Eu sei que não da mole, mas tome mais um gole
Libere do seu corpo toda essa energia
Venha pra brincadeira o resto é besteira
Sinta como a muito tempo você não se sentia
A vida é muito linda
Pois venha aproveitar
Eh! Oh!
Dr. Silvana & Cia
Eh! Oh! Eh! Oh!
Eh! Oh! Eh! Oh!
Eh! Oh! Eh! Oh!

Você parece preocupado, anda meio angustiado
Esqueça tudo isso e tente relaxar
Afrouxe essa gravata, senão você se mata
E a vida é muito curta pra desperdiçar
Eu sei que não da mole, mas tome mais um gole
Libere do seu corpo, toda essa energia
Venha para a brincadeira, o resto é besteira
Sinta como a muito, você não se sentia.”⁶

Sem dúvida alguma, o motor da pesquisa será a música. Será explicitada, por meio de letras das canções⁷, a formatação deste tão citado estilo característico. O Rock Brasil 80 é o protagonista do retrato musical que pretende-se delinear e enaltecer aqui, num exercício culturalmente esclarecedor em que irá emergir a sonoridade produzida por uma geração, capaz possa evidenciar seus traços e suas noções de ironia crítica e cotidiano, buscando captar o olhar único que apenas um jovem com uma guitarra nas mãos pode disseminar.

Uma composição é, por assim dizer, um novelo de muitas pontas. Ao circular socialmente, ela, em seu moto-perpétuo, pode ser inclusive ponto de convergência de diversas tradições e contestações, espaço aberto para a pluralidade de significados e para a incorporação de vários sentidos, até mesmo conflitantes entre si⁸

Retrato musical é o termo que por, si, já espelha as intenções que pautam o trabalho. Explico: Quando se olha para um retrato vê-se a representação de uma época, uma imagem que demonstra personalidade, algo, enfim, que vai além da estética apenas.

⁶ & CIA, *Dr Silvana, Eh Oh*, Dr. Silvana & Cia, CBS, 1985

⁷ Configuram-se como fonte

⁸ PARANHOS, Adalberto. *A Música Popular e a Dança dos Sentidos: Distintas Faces do Mesmo*. Uberlândia, UFU, 2004

Ressalta-se a linguagem contida nas canções do Rock-80, que se alimenta e é também através dela que ele há de produzir seus questionamentos e tirar suas conclusões.

No epicentro da efervescência do Rock Brasil, era esperado que, naturalmente surgisse um veículo midiático voltado para ele. Tal veículo foi a Revista Bizz (1985-)⁹ representante da imprensa, que veio contemplar o movimento, ao desempenhar o preenchimento de um espaço vazio por se dispor a produzir em papel a repercussão de tudo que ocorria e era relacionado às bandas e à musicalidade em extratos, musicais, sociais e comportamentais, configurando-se, pois, como um interlocutor para aquela geração.

Para além das inspirações e interferências artísticas, o veículo, veio ao encontro de uma demanda pendente. A problematização, análise e crítica de tudo, tangível e intangível ao Rock Brasil ficou a cargo da Bizz primordialmente. Novamente entra em cena a tal lógica retro-alimentar entre meio e artista, dessa vez levando-se em conta e incluindo na equação, o consumidor, ou seja, o jovem ouvinte.

1985, ano de fundação da revista é também o ano em que se inaugurou, grandiosamente, o Rock Brasil, ao menos em termos de proporção. Em janeiro daquele ano ocorreu o aclamado, improvável e extremamente desafiador *Rock In Rio*.

O festival ousou colocar o Brasil na rota dos grandes shows, artistas e bandas ao mesmo tempo em que, por ordem prática colocou bandas nacionais então iniciantes, no mesmo “patamar” em que estavam os maiores astros do música mundial, ao menos no que se refere a espaço de apresentação¹⁰

Por fim, coloca-se como justificativa para a pesquisa o reconhecimento da voz da juventude oitentista, suas nuances circunstâncias e particularidades, uma nova perspectiva sobre a produção cultural dos debochados e irreverentes.

Isto, para desembocar na configuração do Rock Brasil, bem como Tropicalia e Bossa Nova em suas épocas, como símbolo irrefutável de “sua” juventude

“...Desde pequenos nós comemos lixo
Comercial e industrial
Mas agora chegou nossa vez
Vamos cuspir de volta o lixo em cima de vocês

Somos os filhos da revolução
Somos burgueses sem religião
Somos o futuro da nação
Geração Coca-Cola...”¹¹

⁹ *Idem*

¹⁰ CARNEIRO, Luiz Felipe. *Rock in Rio: A História do Maior Festival de Todos os Tempos*. Rio de Janeiro, Editora Globo, 2011;

¹¹ URBANA, Legião, Legião Urbana, EMI, 1985

TÁ RINDO DO QUE?: RISO E RACISMO NO HUMOR TELEVISIVO BRASILEIRO NO SÉCULO XXI

Aluno: Rodrigo Almeida da Silva

Orientador: Prof.º Dr.º Clóvis Mendes Gruner

Palavras-chave: humor; racismo; televisão; fontes audiovisuais; riso.

Essa pesquisa teve por objetivo realizar uma análise sócio histórica do racismo no humor da televisão brasileira, tendo como objeto de pesquisa a personagem Adelaide do programa humorístico *Zorra Total*, que é exibido pela Rede Globo, no ano de 2012. Assim como analisar a recepção desse quadro de humor através das ações dos seus telespectadores, seja por gostar do quadro ou repudiá-lo. É importante ressaltar que o foco dessa pesquisa está sobre um meio de comunicação (televisão) e uma forma de linguagem (humor/riso) que contribuem para a manutenção de uma forma de preconceito: o racismo.

Para isso, o trabalho foi dividido em dois capítulos. O primeiro capítulo trás uma análise do ensaio escrito pelo filósofo francês Henri Bergson intitulado de “*O riso – ensaio sobre a significação da comicidade*”, publicado em 1899, seguido de uma breve jornada do riso através da história e da aproximação da forma de linguagem humorística com as mídias sociais. Por fim, trabalharemos com o humor na questão racial no Brasil. O segundo capítulo visou como tema de análise às fontes de caráter audiovisuais, porém precedido de uma discussão teórica acerca da questão racial e dos discursos presentes em uma sociedade que construída sobre os alicerces da colonização. Tema essencial para compreendermos algumas das reflexões presentes no exame do nosso objeto de pesquisa.

A fonte em questão fez parte do programa humorístico *Zorra Total*, transmitido semanalmente pela emissora Rede Globo, ficou no ar por 16 anos (de 25 de março de 1999 a 14 de maio de 2015) e contou com mais de 600 episódios. Em 2006, foi considerado como o programa de televisão humorístico brasileiro com o maior público, atrás apenas da série *A Grande Família*. O programa passou por uma reestruturação completa no ano de 2015, trazendo uma nova abordagem de humor, realmente pode ser visto como outro programa, entretanto, devido ao forte apelo do nome perante o público e os anunciantes o humorístico permaneceu com o nome de *Zorra*.

O programa se estabeleceu nas noites de sábado como campeão de audiência, porém, nos últimos anos foi perdendo uma considerável parcela de sua audiência, por diversos fatores, seja pela própria qualidade do conteúdo do programa, pela maior exigência do seu público ou para a TV paga, que cada vez mais se torna um produto acessível para classes menos favorecidas, normalmente as classes que engrossavam a audiência do *Zorra Total*.

A comédia no Brasil sempre foi um componente constante e fundamental da televisão, esta inserida em vários formatos e gêneros televisivos, seja em programas de auditório, *talk-shows*, jornalismo, núcleos de novelas e, obviamente, em programas humorísticos. Outro fenômeno impulsionado pelo humor foi o *stand*

*upcomedy*¹, que ganhou popularidade entre os brasileiros nos últimos anos preenchendo espaço em suas agendas de entretenimento.

Para entendermos a questão teórica acerca do riso utilizamos a obra de Bergson. O primeiro fator que devemos nos ater na leitura desse autor é que o riso é um fenômeno social, ou seja, nosso riso é sempre o riso de um grupo.² O riso nesse caso é específico de cada sociedade, cada povo compositor de sua cultura também é responsável pelas coisas que se tem por engraçado, por isso, o que pode ser engraçado para determinada sociedade não o é para outra. O conceito fundamental da obra de Bergson é o de mecanização da vida. Que seria justamente essa falta de percepção das ações dos indivíduos em relação ao que está em sua volta, quando o ser não acompanha o desenvolvimento daquilo que o cerca, por falta de disposição ou esforço o indivíduo passa a atuar de maneira programada, repetida. Repetição que pode ser causa do riso por si só ou também pela sua quebra de maneira súbita, inesperada. O riso, então como um gesto, deve se encarregar desse papel, de reprimir excentricidades, corrigir defeitos, observação que já tinha sido feita por Cícero. Sempre um pouco humilhante para quem é seu objeto, o riso é de fato uma espécie de trote social.³

Nesse sentido ao analisarmos o humor ligado à questão racial entende-se que o humor no Brasil, assim como Bergson já havia anunciado, possui uma significação social, ou seja, o discurso humorístico também opera como um mecanismo de encobrimento do racismo, devido a sua narrativa lúdica, assim como opera com estereótipos que reforçam negativamente a imagem da população negra. O riso como um corretivo social aplica-se nesse caso como um dispositivo de autoflagelação do negro, na própria negação de sua identidade, da história e cultura de seu povo e na busca pela introjeção de valores hegemônicos produzidos pela cultura do branqueamento que são inseridos e reproduzidos em níveis institucionais e culturais, como escola, mídia, moda, etc.

Para uma análise histórica utilizamos essencialmente George Minois com sua obra *História do Riso e do Escárnio*, publicada originalmente no ano 2000 na França. O historiador procura em seu texto trabalhar com a teoria e a prática do riso ao longo do tempo, o livro pode ser dividido, grosso modo, em três momentos: o riso divino, o riso diabólico e o riso humano. O autor trás uma análise profunda sobre como o riso assumiu diversas formas e significados em diferentes épocas e culturas. Sobre isso, o historiador medievalista Jacques Le Goff afirma que o riso é um fenômeno social. [...] É uma prática social com seus próprios códigos, seus rituais, seus atores e seu palco.⁴

Em relação ao debate da questão racial no Brasil, foi necessário compreender o novo contexto pós-ditadura militar em que movimentos sociais que se apresentavam como minorias num passado recente, com o tempo passaram a ganhar

¹Espectáculo de humor executado por um ou vários comediantes. O humorista *stand up* não conta piadas conhecidas do público (anedotas). O texto é sempre original, normalmente construído a partir de observações do dia a dia e do cotidiano.

²BERGSON, Henri. **O Riso**: ensaio sobre a significação da comicidade. São Paulo: Martins Fontes, 2001. P. 5.

³Ibidem, pg. 101.

⁴BREMMER, J; ROODENBURG, H. **Uma história cultural do humor**. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 65.

uma maior visibilidade e poder político ocasionando assim numa reformulação da configuração do quadro social brasileiro, trazendo novos debates e problemáticas que permeiam a história desse país. Por exemplo, nos últimos anos, o Brasil está vivenciando uma grande e importante ascensão de diversos movimentos sociais que estão lutando e conquistando espaços na política e no campo jurídico, em busca de direitos fundamentais e no combate ao preconceito que atingem as minorias do nosso país. Aqui, nos interessa destacar a luta dos movimentos negros e as suas conquistas referentes às ferramentas de inclusão social para a população negra, a exemplo da implementação das cotas raciais nas universidades brasileiras e nos concursos públicos.

Entretanto, os mecanismos que perpetuam e reforçam o racismo no Brasil ainda estão presentes em várias esferas da sociedade. Na televisão inclusive. No caso do Brasil, talvez o exemplo mais sucinto da sofisticação do racismo seja aquele contido na obra do sociólogo Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala*, publicada em 1933, na qual o autor desenvolve a tese das três raças fundadoras do Brasil (ameríndios, descendente de escravos africanos e brancos europeus) e do discurso de que em nosso país existiria uma democracia racial, ou seja, o Brasil teria escapado da discriminação racial, e que, portanto, a cor da pele não seria um fator que impede a mobilidade social e econômica na sociedade, pois, somos uma nação miscigenada. Até os dias de hoje ainda podemos notar que esse tipo de discurso, de pensamento, é comum na nossa sociedade, fator que, como bem colocou Sandra Dahia, encoberta, suaviza e até banaliza o racismo presente no Brasil, tornando assim o combate ao mesmo uma tarefa árdua. Somado a isso, outro fator que contribui para a consolidação do racismo é aquilo que o antropólogo Kabengele Munanga entende como uma tentativa de assimilação dos valores culturais branco.⁵ Isso significa a existência de uma crise de consciência do negro frente ao discurso de uma suposta superioridade tanto cultural quanto tecnológica do branco, fruto da doutrina do branqueamento. Essa reflexão se faz pertinente, pois, segundo Homi K. Bhabha, mesmo que analisando outro contexto, o objetivo do discurso colonial se concentra em construir o colonizado, [...] refiro-me a uma forma de governar que, ao marcar uma ‘nação subjetiva’, apropria-se, dirige e domina suas várias esferas de atividade.⁶ Essa construção do colonizado, das minorias, dos grupos que não possuem uma representatividade, em suma, marginalizados, se desenvolve em várias esferas, na política, na religião, na economia, nas relações socioculturais e também, no caso direcionado por essa pesquisa, no humor. Nesse caso, a linguagem do riso está inserido num aparelho de comunicação. Vale ressaltar que a televisão foi e ainda é o maior meio de comunicação do planeta, apesar do advento da internet, e que ao longo do tempo foi se reformulando ao mesmo tempo em que reformulava a sociedade. Dessa forma, o conteúdo televisivo começou a fazer parte das conversas de círculos sociais, assim como contribuiu para estabelecer certas visões de mundo e propagar determinadas ideias que permeiam o imaginário social.

⁵ MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. São Paulo: Editora Ática, 1988. Pg. 26.

⁶ BHABHA, Homi K. A Questão do “outro”. Diferença, discriminação e o discurso do colonialismo. In: HOLLANDA, Heloisa B (Org.). **Pós-Modernismo e Política**. Rocco: Rio de Janeiro, 1991. Pg 186.

Ao analisarmos a programação da Rede Globo nos últimos anos, podemos notar que há a tentativa de uma aproximação com as classes populares, as novelas, programas, jornais semanais, começaram a retratar problemas e elementos pretensamente críticos da sociedade brasileira, dando vez e voz aos segmentos marginalizados da população, expondo o problema da miséria, ridicularizando a “classe política”.⁷ Todavia, essa nova forma de abordagem da realidade brasileira pela TV Globo não é feita de maneira aprofundada a fim de buscar as raízes dos problemas sociais e das estruturas responsáveis pela manutenção de um sistema que nutre a desigualdade no país. Ao invés disso o discurso televisivo, o produto final da mensagem está associado com o discurso hegemônico, por exemplo, a “miséria se resolve com trabalho, talento e oportunidades”; “a desigualdade social é algo natural”; “na política, os partidos não fazem diferença, mas sim as pessoas”.⁸

O nosso estudo pretende analisar o quadro humorístico Metrô Zorra Brasil, já se sabe que ele promoveu um aumento na audiência. Mas do que isto, o quadro resultou na produção de um DVD exclusivo para a personagem Adelaide no mesmo ano de sua estreia, 2012, contendo mais de duas horas de duração. Mauricio Sherman, diretor do programa responsável pelo quadro, falou em entrevista concedida ao jornal Estado de São Paulo que “o povo adora. Intelectual é que despreza.”⁹ O quadro em questão se desenvolve em um metrô, meio de transporte associado à classe média e as classes populares e ao seu cotidiano, situação que é apropriada como cenário do programa a partir de 2011, quando estreou o quadro “Metro Zorra Brasil”. Adelaide, que é caracterizada pela *Blackface*, estilo teatral criado nos Estados Unidos para representar os negros¹⁰, quando esses ainda eram proibidos de atuarem, e que exacerbava o fenótipo negro no qual os brancos se pintavam de preto e realçavam seus lábios de vermelho, ridicularizando a imagem do negro. A personagem Adelaide ainda faz mais uma ligação que paira sobre o imaginário social brasileiro, a ligação linear entre a pobreza e o negro. A personagem foi criada pelo humorista Rodrigo Sant’Anna para suas apresentações de comédia, ou seja, a personagem foi constituída para uma performance teatral, porém, foi readaptada para o humorístico *Zorra Total*. A personagem não pode ser entendida somente através de uma perspectiva, pois, a sua composição também está relacionada com o seu tempo e espaço, ou seja, os seus diálogos e as suas relações são movidas por ações que partem de um cotidiano específico, o transporte coletivo, a inclusão tecnológica das classes populares e a mendicância.

“Adelaide” é uma mulher negra, idosa e que entra no metrô pedindo esmolas e, conseqüentemente “importunando as pessoas”. Além do reforço racista e sexista que o programa faz em torno das mulheres negras e de todos os negros por extensão, em alguns episódios “Adelaide” exala um cheiro ruim, ou pelo menos é isso que as cenas querem nos comunicar. “Adelaide” é prova concreta de que o “mito da democracia racial” continua operando (secretamente?) no cerne dos

⁷ OLIVEIRA, Vantiê C. C. A hipótese da codificação negociada: a (im)provável orientação crítica da programação da rede globo de televisão. Revista Eletrônica Inter-Legere – Número 03 (JUL/DEZ 2008). Pg. 14.

⁸ Ibidem, pg. 15.

⁹ Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,mauricio-sherman-mestre-do-riso.845136.0.htm>. Acesso em: 14/05/2014.

¹⁰ O cineasta Spike Lee tratou desse tema em seu filme “A Hora do Show”, “Bamboolezd” no título original.

aparelhos produtores de imagens e imaginário social. Faz-nos rir dos crimes mais chocantes de nossa história, em feixes coloridos de um sábado à noite.

O quadro de estreia da personagem em questão foi ao ar no dia 12 de maio de 2012. Nesse episódio a personagem compara a o cabelo de sua filha a uma palha de aço, dizendo que se confundiu qual era qual. Obviamente essa piada faz menção ao cabelo crespo das pessoas negras num tom depreciativo e, conseqüentemente, racista. Para Dagoberto da Fonseca “[...] havia uma leitura nas piadas de que os negros eram pobres, desdentados e feios. Ela não rompe com o passado, como Mussum, Grande Otelo e Chocolate. Adelaide tem o nariz e os lábios exageradamente alargados e o cabelo despenteado, em um clichê, que, no final, a compara a um gorila.”¹¹

O interessante é nos atentarmos para a fonte que se trata de uma mídia que possui um amplo alcance, apesar das do surgimento de novas mídias sociais, a televisão não perdeu seu grande poder de influência. Através dessa personagem podemos perceber como ainda existem núcleos, em diversos âmbitos, que propagam discursos estereotipados e preconceituosos, apesar daquilo que já havíamos dito anteriormente de que, existe um maior ativismo por parte de diversas organizações para combater essas formas de discursos hegemônicos. Inclusive a própria televisão, caso da Rede Globo, também fornece alguns espaços para se debater e combater esses preconceitos, todavia, não deixa, ela mesma, de contribuir mais do que lutar contra esses males que afligem a sociedade. O que podemos inferir é que o incômodo dos privilegiados racialmente encontra dificuldades em se expressar em um espaço público já contaminado pela condenação moral do racismo enquanto prática política. Daí o seu deslocamento para o campo simbólico, em especial o midiático e, particularmente, o espaço do entretenimento e do humor (lugares de fala em que se consolidam estilos de vida e comportamentos cotidianos).

Outro ponto importante que podemos notar durante essa pesquisa é fato de haverem modelos distintos de recepção, pois, ao passo que o sucesso e o apelo do quadro da personagem “Adelaide” junto ao público ocasionou a produção de um DVD exclusivamente para o seu quadro, como já mencionada, por outro lado, não foram poucas as denúncias e críticas feitas ao quadro, diversos foram os processos que, possivelmente, foram decisivos para o seu fim em março de 2013, conforme esse pesquisa pode analisar o último episódio da personagem “Adelaide” foi ao ar no dia 16 de março de 2013.

Enfim, é sintomático que a estrutura televisiva prevalece sobre o discurso antirracista constituído principalmente pelo movimento negro, o alcance televisivo dificulta o combate ao racismo quando opera com formas de linguagem que reproduzem e fortalecem no imaginário social questões históricas que contribuíram e ainda contribuem para uma visão desfavorecida da população negra. Sendo capaz até mesmo de inserir na própria pessoa negra uma visão colonizadora, muitas vezes atuando de forma inconsciente, do seu lugar na história e na sociedade.

¹¹ Disponível em: <http://memoria.abc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-11-20/pesquisador-da-unesp-diz-que-piadas-racistas-reforcaram-padroao-colonialista-e-estereotipos> Acesso em 01/06/2015.

ALIANÇAS POLÍTICAS E CONTESTAÇÃO SOCIAL NO JORNAL *A ESQUERDA* (1928)

Aluno: Carlos Magno de Oliveira Júnior

Orientador: Rodrigo Rodriguez Tavares

Palavras-chave: Comunismo, Bloco Operário e Camponês e Coluna Prestes

A historiografia brasileira que trata da imprensa durante a Primeira República, principalmente aquela imprensa contestatória e questionadora, apesar de bastante rica em qualidade, apresenta ainda grandes possibilidades de estudo. Esta pesquisa, nesse sentido, procura contribuir para esse debate. O trabalho tem como fonte de análise o jornal *A Esquerda*, que circulou no Rio de Janeiro entre nos anos de 1927 e 1931. O periódico tinha como diretor, no momento de sua criação e durante todo o ano de 1928, o alagoano Pedro Mota Lima, ligado ao movimento tenentista. A presença de Mota Lima na direção do jornal foi crucial para a definição de nossa baliza temporal, nossa estrutura analítica e por consequência delimitou todo o desenvolvimento da pesquisa. Nesse sentido, apesar de termos acesso às edições de 1928, 1930 e 1931, trabalhamos apenas com as publicações do ano de 1928, por considerar a presença de Mota Lima na direção do periódico como fundamental para as questões que pretendemos responder. O objetivo do nosso trabalho é estudar as relações entre o tenentismo e o comunismo dentro do periódico, partindo do pressuposto que o diretor do jornal foi uma figura relevante na aproximação entre essas duas tendências. Pretendemos, com a pesquisa, mostrar de que maneira o jornal repercutiu em suas páginas as duas vertentes políticas, numa possível tentativa de criar um espaço de diálogo e aproximação entre os comunistas e os militares revoltosos, representados principalmente por Luís Carlos Prestes e a Coluna Prestes. A monografia está dividida em três capítulos: o primeiro trata da aproximação do periódico com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o segundo analisa a presença do Bloco Operário e Camponês (BOC) dentro do jornal, e finalmente o terceiro fecha a pesquisa tratando sobre a presença das ideias tenentistas na publicação.

O contexto da década de 1920 é um período importante no que diz respeito às tensões políticas e institucionais da Primeira República. Com o crescimento populacional, principalmente pela chegada de imigrantes estrangeiros, uma relativa expansão do setor industrial, aumentam também grupos e movimentos que, de maneiras diferentes, passam a contestar a ordem estabelecida e as oligarquias que se mantinham no poder desde a instauração da República, em 1889. É possível destacar entre esses movimentos contestatórios a greve geral de 1917, a Semana de Arte Moderna em 1922, a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana em 1922, a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no mesmo ano, a Revolta Militar de 1924 e também a Coluna Prestes (1925-1926), além das greves e agitações fomentadas por anarquistas durante esse período, que mostravam um movimento operário que buscava se organizar em busca de melhores condições de trabalho¹.

¹ COSENZA, Apoena Canuto. **Um Partido, Duas Táticas**: Uma história organizativa e política do Partido Comunista Brasileiro (PCB), de 1922 a 1935. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2012.

Esses acontecimentos fizeram os governos desse período recrudescerem a já bastante autoritária forma de se governar na Primeira República, em especial o de Arthur Bernardes (1922-1926), que foi marcado pelo estado de sítio, praticamente um “regime de exceção legal”.²

Com a eleição de Washington Luís e o fim do estado de sítio, 1927 se inicia com certa esperança aos antes perseguidos. Jornais de oposição passam a veicular inúmeras matérias sobre Luís Carlos Prestes³, o PCB, atuando legalmente, passa a se dedicar à agitação sindical, à propagandas de seus ideais entre a classe trabalhadora e os próprios operários voltam a se organizar com mais liberdade. A reabertura do congresso em maio, no entanto, traria de volta o fantasma da repressão.⁴ Um projeto de atualização de lei do deputado Aníbal de Toledo que tinha como objetivo restringir o direito de associação e manifestação da classe trabalhadora para evitar a proliferação de “ideias avançadas” na sociedade foi aprovado, o que teve como consequência a anulação do estatuto legal do PCB e levou ao fechamento de seu jornal oficial *A Nação*. Na ilegalidade, os comunistas se viram forçados a mudarem sua estratégia de atuação, que até então era bastante sectária, e em reuniões no final de 1927 decidem buscar uma aliança com a pequena burguesia, principalmente aquela considerada “revoltosa”, os tenentes e a Coluna Prestes.⁵ A intenção dos comunistas era a criação de uma frente única, que agregaria interesses das esquerdas do período tendo em vista a derrubada de seu inimigo comum: os grandes proprietários de terra, as grandes oligarquias que dominavam a política do período.

Segundo Luis Alberto Zimbarg⁶, em “O cidadão armado: comunismo e tenentismo (1927-1945)”, essas reuniões realizadas pelos comunistas contaram com a presença de Pedro Mota Lima, diretor proprietário do jornal *A Esquerda*, e que era considerado um “membro secreto do partido”. Sua presença nessas reuniões é sintomática: era muito ligado ao tenentismo, tendo editado outros jornais que defendiam as causas dos militares revoltosos, e possuía certa influência entre eles. Quando Astrojildo Pereira, secretário geral do Partido, vai até à Bolívia se encontrar com Prestes, usa credenciais cedidas por Mota Lima. Não obstante, o dirigente comunista publica as conversas que teve com o comandante da Coluna em *A Esquerda*, o que prova que as relações de Pedro Mota Lima eram boas também com os comunistas.

Esse bom relacionamento se comprovava nas páginas de *A Esquerda*, com reportagens defendendo operários deportados sob a desculpa de praticarem “ideias avançadas”, outras criticando a visão geral da imprensa da época que enxergava o comunista como um inimigo da pátria, tentando mostrar a legitimidade de exercer a liberdade de pensamento e de ação política, com críticas muito contundentes às

² PINHEIRO, Paulo Sergio **Estratégias da ilusão**: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

³ REIS, Daniel Aarão. **Luís Carlos Prestes**: Um revolucionário entre dois mundos. São Paulo: Companhia das Letras, 2014

⁴ DEL ROIO, Marcos Tadeu. **A Classe Operária na Revolução Burguesa**: a política de alianças do PCB, 1928-1935. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 1988.

⁵ ZIMBARG, Luis Alberto. **O Cidadão Armado**: Comunismo e Tenentismo (1927-1945). Dissertação de Mestrado. Franca: Unesp, 2001.

⁶ ZIMBARG, Op. Cit.

ações da polícia e à Lei Celerada, que era o dispositivo legal utilizado para perseguir operários, militantes e indivíduos adeptos ao comunismo. Mais que isso, o jornal dava espaço aos comunistas para expressarem suas ideias, com vários textos e manifestos tratando de sua ideologia, do seu raio de ação, dos objetivos do comunismo e conclamando sua importância para a emancipação completa da classe trabalhadora.

De acordo com Bethânia Mariani, em “O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)”⁷, o padrão discursivo da imprensa Rio de Janeiro em geral nos anos 1920 era a desqualificação do comunismo e dos comunistas, negativizando suas atitudes por meio de adjetivos depreciativos, silenciando assim o teor político de suas ações, naquilo que a autora chama de “formação discursiva brasileira”. A *Esquerda*, ao ceder esse espaço aos comunistas e sair em defesa de muitos deles em suas reportagens, se coloca na contramão dessa visão genérica da grande maioria da imprensa sobre o comunismo.

No que se refere ao segundo capítulo, percebemos uma grande quantidade de matérias, textos e notas sobre o Bloco Operário e Camponês (BOC) nas páginas de *A Esquerda*, e ele foi desenvolvido com foco nessa legenda. Esse capítulo, em certa maneira, corrobora a ideia desenvolvida durante o primeiro, de uma abertura aos comunistas que vislumbra a ideia de uma aliança entre o proletariado e a pequena burguesia. De acordo com Marcos Del Roio⁸ o Bloco Operário e Camponês foi criado pelo PCB sob um esforço para elaborar um projeto de inserção da classe operária como sujeito político autônomo que surgiu a partir da revisão de sua postura sectária, em 1927. Essa revisão fez com que os comunistas compreendessem a necessidade de se fazer uma política proletária também pela via parlamentar, marcando uma posição ideológica entre a classe trabalhadora. A plataforma eleitoral do BOC⁹ contemplava pontos como a defesa de uma política independente de classe, o combate ao imperialismo anglo-americano, a anistia aos presos políticos, o voto secreto, a defesa de uma legislação social mais ampla, entre outros.

Após entrarem em contato com algumas personalidades políticas do Rio de Janeiro, conseguem o apoio do médico Azevedo Lima, conhecido por ser um defensor das causas populares – ainda que longe de ser um comunista – e possuidor de ampla popularidade em seu bairro, tendo grandes chances de ser eleito, o que de fato aconteceu nas eleições legislativas de 1927. Recém criado, o Bloco já contava com um representante na Câmara dos Deputados, o que lhe permitiu a possibilidade de incorporar ao cenário político questões referentes à classe operária e também fazer ampla oposição ao regime vigente. Além disso, de acordo com Dainis Karepovs¹⁰, o BOC tinha também a intenção de tornar-se o verdadeiro representante dos proletários, desmascarando aqueles que, na visão dos dirigentes da legenda, eram inimigos de classe disfarçados de amigos da classe trabalhadora.

⁷ MARIANI, Bethânia. **O comunismo imaginário: práticas discursivas sobre o PCB (1922-1989)**. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp, 1996.

⁸ DEL ROIO, Op. Cit. pp. 11-12

⁹ Ibidem, pp. 27

¹⁰ KAREPOVS, Dainis. **A classe operária vai ao parlamento: o bloco operário e camponês no Brasil**, Alameda, São Paulo, 2006.

Como legenda ligada ao PCB, que por sua vez, como vimos, mantinha boa relação com *A Esquerda*, o BOC apareceu constantemente nas páginas do jornal no ano de 1928. Percebemos várias menções à legenda e seus militantes, e como uma forma de estruturar melhor a análise escolhemos três formas com que o BOC se apresentava em *A Esquerda*: a primeira era por meio da coluna “Operários e Lavradores”, a segunda era através de matérias que informassem sobre a atuação do deputado Azevedo Lima na Câmara e em outras instituições ligadas ao mundo do trabalho, e a terceira era através de matérias, editoriais, notas, que denunciassem a repressão aos militantes da coligação. Essa organização teve o objetivo de demonstrar o impacto da atuação do Bloco Operário e Camponês na sociedade do período, e também de demonstrar como *A Esquerda* dava uma ênfase positiva à atuação do BOC.

No que diz respeito à coluna “Operários e Lavradores”, essa era utilizada pelo BOC para a publicação de textos sobre o mundo do trabalho, a luta de classes, a maneira com que se organizavam essas classes, sobre a necessidade do desenvolvimento da consciência de classe dos proletários, que deveriam se alistar no Bloco Operário e votar em seus candidatos, pois seriam eles os verdadeiros defensores das causas proletárias. Esses textos eram, em sua maioria, de cunho pedagógico, por buscarem simplificar questões relativamente complexas e de caráter político por tratarem de questões políticas essenciais para a ampliação da política do BOC.

O Bloco Operário estava presente também em matérias que denunciavam a repressão policial aos militantes da legenda e aos operários em geral. Com pesadas críticas ao autoritarismo perpetrado pela polícia com base na Lei Celerada, essas matérias criticavam também a perseguição política aos operários pelo “crime de ter ideias”. Ao sair em defesa dos militantes do BOC e principalmente de sua liberdade política, *A Esquerda* demonstrava estar alinhado com os interesses da legenda, o que, nas entrelinhas, não deixava de ser também uma amizade com o PCB.

Outra presença constante no noticiário de *A Esquerda* sobre o BOC era a ênfase na atuação do deputado Azevedo Lima na Câmara Federal. Essas notícias se davam através da réplica dos discursos do parlamentar, que em sua maioria tratavam das questões relativas ao mundo do trabalho, críticas ao imperialismo e denúncias sobre as condições de trabalho e das perseguições policiais à classe obreira. O jornal também publicava algumas entrevistas com o deputado, onde este comentava sobre seus objetivos no parlamento, de lutar por uma política independente de classe, anti-imperialista, seguindo a plataforma do Bloco Operário e Camponês.

Essa presença significativa do Bloco Operário e Camponês, com textos, matérias, notas, entrevistas, manifestos que englobavam todas as esferas de atuação do BOC: seus militantes, seus “teóricos” e seu parlamentar é bastante relevante para a análise que foi feita, porque permitiu relacionar *A Esquerda* com mais uma faceta do PCB, reforçando a ideia da aliança entre os proletários e a pequena burguesia. A presença desses discursos difusos aos que a linha editorial do jornal pregava, além de ser um exemplo raro de tolerância ao comunismo na imprensa do período, também nos permite afirmar que muito provavelmente o jornal, sob a batuta de Pedro Mota Lima, fez parte de uma ideia de repensar a política brasileira tendo em

vista a união de várias vertentes em prol de um objetivo comum: retirar do poder as oligarquias que ali estavam, mas colocar em seu lugar algo novo, que pudesse estabelecer as bases para uma democracia mais forte.

Para uma melhor dimensão das posições políticas do periódico aqui estudado, no entanto, tornou-se imprescindível a análise do discurso político majoritário presente no jornal: a Coluna Miguel Costa-Prestes, seu principal expoente Luís Carlos Prestes e o alinhamento editorial com o tenentismo de esquerda. Essa análise é importante para que se possa relacionar a presença dos discursos comunistas e de voltados ao proletariado com essa visão principal do jornal, alinhada às causas dos tenentes. De acordo com Edgard Carone¹¹, o tenentismo ocorre principalmente entre 1922 e 1935, ainda que tenha antecedentes anteriores a esse período, assim como uma continuidade após 1935. Luis Alberto Zimbarg¹² e Daniel Aarão Reis¹³ afirmam que as origens do tenentismo são longínquas, tanto por ser o exército tradicionalmente uma instituição contestadora, como por se enxergar como guias da nação e da República. Nesse sentido, o movimento tenentista nas Revoltas de 1922 e 1924, mas principalmente na Coluna Miguel Costa-Prestes insere na sociedade um ideal revolucionário que não tinha menções parecidas na história do Brasil, daí o seu impacto nas classes médias urbanas, que se viram representadas pelos militares revoltosos. A partir disso, o movimento tenentista tornou-se um dos focos principais das oposições ao regime nesse período, estimulando insatisfações destes setores da sociedade.

É nesse contexto em *A Esquerda* se insere, quando é criado no dia 5 de julho de 1927 – não à toa, uma data que coincide com os movimentos revoltosos de 1922 e 1924. Os jornais oposicionistas entram em cena como um meio de irradiação de insatisfações que surgem provocadas pelo autoritarismo dos governos da Primeira República, mas que cresceram bastante influenciadas pela Coluna, enxergando ela como um movimento que tinha a capacidade de tirar do poder as oligarquias que comandavam a política. Procuramos organizar a análise com foco nos editoriais de *A Esquerda* que tinham a Coluna como tema buscando lembrar e exaltar os caminhos percorridos por seus integrantes, em especial seus líderes, tratavam das propostas políticas do movimento “democrático-revolucionário” e também tecer críticas aos opositores, principalmente jornais e políticos alinhados com o regime oligárquico. Além disso, demos ênfase às reportagens que exaltavam e repercutiam as falas de Luís Carlos Prestes, que era visto pelo periódico como o grande líder do que o jornal chamava de “movimento democrático-revolucionário”.

Essa organização teve o objetivo de dar luz ao discurso que pautava a linha editorial do jornal, confrontando-o com os discursos sobre o comunismo e o Bloco Operário e Camponês também presentes nas páginas do periódico, para melhor compreendermos de que maneira a aliança proposta pelos dirigentes comunistas com o tenentismo, ocorrida com o consenso de Pedro Mota Lima, presente nas reuniões que trataram do assunto, era colocada em prática. Assim, chegou-se à

¹¹CARONE, Edgard. **O Tenentismo**. São Paulo: DIFEL, 1975.

¹²ZIMBARG, Luis Alberto. **O Cidadão Armado: Comunismo e Tenentismo (1927-1945)**. Dissertação de Mestrado. Franca: Unesp, 2001.

¹³REIS, Daniel Aarão. **Luís Carlos Prestes: Um revolucionário entre dois mundos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014

conclusão de que a aproximação entre as partes se fazia ver principalmente porque combatiam um inimigo comum: as oligarquias rurais que comandavam o sistema, mas que existiam algumas discordâncias que definiam claramente as diferenças que impediam uma aliança mais concreta: a visão dos comunistas em relação ao papel exercido pela pequena-burguesia no caso da derrubada das oligarquias era difusa da que pregava *A Esquerda*, cujo principal objetivo era colocar a Coluna, e Prestes em especial, como principais líderes da almejada revolução “democrática-revolucionária”.

Sendo assim, no período em que estudamos, a visão de uma revolução que integrasse uma aliança de classes entre o proletariado e a pequena burguesia era algo pregado pela Internacional Comunista em seu V Congresso¹⁴ aos partidos comunistas dos países considerados “coloniais ou semi-coloniais”, cujo principal objetivo era retirar as elites feudais do domínio político para então iniciar a revolução proletária. Nesse sentido, a aproximação que ocorre entre as duas partes – os comunistas e os tenentes – ocorre principalmente porque possuíam esse inimigo comum, as elites oligárquicas. Como prova dessa aproximação, *A Esquerda* cedeu espaço aos comunistas para que divulgassem suas ideias, saiu em defesa dos militantes e operários ligados ao partido em diversas ocasiões e deu importância e publicidade ao Bloco Operário e Camponês e à atuação de seu deputado, Azevedo Lima, na Câmara Federal. Os comunistas, em contrapartida, puderam se aproximar do tenentismo antes mesmo da conversão de Luís Carlos Prestes ao comunismo, muito em função das relações de Pedro Mota Lima com esse movimento. O vislumbre de alguma aliança ainda mais efetiva ficou impossibilitado pela mudança que o stalinismo estabelece aos Partidos Comunistas, de evitar as alianças de classe e buscar a revolução através da base, dos proletários, mas isso de forma alguma diminui a importância das relações entre os comunistas e a pequena burguesia nesse período.

Desse modo, a análise de *A Esquerda* tendo em mente a aliança entre o jornal e o PCB no ano de 1928 é relevante, pois nos possibilita mostrar de que maneira essa aliança – invocada pelas reuniões da cúpula do PCB no final de 1927 – ocorreu. Ao ceder espaço aos comunistas, além de uma atitude democrática e de abertura ao diálogo, *A Esquerda* foi um dos periódicos que deu início a uma relação – entre comunistas e tenentistas – que apesar dessas idas e vindas, teve um impacto muito relevante nas décadas posteriores, em especial na formação a Aliança Nacional Libertadora (ANL).

¹⁴ZIMBARG, Luis Alberto. **O Cidadão Armado**: Comunismo e Tenentismo (1927-1945). Dissertação de Mestrado. Franca: Unesp, 2001. p.24

HISTÓRIA DAS MULHERES, GÊNERO E EDUCAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL (1998-2015)

Autora: Aline Isabel Waszak

Orientadora: Karina Kosicki Bellotti

Palavras-chave: Gênero, Ensino de História, PIBID

Esta pesquisa procura analisar e discutir as aproximações existentes entre o ensino de História e as relações de gênero, bem como demonstrar e debater algumas experiências em sala de aula realizadas neste sentido. Tendo sido originado no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) através do projeto *Repensando Culturas e Identidades Culturais no Ensino de História*¹, este trabalho contempla parte das atividades e reflexões que foram realizadas ao longo da bolsa de docência. O projeto do PIBID-História 1, apoiado nas *Diretrizes Curriculares do Paraná*² para a disciplina de História, teve como objetivo trabalhar com a identidade cultural, compreendendo-a como formadora de visões de mundo e de ideais que fomentam posições políticas e atitudes de exclusão e discriminação. Devido ao fato de o projeto ter um tema amplo que suscita diversas reflexões e abordagens, optou-se por contemplar neste trabalho monográfico apenas as discussões que referem-se às questões de gênero.

O Programa de Iniciação à Docência (PIBID) começou a existir no Brasil como uma nova modalidade de bolsa na graduação mediante instituição do decreto nº 7.219/10³ assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O projeto PIBID tem como objetivo principal incentivar a iniciação à docência, visando a melhoria da educação básica pública; em sua constituição contamos com a participação de graduandos, professores supervisores de escolas públicas e um professor coordenador para cada área das licenciaturas. O PIBID permite que sejam feitas reflexões sobre a metodologia de cada disciplina bem como seja pensado, em grupo, formas de se aproximar da realidade acadêmica da escolar. O projeto *Repensando Culturas e Identidades Culturais no Ensino de História* iniciou as atividades em julho de 2013, o período deste projeto contemplado nesta pesquisa corresponde ao tempo de permanência da autora no mesmo: julho de 2013 a junho de 2015⁴. Nosso foco foi discutir a diversidade cultural e as múltiplas identidades no ensino de História com alunos do Ensino Fundamental, orientados pela discussão teórica de Stuart Hall⁵.

¹ BELLOTTI, Karina K. **Proposta de Projeto: Repensando Culturas e Identidades Culturais no Ensino de História**. Disponível em: <http://ufpr.sistemaspid.com.br/site/projects/6/paginas/313>.

² PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica- História**. Curitiba: SEED/DEB-PR, 2008.

³ BRASIL. Decreto nº 7.219. Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7219.htm. Acesso em: 15/12/2014.

⁴ O subprojeto PIBID-História 1 contou com a participação dos colégios: Grupo Escolar Dom Pedro II, tendo como professor supervisor Daniel Nodari e o Colégio Estadual Manoel Ribas com o professor supervisor Alisson Gonçalves. Ao final de 2014 o professor Alisson não pode dar continuidade às atividades no PIBID, sendo assim, a partir de 2015 sua vaga foi ocupada pela professora Nívia Celine da Silva do Colégio Estadual Maria Pereira Martins. Os três colégios se localizam na cidade de Curitiba.

⁵ HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

Hall considera que o sujeito atual, o indivíduo pós-moderno, após sofrer o colapso causado por diversas mudanças estruturais e institucionais, passa a ser “composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas”⁶. Deste modo, passamos a enxergar a constituição da identidade de um sujeito como histórica e não determinada biologicamente. Na perspectiva dos Estudos Culturais entendemos que o gênero é uma das partes integrantes da identidade do indivíduo. Segundo a estudiosa de gênero Guacira Louro, “as diferentes instituições e práticas sociais são constituídas pelos gêneros e são também, constituintes dos gêneros”⁷; ou seja, as diversas estruturas e instituições que atravessam a vida dos indivíduos constantemente fabricam sujeitos e constroem relações de gênero. O gênero, assim como outros elementos que formam o sujeito (como a etnia, classe e nacionalidade) estão também suscetíveis às mudanças históricas. Desta forma, ao considerarmos o gênero enquanto constituinte do indivíduo e passível de transformações ao longo do tempo, é inegável que esta categoria de análise tenha grande relevância no estudo da História, o que também inclui a prática da História escolar.

A elaboração do conceito de gênero envolveu processos políticos e também acadêmicos: na medida em que o movimento feminista avança e as mulheres buscam, além de direitos políticos e sociais, ocupar um espaço na academia, suas próprias construções teóricas passam a ser feitas; é neste meio que o conceito de gênero passa a ser forjado⁸. Com a crescente entrada feminina no mundo acadêmico há também o ingresso de novos temas de estudo que pretendem dar visibilidade às mulheres nos mais variados campos de conhecimento. A historiadora Margareth Rago, ao refletir sobre o suposto impacto que a forte presença de mulheres causaria ao mundo científico, considera que a maior contribuição destas pesquisadoras para a academia foi a “construção de novos significados na interpretação do mundo”⁹. A disciplina de História também passa por mudanças neste contexto. A forma como toda esta agitação política e estas modificações nas ciências se refletem na História seria através da *História das Mulheres*, que surge por volta da década de 1960. A emergência deste novo campo historiográfico esteve ligado não só ao impulso do movimento feminista, mas também devido à mudanças que estavam ocorrendo na própria ciência histórica: a chamada *Nova História* permite que novas fontes sejam consideradas, o que facilitou a entrada de novos temas de pesquisa¹⁰. Com o desenvolvimento do campo da História das Mulheres fica cada vez mais clara a constante desigualdade existente entre homens e mulheres ao longo do tempo. Neste sentido, nota-se a necessidade da elaboração de um conceito que explicita como estas relações são “construídas, legitimadas, contestadas e mantidas”¹¹.

⁶ Idem, p. 12.

⁷ LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997, p.25.

⁸ Idem, pp.15-16.

⁹ RAGO, Margareth. “Epistemologia feminista, gênero e História”. IN: Pedro, Joana; Grossi, Miriam (orgs.) -MASCULINO, FEMININO, PLURAL. Florianópolis: Ed.Mulheres,1998. Disponível para baixar em: http://projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia_feminista.pdf Acesso em: março de 2015, p.3.

¹⁰ PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate**: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*: São Paulo, v.24, n.1, pp.77-98, 2005.

¹¹ SCOTT, Joan *apud* PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate**: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*: São Paulo, v.24, n.1, pp.77-98, 2005, p.87.

Este é o contexto em que Joan Scott teoriza sobre o conceito de gênero, enfatizando seu potencial analítico dentro da História¹². Scott separa o conceito em duas partes e vários subconjuntos que estão todos inter-relacionados. A historiadora norte-americana considera que “o gênero é um elemento constitutivo de relações baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos”¹³ e que o ele é um modo de designar relações de poder. Dentro da primeira observação, devem ser considerados quatro elementos para uma análise histórica: as *representações simbólicas*, as transformações destes simbolismos em *conceitos normativos*, a *especificidade* de cada processo normalizador (*quando* e em *quais circunstâncias* os conceitos normativos são contestados ou reforçados) e a identidade subjetiva¹⁴. Scott espera que a elaboração deste conceito dê visibilidade à mulher enquanto sujeito histórico, e também deseja que através do uso desta categoria de análise questões antigas da História ganhem uma nova perspectiva. Este conceito de gênero não só possibilita o estudo das mulheres, mas também permite que questões sobre a *masculinidade* sejam consideradas, bem como que outros sujeitos, antes ignorados da História, passem a ser estudados. Ao considerarmos a História das Mulheres, assim como as discussões de gênero, enquanto campos que se tornaram bastante sólidos e geraram uma extensa produção acadêmica, perguntamo-nos: *por que ainda não se têm uma prática de ensino histórica que contemple as relações de gênero?* O desenvolvimento desta pesquisa e as fontes escolhidas para análise procuram trazer respostas a esta questão.

Ao utilizarmos um conceito de gênero que considera que as relações entre os sexos estão imbricadas nas relações sociais da mesma forma que constituem relações de poder nas mais variadas instituições, não podemos deixar de conceber a *escola* como um dos âmbitos onde estas relações se estabelecem. Para além da importância do gênero na disciplina de História, observamos a necessidade de tratar deste tema nas escolas, já que este é um ambiente onde os estereótipos de gênero são frequentemente reproduzidos, o que acaba gerando preconceitos sociais¹⁵. A título de exemplificação de alguns problemas de gênero presentes na instituição escolar, Guacira Louro cita: a linguagem carregada de sexismo e os livros didáticos que favorecem visões discriminatórias de gênero e reforçam hierarquias existentes entre homens e mulheres¹⁶. São variadas as situações que demandam uma discussão sobre as relações de gênero no ambiente escolar, algumas historiadoras como Suely G. Costa¹⁷, Carla Pinsky¹⁸, Luciana Gandelman e Juçara Leite¹⁹ têm reforçado o papel da História neste debate. Apesar das autoras citadas, bibliografias que aproximem o ensino de História e as relações de Gênero são bastante escassas.

¹² SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp.71-99.

¹³ Idem, p.86.

¹⁴ Idem, pp-87-88.

¹⁵ LOURO, Guacira Lopes, p.58

¹⁶ Idem.

¹⁷ COSTA, Suely Gomes. “Gênero e História”. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (org.). **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

¹⁸ PINSKY, Carla B. (org.). “Gênero” In: **Novos temas nas aulas de história**. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

¹⁹ LEITE, Juçara. **Fazendo gênero na história ensinada: uma visão além da (in)visibilidade**. In: **Secretaria de Educação Básica. Coleção Explorando o Ensino- História, Ensino Fundamental. Volume 21**. 2010.

Carla Pinsky afirma a importância da mediação de um professor-historiador que propicie aos alunos o desenvolvimento de um “olhar de gênero” sobre a História e as relações sociais que a constituem. Luciana Gandelman fala do incômodo que o assunto do gênero traz à tona: ele toca naquilo que é tido como “natural”. Para ela, é exatamente nestas questões consideradas pré-estabelecidas que a História deve se debruçar, só assim conseguiremos construir junto aos estudantes um conhecimento histórico crítico que permita que todos e todas se identifiquem²⁰.

Para que possamos refletir sobre a presença do tema gênero nas escolas, devemos considerar também a historicidade da escola e da disciplina de História no Brasil, para então observamos se o gênero têm recebido espaço nesta matéria. Desta forma, foram selecionadas algumas fontes oficiais que pudessem nos auxiliar neste ponto: os Parâmetros Curriculares Nacionais para a História (1998), as Diretrizes Curriculares Estaduais de História (2008), a apostila do MEC sobre Gênero e Diversidade na Escola (2009) e as Diretrizes Curriculares de Gênero e Diversidade Sexual da SEED-PR (2010). Com base nos estudos de Circe Bittencourt, Maria A. Schmidt e Marlene Cainelli foi possível perceber que o Ensino de História, desde o seu surgimento no século XIX, esteve bastante ligado aos interesses do Estado e de alguns setores da elite. Inicialmente o objetivo do ensino histórico previa criar nos alunos uma “identidade nacional”, dando a ideia de que o Brasil possui um passado único, sedimentado, e que não existiram conflitos em sua constituição²¹. Por mais que ao longo dos anos a disciplina sofresse algumas mudanças, como a estruturação através dos quatro grandes períodos (Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea), permanece uma visão histórica calcada na história europeia que, além de considerar este continente o “berço” da nação brasileira, inspira um ideal de “progresso”²². Além disso, destacamos que esta abordagem histórica é bastante exclusiva, na medida em que trata somente da história política (grandes homens e heróis nacionais). No final do século XX, durante o período militar brasileiro, ocorre um grande descaso com a disciplina de História: é implementada a matéria de Estudos Sociais, em substituição à História e Geografia. O objetivo dos Estudos Sociais era de estabelecer nos estudantes alguns “valores morais” que estavam de acordo com o regime do período, o que acabou por diluir os conceitos básicos da História²³. Somente a partir dos anos 1980, novas reestruturações curriculares passam a ser elaboradas de modo que se adequem às necessidades da sociedade contemporânea e estejam mais atualizadas em relação à historiografia.

Os documentos analisados demonstram esta tentativa de introduzir novos temas na educação, incluindo no Ensino de História. Tanto o PCN quanto as Diretrizes do Estado do Paraná trazem uma abordagem que contemple a História Social e a Cultural, exaltando o compromisso da História com a realidade social. Uma nova forma de entender o aluno também passa a ser encabeçada através destes documentos: reconhece-se que o estudante também possui conhecimentos históricos (adquiridos ao longo de sua própria história) e que ele é um agente ativo no

²⁰ GANDELMAN, Luciana M. “Gênero e Ensino: parâmetros curriculares, fundacionismo biológico e teorias feministas”. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009, p. 209.

²¹ SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004, p.10.

²² BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004, p.80.

²³ Idem, p.74.

processo de produção do conhecimento. Tanto professor, como aluno, são considerados “sujeitos da história e da produção do conhecimento histórico”²⁴. A fim de superar um ensino de história tradicional, baseado na memorização de fatos, datas e nomes importantes, conteúdos que são mais significantes para os alunos passam a ser considerados, de modo que o estudante possa perceber sua historicidade. Neste mesmo período, a partir dos anos 1990 passamos observar o incentivo aos debates sobre gênero na Educação, através da criação de Diretrizes específicas sobre o tema ou de cursos oferecidos pelo MEC que contemplam tais questões. O caráter de tais documentos, destinados aos professores brasileiros, é bastante *explicativo*. Ou seja, eles buscam explicitar historicamente a opressão causada pelas relações de gênero a fim de demonstrar a importância de discutir o tema nas escolas. Apesar da relevância de termos um documento oficial do Estado que reconheça que as relações de gênero são um problema social e que existe uma necessidade de debater o tema na escola, é difícil estabelecer o impacto que isto realmente causa nas práticas pedagógicas dos docentes.

O projeto PIBID, que tem como um de seus objetivos a elaboração de propostas metodológicas para o ensino de História, fez algumas contribuições ao realizar intervenções que contemplassem o ensino histórico e as relações de gênero. O último conjunto de fontes a serem analisadas nesta pesquisa monográfica considera estas atividades. Através de reflexões acadêmicas realizadas por docentes da graduação e professores supervisores, foram criadas algumas propostas pedagógicas sobre questões de gênero. A aplicação de planos de ensino que contemplam esta temática nos permite uma maior reflexão sobre como o gênero pode ser incluído nos conteúdos de História, assim como avaliar a recepção dos estudantes de Ensino Fundamental e quais são suas noções gerais sobre o tema. Dentro da proposta de discutir Identidades Culturais no ensino histórico, um dos caminhos escolhidos pelo PIBID-História 1 se deu através do debate dos significados de datas comemorativas, como é o caso do Dia Internacional da Mulher. O conjunto de fontes referentes às atividades do PIBID presentes neste trabalho referem-se à aplicação de atividades sobre o Dia da Mulher, realizadas nos anos de 2014 e 2015. No ano de 2014 optamos por realizar uma proposta pedagógica que refletisse sobre a representação das mulheres na mídia, utilizando um variado número de fontes (propagandas). Procuramos debater e desconstruir alguns estereótipos que estão presentes neste tipo de mídia. Já em 2015, foi feita uma proposta cujo objetivo foi propiciar reflexões sobre a profissão das mulheres ao longo do tempo. Também utilizando fontes de períodos diferenciados, buscamos compreender junto aos alunos as mudanças e permanências ao longo dos séculos bem como tentar perceber se ainda hoje, as mulheres enfrentam dificuldades no mercado de trabalho.

Sendo assim, esta pesquisa monográfica ficou estruturada em três capítulos: o primeiro constituindo a pesquisa sobre as aproximações entre Gênero e ensino de História, o segundo contemplando a análise dos documentos de educação dos governos federal e estadual e o último as constatações sobre as intervenções feitas pelo PIBID de História. Através deste trabalho constatamos que apesar do grande

²⁴ SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004, p.12.

acervo historiográfico existente sobre História das Mulheres e relações de gênero, e do incentivo dado pelos governos federal e estadual na discussão dos temas na escola, notamos que a efetiva introdução sobre o gênero no ensino de História acaba sendo uma opção do professor ou professora. Através das atividades aplicadas no PIBID pudemos perceber a grande receptividade entre os alunos em relação ao tema do gênero, bem como a grande existência de estereótipos que necessitam de problematização. Questionamos o fato de o ensino sob um viés de gênero não ser considerado uma obrigatoriedade em nosso país, tal como ocorre com a História e Cultura Afro- Brasileira e História e Cultura dos povos indígenas do Brasil, que são da mesma forma, resultado de lutas para corrigir desigualdades históricas. Nosso olhar deve voltar-se não só para a escola, mas também para as Universidades, responsáveis pela formação de professores e professoras que necessitam de um ambiente acadêmico que também priorize reflexões sobre a educação básica. A implementação do projeto PIBID nas Universidades brasileiras têm buscado realizar esta aproximação entre o saber acadêmico e o escolar, que é claramente necessária. A inclusão do tema das relações de gênero nas escolas tende a ser muito proveitoso e construtivo para a educação, mas para isto, ainda necessitamos de um debate mais intenso sobre o tema envolvendo docentes e acadêmicos, bem como a criação de mais propostas pedagógicas que sejam de fácil apropriação nas salas de aula e considerem a especificidade de cada área do ensino.

SOCIEDADE 13 DE MAIO UMA ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA NO PÓS-ABOLIÇÃO (1888-1896).

Fernanda Lucas Santiago.
Carlos Alberto Medeiros Lima.

Palavras-chave: Pós-abolição, estratégia, militância negra.

Esta pesquisa de conclusão de curso pretende realizar um levantamento histórico da Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio. A pesquisa está delimitada aos 8 primeiros anos de fundação: de 1888 a 1896. A primeira reunião da Sociedade 13 de Maio foi realizada apenas alguns dias antes da abolição da escravatura, no dia 3 de Maio de 1888 em Curitiba. É interessante observar que os fundadores constituíam um grupo articulado que queria fundar uma Sociedade cujo nome homenagearia a data da abolição. Mas, quem foram os seus fundadores? A qual extrato social eles pertenciam? Seriam livres ou escravos? Negros ou brancos? Quais objetivos teriam em montar uma Sociedade? Como era o seu funcionamento? Investigando o primeiro livro ata dessa Sociedade consegui acessar alguns aspectos da sua organização.

Sabe-se que nos últimos anos da escravidão, grande parte da população negra havia conquistado a sua liberdade, seja através de fugas ou através da conquista de alforrias, em todo território nacional crescia uma população de negros livres. Em 1884 as províncias do Ceará e do Amazonas conseguiram abolir a escravidão. Pretendo utilizar nessa pesquisa uma perspectiva da história vista de baixo, sem atribuir demasiada atenção ao movimento abolicionista, e aos grandes nomes da abolição como a princesa Isabel, resgatando as ações dos escravos e libertos. Para isso utilizarei como referência autores como Hebe Mattos, Ana Lugão Rios, George Andrews, Maria Helena Machado, Eduardo Spiller Pena e Sidney Chalhoub que descreveram os últimos anos da escravidão e os primeiros anos do pós-abolição a partir das estratégias dos escravos e libertos para alcançar maior autonomia.

Na virada do século XIX para o século XX é um momento onde está ocorrendo a redefinição das relações de trabalho, o regime escravista está em crise, os senhores proprietários de escravos se colocam contra projetos que visavam a abolição sem indenização, os senhores passam a temer a perda da mão de obra, da produção e dos lucros. Os trabalhadores escravos e libertos passam a ter um maior poder de negociação com os senhores e ex-senhores. Embora, tenham conseguido alcançar alguns objetivos, os trabalhadores almejavam ainda melhores condições de vida.

A formação de Clubes Sociais Negros¹ é um processo de amplitude nacional, que ocorreu de norte a sul do Brasil. Em diversas localidades seja no interior ou nas cidades os negros formaram organizações políticas de militância á liberdade e visando a inserção social. Diferentemente dos Clubes Abolicionistas o

¹ ESCOBAR, Giane Vargas. **Clubes Sociais Negros: Lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial**. 61 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria 2010. O conceito de Clube Social Negro foi definido pela Comissão Nacional de Clubes Sociais Negros em 2008. “Os Clubes Sociais Negros são espaços associativos do grupo étnico afro brasileiro, originário da necessidade de convívio social do grupo, voluntariamente constituído e com caráter beneficente, recreativo e cultural, desenvolvendo atividades num espaço físico próprio.”

protagonismo era dos negros. O primeiro Clube Social Negro surgiu em Santa Maria RS, com o nome de Clube Floresta Aurora fundado em 1872 meses após a Lei do Ventre Livre e alguns anos antes da abolição. O segundo² Clube mais antigo que continua em funcionamento é a Sociedade 13 de Maio de Curitiba.

Inicialmente as primeiras reuniões eram feitas na casa do sócio fundador João Batista Gomes de Sá, eles passaram anos sem ter sede própria. O nome 13 de Maio não tinha o simples propósito de homenagear a data da abolição mas, de dar continuidade ao ideal defendido por ela, a liberdade, e após a libertação, a cidadania dos novos homens livres. Os escravos e libertos não tinham direitos, não eram considerados cidadãos. A primeira diretoria definitiva foi eleita em 19/06/1888 composta pelos sócios:

Presidente: Francisco Vidal
Vice-presidente: Benedicto Modesto
1º Secretário: Candido Ozório
2º Secretário: Manoel Pereira dos Santos
Tesoureiro: Vicente Moreira de Freitas
Procurador: Norberto Garcia
2º procurador: Izidoro Mendes dos Santos
Diretor: João Batista Gomes de Sá
Orador: Tenente Eulempio R. de Oliveira Vianna ³

As pautas, o tom dos discursos e algumas referências a costumes do tempo da escravidão são indícios de que os fundadores da Sociedade eram ex-escravos. Transcrevo abaixo uma sessão inteira que me possibilitou inferir dessa maneira:

“Ata da Sessão do dia 23 de Novemb.¹⁰”

Presidente do Sr.º Candido Ozorio de Mouraes, 1º Secretario Leocadio Julio de Assumpção.

Avendo numero legal de sócios o Sr.º presidente declara aberta a Sessão, e diz que a presente Sessão é para tratar-se da mudança do Club da casa onde funciona por motivo de muitos sócios não quererem frequentar a casa do sócio João Batista Gomes de Sá pede a palavra o cidadão João Batista Gomes de Sá, perguntando qual a razão d’ essa mudança, o cidadão Edemundo Vianna, pede a palavra e declarou a rasão, o Sr.º Gomes de Sá, Sr. presidente ponha em discussão da parte do cidadão vice presidente Manoel Teixeira, não há mas o que porçe em discussão porque já que viemos aqui foi para este fim o cidadão presidente pede a palavra e pede os objetos pertencentes ao Club o Sr.º Gomes de Sá entrega diverços livros, jornaes, lanterna de vidro, estandarte, 2 quadros contendo a medalha do falecido sócio fundador João Bernardo idem com o retrato do ex escravo e o feitor. O cidadão presidente ao, levantar a presente sessão.

²Idem, Pág 60.

³ Livro Actas da fundação instalação do Club 13 de Maio, e outras actas até 22 de Março de 1896. Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio. Pág 5.

Levanta-se e agradece ao cidadão João Batista Gomes de Sá pelo tempo em que a sociedade funciona em sua casa, não avendo mas quem tomase a palavra emcerra-se a presente Sessão o Presidente, o 1º Secretario Leocadio Julio de Assumpção.

Curitiba 27 - 11º- 90⁴”

Essa foi a referência mais direta ao passado de escravidão encontrado no livro ata, os sócios não queriam remeter-se ao tempo de cativo, nenhuma vez descrevem a própria cor e poucas vezes registram a profissão que exercem. É possível perceber a hierarquia que havia entre os sócios e a diretoria, e os conflitos que decorriam dos jogos de poder. Apesar de militarem pela mesma causa havia uma relação desigual entre os associados, geralmente quem exercia algum cargo na diretoria ou contribuía financeiramente com o clube, conseguia por algum tempo impor sua opinião aos outros. No caso acima os sócios convocaram uma sessão para transferir a sede do Clube que nessa época funcionava na casa do diretor João Batista Gomes de Sá, que por ser sócio fundador, membro da diretoria e por permitir que o Clube funcionasse na sua casa acreditava possuir um poder inquestionável sobre as deliberações.

A abolição transformou escravos em libertos mas, a lei não conseguiu de imediato transformar as práticas sociais, de maneira que permitisse a pessoas negras recém libertas serem reconhecidas como cidadãos. A população pobre em geral não tinha acesso a educação, a saúde e ao lazer. Sobre os libertos, ainda pesava o estigma da escravidão e o preconceito racial. A formação de Sociedades era uma maneira de buscar a defesa desses direitos.

Entre as pautas estavam a necessidade de atrair novos sócios; criar e reformar o estatuto sempre que necessário; convocar as eleições para a diretoria periodicamente; prestar auxílio a saúde, ou em caso de falecimento, ajudar a pagar as despesas do enterro; criar uma escola noturna; montar um botequim e organizar bailes mensalmente; assim como comemorar as datas da Lei Áurea (13/05) e a Lei do Ventre Livre (28/09).

O costume de comemorar a Lei do Ventre Livre mesmo depois da abolição pode soar meio estranho. Qual o objetivo disso? Era comum nos dias 28 de Setembro os sócios prestarem homenagem ao Visconde do Rio Branco, assim como a princesa Isabel no 13 de Maio. Seriam os sócios do Clube Monarquistas? Seriam partidários do “isabelismo⁵”? Será que tinham alguma relação com a Guarda Negra? Os jornais da época (A Tribuna, A República, o Sete de Março e o Dezenove de Novembro) também mencionavam a atuação da Sociedade dentro da cidade, faziam principalmente a divulgação da programação dos festejos dos aniversários da Lei Áurea e da Lei do Ventre Livre.

Numa edição comemorativa dos 50 anos da abolição o jornal 1º Diário da Tarde publicou uma entrevista feita ao sócio fundador Leocadio Julio de Assumpção, esse relatou sua trajetória de vida, desde o nascimento “numa casa colonial, onde é hoje a praça Zacarias⁶” em 1860, a experiência no cativo, a tentativa de comprar a sua alforria, a transformação e crescimento da cidade de

⁴ Idem pág 45 e 46.

⁵ GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Cidadania e retóricas negras de inclusão social. **Lua Nova**, São Paulo, 85:13-40, 2012.

⁶ “O 13 de Maio é a maior data da nossa história.” **1º Diário da Tarde**, Curitiba, 13mai.1939. Biblioteca Publica de Curitiba.

Curitiba, o primeiro emprego no pós-abolição, as brigas entre Conservadores e Liberais, a sua participação na Revolução Federalista e o ingresso no funcionalismo público até a sua aposentadoria.

Para realizar as ações de beneficência a Sociedade contava com o pagamento da mensalidade dos sócios, a venda de bilhetes para as festas, assim como pediam subvenção as autoridades locais e contavam ainda com o apoio e doações de pessoas que gozavam de boa condição financeira e eram sensíveis á causa do Clube. Por vezes a Sociedade enfrentou crises financeiras que dificultou: a manutenção da escola, a organização de festas, o auxílio aos doentes e a família dos falecidos.

Além dos sócios negros recém libertos, havia uma outra categoria de sócio composta por membros da elite intelectual ou política. Diferentemente de outros Clubes Sociais Negros que não aceitavam sócios brancos, a 13 de Maio curitibana, não só aceitou como fez convite aos mais ilustres deles. Para ingressar na Sociedade era necessário receber um convite ou se propor á sócio, em ambas as situações a diretoria submetia a proposta a votos, os sócios podiam aprovar ou rejeitar o pretense novo sócio. Logo nos primeiros anos se associaram ao Clube: Leôncio Correa, Dario Velloso, Barão e Baronesa do Serro Azul, Vicente Machado e Augusto Stresser. Qual o interesse dos libertos em permitir a associação de membros da elite? Qual o interesse desses membros em se associar a um clube de libertos? Alguns desses senhores como o Barão do Serro Azul integrou clubes abolicionistas (Arcádia Paranaense e o Ultimatum) e era sócio do Clube Curitibano. Será que existia alguma ligação dos clubes abolicionistas com a Sociedade 13 de Maio? Parece muito contraditório um clube de ex-escravos, ser frequentado por pessoas tão nobres como: barões, empresários e presidentes da província do Paraná. Talvez, seria mais estranho se fosse ao contrário, um clube fundado pela elite curitibana permitir a entrada de ex-escravos.

A Sociedade 13 de Maio trocava convites com outros Clubes da cidade como a Sociedade Protetora dos Operários, O Clube Dr. Pedrosa e o já mencionado Clube Curitibano. Era comum trocarem convites para festas ou sessões solenes de posse de nova diretoria. Está registrado em livro ata o contato com a Sociedade 13 de Maio da cidade de Castro. A diretoria da Sociedade 13 de Maio não mantinha relações apenas com clubes da elite curitibana mas, de trabalhadores, sobretudo com seus “irmãos de escravidão”, pessoas que como eles tinham passado pela experiência de serem escravizados há pouco tempo, e através da ajuda mutua almejavam garantir melhores condições de vida, fazer valer os seus direitos, e conquistar outros benefícios.

Nesses 8 primeiros anos de funcionamento da Sociedade consegui perceber a associação de 230 sócios aproximadamente, sendo 8 deles mulheres, duas delas eram esposas dos sócios, já sobre as outras não é possível afirmar se possuíam alguma relação de parentesco com algum sócio. Havia uma grande rotatividade de sócios, muitos entravam e após algum tempo, deixavam a Sociedade por conta própria ou eram afastados por determinação da diretoria. Ao realizar a leitura do livro ata, pude perceber que a Sociedade mantinha separado o livro de matricula dos novos associados e o livro de presença das reuniões, do livro ata. Livros que não tive acesso por terem sido extraviados. Portanto, não posso precisar com exatidão o número e o nome de todos os integrantes mas, posso dar um número aproximado

com base nas referências a entrada e saída de sócios contidas no livro ata. A primeira mulher a se tornar sócia foi Dona Joaquina, esposa do diretor João Batista Gomes de Sá, na época a casa deles servia sede fato que deve ter contribuído para a decisão da diretoria. Dona Joaquina por gozar de uma posição de destaque foi bem aceita pela diretoria, o seu caso permitiu a entrada de outras mulheres:

“forão propostos sócios contribuintes o cidadãos, Leocadio Julio de Assumpção, e Ricardo Izidoro dos Santos o sócio presidente consulta a sociedade presente se devia ser considerado sócio o Diretor Geral e D’ Joaquina. Pelo relevante serviço prestados os quaes forão unanimamente acceitos. Pedindo a palavra o sócio Diretor, depois de fazer exórdio agradecendo a maneira delicada pelos quaes não só elle como D’ Joaquina forão acceitos agradecia continua também disendo que as flores deviam serem repartida com o orador da sociedade o Sr.^o Eulanpio Rodrigues de Oliveira Vianna, já em Sessão de 12 de Setembro pelo mesmo Diretor apresentado a referido a elles foi app.⁷”

No capítulo 1 farei uma breve contextualização do pós-abolição inserindo a fundação da Sociedade 13 de Maio nesse processo. No capítulo 2 tratarei das atividades desenvolvidas Sociedade, dificuldades e superações. No capítulo 3 tratarei das festas em comemoração as datas das leis.

Alguns dos questionamentos levantados por mim nesse resumo, são aprofundados no desenvolvimento da pesquisa, mais do que atingir respostas concretas alguns dados possibilitaram refletir como foram os primeiros anos do pós-abolição para os libertos em Curitiba. Entender quais suas estratégias de sobrevivência e inserção na sociedade livre que estava se delineando em todo território nacional. Esses dados nos distanciam de teorias raciais de que os negros escravizados não estavam preparados para a liberdade e permite aprofundar os estudos sobre a temática.

⁷ Livro Actas da fundação instalação do Club 13 de Maio, e outras actas até 22 de Março de 1896. Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio. pág 21e22.